novellae olivarum



4 4.° TRIM. 1965

Artigos

a regulação dos nascimentos 355

Não será com razão que a Igreja procura rever em Concílio tão actual problema?

P. JOSÉ CARLOS

a assembleia dominical na paróquia 363

A reunião dos fiéis na Missa é necessária para exprimir por um sinal sensível a união dos filhos de Deus e para receber por este sinal a graça da unidade que vem do Pai.

JOSÉ AMÉRICO

reforma litúrgica e ecumenismo 375

Em que é que a renovação litúrgica contribui para a união dos cristãos?

FERNANDO DE OLIVEIRA

Reflexões

actualidade:

a Igreja no mundo operário 384

Damos uma breve notícia da vida da A.C. operária da diocese de Lisboa durante este ano e publicamos uns apontamentos de uma conferência proferida pelo assistente Geral da J.O.C.

a Igreja no mundo agrário 392

Tentamos apresentar os acontecimentos mais significativos deste ano na J.A.R.C. e publicamos a mensagem do Santo Padre aos jovens rurais reunidos em Estugarda.

Documentação

a penitência 401

A renovação litúrgica fez despertar os mais conscientes para a pastoral da penitência. Por isso os problemas levantados.

EPISCOPADO HOLANDÊS

a eucaristia 404

A renovação da celebração eucarística é talvez o fruto mais evidente do Concílio. Talvez por isso os problemas daí resultantes necessitem de mais urgente solução.

EPISCOPADO HOLANDÊS

Sugestões

o rosário 408

«O que é o terço?» «Qual o seu lugar na nossa vida?» «Como valorizá-lo?» Sugestões bíblicas para os mistérios gozosos e para a novena do Natal.

admonições 422

Advento
Natal
Epifania

Capa de Jorge Vilaça

n.º 4

4.º TRIM.
— 1965 —
2.ª SÉRIE — ANO XIX

novellae olivarum

editorial

«A Igreja faz-se palavra,
faz-se mensagem,
faz-se colóquio».

Eccl. Suam

Depois de ter encontrado os «cristãos ainda separados» em Jerusalém, e os «Fiéis das grandes religiões Afro-Asiáticas» em Bombaim, o Papa encontra «a humanidade» na O. N. U.

A simbologia destas viagens de Paulo VI alerta-nos para o caminho que toda a Igreja, uma vez animada pelo dom extraordinário do Concílio, quer percorrer; mostra-nos com clareza que não são teóricas as finalidades apontadas ao Episcopado na abertura da segunda sessão do Vaticano II e que têm sido pensadas e escritas no papel: ***Definir*** *a Igreja para a* ***Renovar*** *— fazer a* ***unidade*** *cristã — entrar em* ***diálogo*** *com o mundo.*

O que se escreve em Roma não é o Concílio. O Concílio está entre nós que somos a Igreja.

Não podemos, pois, deixar de avançar pelos caminhos da renovação interna para podermos com uma nova face, mostrar ao mundo quem somos e a que vimos, num verdadeiro diálogo de salvação.

É claro que para muitos e para nós também, os caminhos são novos e perigosos mas é necessário em absoluto arriscar como o faz Paulo VI.

Descobrir novos caminhos, pôr de lado outros velhos é arriscar mas é o sinal da vitalidade que é necessária à Igreja.

É urgente ***calar*** *a longa retórica de quem sabe tudo e tudo quer construir. É urgente* ***escutar*** *os homens, conhecer os seus problemas e aspirações. É urgente* ***descobri****r em cada pessoa o que não temos para, em conjunto,* ***caminha****r ao encontro do Deus desconhecido.*

É este o problema que preocupa o Papa e que o levou a dizer na véspera de partir para as Nações Unidas: «O verdadeiro problema continua a ser o da presença da Igreja no mundo que em grande parte perde a Fé. Daí a necessidade de a Igreja se abrir... de reflectir melhor o mundo contemporâneo. Para isto é que ela decidiu levar a charrua aos terrenos mais duros para remover, vivificar e trazer à luz o que estava escondido».

a regulação dos nascimentos

aspectos sociológicos e morais

P. JOSÉ CARLOS

O primeiro alarme público do problema demográfico foi feito por MALTHUS em 1798, após alguns estudos concernentes a população da Inglaterra. Segundo a sua teoria, a população da Inglaterra cresceria em progressão geométrica, enquanto que os meios de subsistência cresceriam em progressão aritmética. Deste modo, a Inglaterra, e do mesmo modo o mundo inteiro, chegaria a um ponto de saturação, em que os meios de subsistência não chegariam para a população. Este modo de situar o probema, atendendo a que não se possuiam outros dados que viessem criar uma nova impostação, alarmou o mundo inteiro.

Apesar da gravidade do problema, MALTHUS, como homem profundamente religioso que era, não aceitou nunca qualquer meio anticoncepcional que fosse contra a lei moral. Admitia, sim, que as autoridades encontrassem o melhor modo de retardar os matrimónios, do mesmo modo que, para os casais, aconselhava a continência no matrimónio. O problema tinha de ser encarado de frente, sem receios, corajosamente.

Colóquio organizado pela faculdade de medicina de Lisboa, onde foram conferentes o professor Lobato Magalhães, o doutor Kírio Gomes, o doutor Neves e Castro e o P.e José Carlos. É esta última conferência que nós publicamos neste número.

Para compreender a posição de MALTHUS, torna-se necessário observar e medir os factos demográficos através dos séculos. Segundo a tendência secular tanto da natalidade como da mortalidade, verificamos quatro fases bem características:

1.º — um equilíbrio natural entre a natalidade e a mortalidade, com um moderado incremento demográfico

2.º — abertura demográfica devida à diminuição da mortalidade e, portanto, a explosão demográfica

3.º — diminuição da natalidade com a revolução demográfica

4.º — nova fase de equilíbrio racional entre a mortalidade e a natalidade, com a consequente estabilização demográfica.

Estas transformações profundas dos factos demográficos não podiam deixar de ter uma influência também profunda nas teorias da população, e que MALTHUS não podia ter compreendido. Na realidade, a primeira fase situa-se até por volta de 1750, enquanto que a segunda se irá prolongar até por volta de 1875. Ora, MALTHUS escreveu a sua primeira teoria em 1798.

Por volta de 1800, nos países nórdicos da Europa, de cada 1 000 crianças nascidas, chegavam à idade de 15 anos apenas umas 550. Entretanto, a mortalidade infantil começou a diminuir, e hoje, nesses mesmos países, de cada 1 000 crianças nascidas, chegam à idade de 15 anos, cerca de 995. Foi deste modo que se deu um crescimento rápido e descontrolado da população, provocando a explosão demográfica, e que levou MALTHUS às suas conclusões. O fenómeno, no entanto, ainda não é universal, pois que há países e até continentes que se encotram, neste momento, em plena explosão demográfica, enquanto outros começam a atingir para já um novo equilíbrio que os situa na quarta fase a que fizemos referência. Num estudo feito no Brasil, por exemplo, houve quem se alarmasse com o crescimento da população, e situasse o problema nos mesmos termos em que o tinha situado MALTHUS para a Inglaterra. Mas outros vieram em seguida contradizer as conclusões dos primeiros, verificando que, nos centros urbanos, o Brasil caminhava já para a fase de equilíbrio em que a população cresce, de facto, mas num ritmo regular e não acelerado, prevendo-se que o mesmo fenómeno se irá dar também nos centros rurais.

Também os meios de subsistência de que falava MALTHUS cresceram num ritmo diferente do que ele podia prever, em 1 800. As descobertas várias, a que têm chegado os estudiosos têm vindo a demonstrar que muito estava e continuava ainda por descobrir neste campo.

Mas outros problemas se têm levantado com a evolução do nosso mundo, e que nem a moral nem a Medicina podem ignorar, bem como muitas das outras ciências. As novas características do nosso tempo criam problemas que os séculos passados não precisaram de enfrentar. Os aspectos principais da sociedade de hoje, com maior ou menor intensidade, podem resumir-se nos seguintes tipos característicos:

1.º — a **industrialização** e a consequente concentração do trabalho

2.º — a **urbanização** com a consequente mobilidade geográfica

3.º — a **dominuição da mortalidade** com o respectivo aceleramento demográfico

4.º — a **mobilidade** de toda a vida económico-social e a mobilidade profissional que se lhe segue.

5.º — a **elevação do padrão de vida** com o mecanismo que atinge todas as camadas sociais

6.º — o **trabalho profissional da mulher fora do lar** com a transformação do papel social da mulher

Sendo estes os aspectos mais salientes da sociedade do século XX, como o foram já em parte no século XIX, o modo como as várias ciências têm de enfrentar os problemas não pode ser o mesmo dos séculos em que não existia este problema. A própria ciência moral tem de se aplicar a esta nova sociedade em que se encontra, para lhe responder cabalmente.

Ao nível das sociedades, o aumento demográfico não constituiu problema durante milénios. Estamos na fase de equilíbrio entre a mortalidade e a natalidade, pelo que se dá um incremento que não preocupa de modo algum os que têm de dar resposta ao homem. O mundo é muito grande ainda para a população que cresce lentamente.

Ao nível de casais, a fertilidade também não criou problema durante milénios. A fecundidade era aquela que impunha pràticamente a vida social, o costume, o exemplo. Não havia razão nenhuma para qualquer restrição voluntária dos filhos. Não era raro que uma mulher durante o tempo da sua fertilidade estivesse ou grávida o a amamentar um filho. Em muitas regiões, o aleitamento dos filhos provocava um espaçamento dos nascimentos, até porque era muito prolongado. Havia ainda os casos em que a mãe, durante o tempo de aleitamento, era «tabu» para o marido. Onde estes factores não tinham influência para o espaçamento dos filhos, na

realidade, a mortalidade infantil provocava o espaçamento na ecucação.

O que preocupou a Igreja durante estes milénios foi a desmoralização (abuso dos prazeres e faltas contra a unidade matrimonial). No fim do século XVIII, o que preocupa a Igreja é a laicização do matrimónio como instituição divina.

A fecundidade nos lares não cria problemas de consciência.

O contexto económico-sociológico não manifesta especiais exigências em matéria de educação e preparação dos filhos para a vida. Um verdadeiro problema só o é na medida em que começa a ser sentido. Um problema é um fenómeno de consciência. É um conflito que se levanta no «eu», no momento em que a consciência descobre que há uma dualidade entre o que se pensa e o que se vive. A mentalidade desta época consiste em ter presente a **lei**, a **obrigação.** A consciência colectiva pode estar a ser centrada penas sobre valores legais, sobre imperativos externos. Do mesmo modo, tem uma importância capital o **medo.** As coisas sexuais eram quase consideradas como suspeitas. Não surgia na mente da muher qualquer outra ideia que não fosse o ser mãe.

A própria economia, toda ela centrada sobre a família, não levantava problemas à fertilidade, dado que os filhos eram fontes de rendimento. A mulher existe para gerar filhos. É esta a sua missão específica. Foi assim durante milénios. Não admira, por isso, que a linguagem da moral não tivesse em conta os aspectos que tem hoje de enfrentar. **A fecundidade identificava-se com o exercício da sexualidade.**

O casamento tem nesta época uma feição funcional. É um contrato, apesar de elevado à dignidade de Sacramento. A linguagem referente ao matrimónio será por isso uma linguagem legalista.

Os pequenos centros habitacionais da Idade Média tinham ainda uma influência decisiva na mentalidade das pessoas, pela pressão social que exerciam nelas, ao contrário do que se passa hoje com os grandes centros urbanos, onde cada incivíduo é um anónimo, um desconhecido, contando cada vez mais a função que a pessoa exerce, em detrimento da própria pessoa. Deste modo, o indivíduo está cada vez mais entregue à sua consciência, porque menos sugeito ao que os outros possam pensar ou dizer.

Com estas novas características, começa a tornar-se necessário que a Igreja se pronuncie para orientar as consciências dos fiéis. Esta orientação, porém, não surge toda duma só vez, nem começa por encarar o problema da natalidade em primeiro lugar. A Igreja

irá antes de mais pronunciar-se a favor duma elevação total da pessoa humana, quer na ordem económica quer social, política, religiosa, moral. A glória de Deus, segundo Santo Ireneu, é que o homem viva. Mas não basta que o homem viva; acrescentaremos: que o homem viva bem. Deste modo, teremos de caminhar para dar ao homem possibilidades reais dele fazer o seu desenvolvimento total. O homem precisa de condições que lhe permitam utilizar todas as suas capacidades, que durante séculos estiveram ocultas. A entrada da mulher, por exemplo, na vida social, trouxe ao mundo riquezas que eram desconhecidas, dado que durante milénios ela não utilizou todas as suas capacidades e não as colocou ao serviço do bem comum.

Em segundo lugar, podemos verificar como **a Igreja encoraja a humanidade para um esforço sempre mais reflectivo de solidariedade,** de cooperação e de respeito mútuo cada vez maior. Basta-nos ler as encíclicas Mater et Magistra ou Pacem in Terris para descobrirmos estes factos fundamentais na doutrina da Igreja. Cada vez menos os problemas podem ser vistos a uma luz egoísta ou parcial, mas com as dimensões da humanidade. Dado que os problemas têm uma dimensão mundial, é nesta diensão que se têm de encontrar as soluções.

A Igreja lembra ainda que **todas as forças de expansão pelas quais se exprime a humanidade precisam duma regulamentação,** e esta tem de ser comandada pela razão e pela fé, ambas inspiradas na caridade. Os actos do homem devem por isso tornar-se cada vez mais inteligentes, mais conscientes e por isso mais responsáveis. A regulamentação das forças económicas, sociais, políticas, estão principalmente confiadas à virtude da justiça social e distributiva, cuja norma é o bem comum nacional e internacional.

A regulamentação das forças psico-fisiológicas da sexualidade e do amor humano estão por **prioridade confiadas à virtude da castidade,** cuja fonte é a **caridade** divina, o termo a **pessoa do cônjuge,** a norma o respeito pela **natureza humana** tal qual Deus a criou.

A Igreja tem ainda presente que as virtudes reguladoras da caridade, da justiça e da castidade, não podem atingir com eficácia a humanidade, senão em função duma **espiritualidade** que tem como modelo o Cristo incarnado. Todo este ensinamento da Igreja visa a levar o homem à posse cada vez maior da Terra, para a dar ao Senhor, como diz S. Paulo: «tudo é vosso, mas vós sois de Cristo, e o Cristo é de Deus».

Todas as actividades humanas concernentes à produção e à reprodução devem estar submetidas à inteligência animada pelo amor e pela caridade baseadas em Cristo.

Podemos resumir o ensinamento da Igreja em matéria de matrimónio, através dos tempos, se dissermos que ele teve em conta, durante séculos, a natureza do matrimónio, sua expressão jurídica como contrato elevado à dignidade de sacramento, com a afirmação clara dos seus fins específicos, das suas propriedades, tudo isto numa linguagem jurídica, como não podia deixar de ser. A mentalidade generalizada consistia ainda no cuidado que devia haver em evitar o pecado mortal. Aos olhos de muitos, o matrimónio aparecia como uma espécie de condição inferior para aqueles que não tinham tido coragem para mais.

Hoje, como já o afirmámos antes, a linguagem é diferente, não porque o ensino da Igreja tenha sido modificado substancialmente, mas porque os novos problemas e descobertas trazem uma nova impostação dos problemas e por isso se tem dado e continua a dar uma evolução que acompanha a evolução do mundo.

O sacramento do matrimónio, além de ser visto e estudado nas novas condições sociológicas do nosso tempo, é ao mesmo tempo aprofundado sob um ponto de vista sacramental e litúrgico. Com esta nova visão, trata-se de revalorizar o amor humano, que é a matéria remota do sacramento. Com esta revalorização do amor humano, revaloriza-se igualmente tudo o que é o sacramento e portanto as relações conjugais. Estas não são qualquer coisa de menos bom que se admite para evitar outros males maiores. São, antes, qualquer coisa de grandioso, porque são a colaboração do homem e da mulher com o próprio Deus, na continuação da Sua obra criadora.

As **grandes linhas** do ensinamento da Igreja nesta matéria podem resumir-se deste modo:

1.º — situação da vocação conjugal no Ministério cristão (família e Corpo Místico). Deste modo, o matrimónio aparece como uma verdadeira vocação a uma santidade realizada dum modo específico, santidade a dois.

2.º — esta vocação confere aos esposos uma missão própria dentro da Igreja, que ninguém pode realizar em vez deles.

3.º — chamada dos esposos à santidade dentro do matrimónio, pelo exercício da caridade conjugal. O amor é cada vez mais transformado em caridade. O amor é cada vez menos, dentro desta visão, um instinto sentimental, e torna-se mais humano, porque mais inteligente, mais sugeito às faculdades mais nobres do ser humano. O verbo amar, diz Plínio Salgado, conjuga-se deste modo: «eu dou, tu dás, ele dá».

4.º — na construção dum **«nós»** cristão, entre os esposos se situam os valores da sexualidade, intimamente dependentes e ligados com a caridade.

5.º — como consequência de tudo isto, a sexualidade e a fecundidade tornam-se dia a dia cada vez mais actos humanos, e por isso actos responsáveis. Deste modo, passamos a ter na linguagem relativa ao matrimónio a expressão já hoje corrente de «paternidade e maternidade responsabilizadas».

É nesta visão que a Igreja se pronuncia sobre regulação dos nascimentos. Não vou sequer alongar-me sobre este aspecto, por ser conhecido o célebre discurso de PIO XII às parteiras em Roma, que abriu novas perspectivas à vida conjugal, e ofereceu aos cônjuges reflexão abundante sobre o problema de consciência que já se levantava como fenómeno do nosso tempo. A continência periódica foi o primeiro grande passo da doutrina da Igreja relativa à regulação dos nascimentos. Não foi em vão que Deus não deu à natureza da mulher a possibilidade de conceber em todos os dias. É a ciência médica que tem de continuar os seus esforços no sentido de contribuir para o conhecimento cada vez mais seguro dessa mesma natureza, de modo a ajudar cada casal a realizar a sua fertilidade dum modo consciente e responsável.

O problema, no entanto, é, antes de mais, um problema de espírito, de espiritualidade e só a esta luz ele pode ser encarado segundo o pensamento da Igreja. Este espírito baseia-se em algumas regras ou normas: uma fecundidade reflectida, resultante do amor, tem mais valor do que uma fecundidade instintiva. Deste modo, a regulação da fecundidade num lar começa por comportar um judicioso espaçamento das maternidades para salvaguardar a saúde da mãe e a educação dos filhos. A limitação do número de filhos por casal pode ser ainda devida a factores diversos: saúde da mãe, como já foi dito, equilíbrio entre todas as actividades assumidas pelo casal no lar, problemas económicos ou de orçamento, formação qualificada dos filhos, etc..

Mas tudo isto não pode impedir os esposos de estarem abertos à aceitação dum outro filho que não esperavam.

A fecundidade reflectida deve apesar disso estimar a missão criadora do lar. Deve estimar a família voluntàriamente numerosa. Regulação dos nascimentos não é sinónimo de restrição dos nascimentos. A família normal é aquela que dá ao mundo o maior número de filhos que os pais poderão educar e conduzir à idade adulta.

A capacidade de determinar pessoalmente o número de filhos não se improvisa. Não é uma decisão que se toma duma vez para

sempre, antes do matrimónio. Precisa duma preparação, duma aprendizagem, como todos os outros domínios da vida. O rapaz como a rapariga precisa de estar desde longa data preparado para saber dominar-se.

Para medirem as suas possibilidades de fecundidade, os esposos ganharão muito se estiverem habituados a viver para os outros, e não fechados sobre si mesmos. O casal aberto aos outros é um poderoso factor de equilíbr o nas decisões a tomar, mesmo nos aspectos mais íntimos.

É tudo isto que tem de ser situado num clima e conjunto espiritual. A aquisição dum domínio supõe o auxílio humildemente pedido a Deus.

Além disso, toda a regulação de nascimentos não pode ser uma consequência do egoísmo, mas deve aparecer na linha da caridade conjugal, orientada para a caridade ce Deus. Um casal pode não pecar contra a castidade, mas pecar gravemente por egoísmo, e este é o pecdo mais contrário ao espírito do Evangelho. Este aspecto abre um campo muito mais vasto a toda uma espiritualidade conjugal. Por isso, as técn cas que possam ajudar a reguamentar a fertilidade precisam de ser constantemente enobrecidas pelo espírito, sob pena de se transformarem em meios técnicos que desvirtuariam toda a granceza do matrimónio e do acto criador ligado a este sacramento.

Por princípio,não se devem desnaturar os mecanismos montados pela natureza, enquanto estes são normais. Se estes o não são, procurar-se-á corrigi-los, fixando-os na normalidade geral, tanto quanto isso for possível.

As relações conjugais nos períodos fecundos têm normalmente o sentido duma intimidade mútua com um fim comum, que é o filho, ou ao menos a sua aceitação.

As relações conjugais nas fases infecundas têm normalmente o sentido duma intimidade de reconhecimento do dom mútuo e da mútua promoção dos esposos.

O poder de determinar os períodos férteis da mulher trouxe para os cônjuges uma maior liberdade e também uma maior responsabilidade.

Até aqui a situação dc problema da regulação dos nascimentos, à luz de alguns princípios fundamentais. A seguir, temos a aplicação destes princípios aos processos de regulação dos nascimentos, e por isso o juízo moral sobre cada um deles. É o que iremos fazer na discussão de mesa redonda que se vai seguir.

a assembleia dominical na paróquia

JOSÉ AMÉRICO

«Vi uma enorme multidão, que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas. Estavam de pé diante do trono do Cordeiro, de vestes brancas e palmas na mão, e bradavam em alta voz, a Salvação é obra do nosso Deus, que está sentado no trono, e do cordeiro». (Apoc. 7, 9-10).

Nesta visão apocalíptica, que representa a Igreja triunfante, muitos exegetas vêem uma imagem da liturgia terrestre projectada no Céu por S. João.

Realmente a Liturgia terrestre é uma Assembleia, um encontro unitivo de todas as diversidades humanas baseado nas próprias estruturas da Assembleia Litúrgica a qual, por sua vez, responde de forma extraordinàriamente perfeita à necessidade comunitária inscrita no coração do homem.

assembleia cristã

O que mais fez progredir a Eclesiologia no nosso tempo foi a progressiva consciencialização do facto de a Igreja, tal como no-la apresenta a Revelação, ser, antes de mais, o Povo de Deus.

Porque é um Povo a Igreja reúne-se em Assembleia; tal foi o sentido dado a esta «reunião» que a Sagrada Escritura usa um só termo para indicar duas realidades: o Povo que se reúne e a reunião. Este termo é «ecclesia» que traduz nos «Setenta» a palavra judaica «Qahal». É pois essencial para compreendermos a «ecclesia» cristã verificar um pouco o que se entende por «qahal» judaica.

O Antigo Testamento aponta para este termo um duplo sentido: o conjunto do Povo de Deus e a reunião duma parte, mais ou menos considerável, deste mesmo Povo num lugar determinado. Por sua vez o aparecimento do termo «qahal» marca dois tempos na história do povo hebraico: antes e depois da Teofania do Sinai. Aqui foi constituído um Povo de que faziam parte todos os que oficialmente pertenciam à nação e religião judaicas. Para o futuro a caravana dos judeus errantes no deserto já não é uma «massa anónima», mas o Povo de Deus.

Após a Teofania do Sinai, várias vezes — como no-lo mostram sobretudo os livros Históricos — o Povo, ali constituído como tal, se juntou em assembleias extraordinárias onde Iaweh se lhes manifestava de novo; também a estas grandes assembleias posteriores a Bíblia chama qahal. Contudo a Qahal ou Assembleia por excelência ficou sendo sempre a do Sinai, de tal modo que vários passos do Deuteronómio a referem como «o Dia da Assembleia» (Deut. 4, 10; 9, 10; 18, 16 etc.).

A Teofania do Sinai e as que se lhe seguiram marcaram tão fundo na alma judaica, que a contagem do tempo era feita pelos aniversários destas festas passadas, cuja celebração comportava sempre grandes solenidades. Estas comemorações levavam a Jerusalém caravanas de peregrinos até ao dia em que, diante desta multidão, se manifestou, pela descida impetuosa do Espírito Santo sobre os Apóstolos, uma Nova Aliança. Tal como a Antiga, também esta foi selada com sangue, o sangue do Autêntico Cordeiro, Jesus Cristo.

Compreende-se bem, agora, que Jesus tenha escolhido, para designar a sua obra, o termo Qahal que os «Setenta» traduziram por Ecclesia, isto é, Igreja, Assembleia.

Vemos assim que entre as assembleias litúrgicas ou qahal de Israel e as assembleias litúrgicas cristãs não há apenas uma cópia de ritual, uma semelhança de estruturas, mas um vínculo muito mais profundo: a Qahal de Iaweh era a prefiguração da Igreja de Cristo que se manifesta e expressa na Assembleia cristã.

assembleia,
reunião dum Povo que forma comunidade

O Antigo Testamento apresenta-nos a Assembleia como a reunião de um Povo que, na Teofania do Sinai, fizera uma Aliança com Deus; o Novo Testamento apresenta-nos a Assembleia como reunião do Povo de Deus, agora mais enriquecido, pois «nestes últimos tempos Deus falou pelo Seu Próprio Filho» e a nova Alian-

ça foi selada, não com o sangue simbólico de qualquer cordeiro, mas com o sangue de Jesus, Autêntico Cordeiro de Deus.

Sobretudo no Livro dos Actos dos Apóstolos encontramos referências várias às reuniões do Novo Povo, o Povo cristão. Logo após a pregação de Pedro no dia de Pentecostes, a que se seguiu o baptismo de três mil fiéis, a vida dos cristãos aparece quase como uma reunião permanente: «Assíduos ao ensinamento dos Apóstolos, fiéis à comunhão fraternal, à fracção do pão e à oração», os cristãos chegam mesmo a «pôr os seus bens em comum» (Act. 2, 42-44); «tinham um só coração e uma só alma» (Act. 4, 32).

A unanimidade exterior de que nos fala o primeiro texto é fruto consequente da unidade interior apontada no segundo.

Mas o carácter comunitário de vida já nos aparece antes do Pentecostes: esta reunião de baptizados de que nos falam os Actos mais não faz do que reproduzir o exemplo dos Onze após a Ressurreição de Cristo. Com efeito, foi «reunidos» (Lc. 24, 33) «juntos num mesmo local» (Jo. 20, 19) que os Apóstolos tiveram a alegria de ver no meio deles o Senhor Ressuscitado que realizava assim a sua promessa: «onde dois ou três se reunirem em Meu Nome, Eu estarei no meio deles». (Mt. 18, 20).

Mas passado «o fervor da primeira geração» foi preciso chamar a atenção dos fiéis para o que antes lhes aparecia como essencial na vida cristã. Foi preciso despertá-los de novo para o valor da «reunião dos irmãos». Com esta fuga às assembleias os próprios pastores foram levados a aprofundar mais o seu sentido e significação. E, assim, não só censuram os que faltam à reunião, mas apontam as vantagens da «reunião comum» baseando a sua exigência na vontde de Cristo e na própria economia da Salvação. Serve de exemplo este texto de santo Inácio de Antioquia:

«Não tenteis fazer passar por razoável a vossa obstinação em permanecer à parte, mas vinde à reunião geral; que não haja senão uma oração, uma só súplica, um só espírito, uma só esperança na caridade, na alegria irrepreensível...

Aquele que não vem à reunião comum age como orgulhoso e julga-se a si mesmo porque está escrito: Deus resiste aos orgulhosos».

A Didascália dos Apóstolos alonga-se em considerações deste teor, mas é sobretudo São João Crisóstomo que mais desenvolve na sua pregação a catequese da Assembleia a ponto de alguns autores lhe chamarem «o doutor da Assembleia litúrgica». Aponta a Assembleia como meio de maior eficácia na oração:

«Não digas: acaso não posso rezar em minha casa? Sem dúvida que podes rezar aí, mas a tua oração tem maior valor quando estás unido aos outros membros, quando o Corpo inteiro da Igreja eleva ao Céu a sua oração...»,
e vê na Assembleia em oração a presença de Cristo:

«O próprio Senhor, o Mestre do mundo, Jesus, está entre nós. Ele mesmo o diz: onde dois ou três estiverem reunidos em Meu nome, Eu estarei no meio deles; se isto é verdade, com maioria de razão Ele se encontra presente onde estão unidos tantos homens e mulheres».

Pelos textos da Escritura e dos Padres, citados acima, vê-se que na Assembleia litúrgica não se trata de uma reunião qualquer. Tal como na qahal do Sinai Deus fez da caravana errante dos judeus o seu Povo, também hoje na Assembleia cristã Deus forma um Povo com a diversidade das pessoas que se reúnem: a reunião torna-se comunidade. Porquê esta distinção de termos? — É que nem toda a reunião é comunidade; pode falar-se de comunidade quando, entre as pessoas que se juntam, há qualquer elo a ligá-las, o que não acontece, por exemplo, no compartimento dum combóio onde o ajuntamento de pessoas não passa de uma justaposição. Nos espectadores de um teatro já há algo que os une, que simultâneamente lhes prende a atenção e provoca neles os mesmos sentimentos de alegria, emoção, abatimento, chegando por vezes até a arrancar-lhes manifestações espontâneas unânimes. Mas passado o espectáculo toda a coesão se desfaz; o elo de ligação que aqui chega a existir é só exterior e por isso, tirada a causa que o provoca — a mesma cena observada por todos — a unanimidade desaparece.

A assembleia litúrgica não é assim. A unanimidade que nela existe tem uma eficácia singular; existe qualquer coisa não palpável que liga os «reunidos»: há comunidade. A união que existiu durante a reunião não se desfaz com o desaparecimento das causas exteriores que a proporcionaram porque a assembleia litúrgica é constituída por cristãos a quem a fé e a caridade unem permanentemente.

a comunidade mais perfeita: Paróquia

A assembleia enquanto reunião duma comunidade tem como próprio o estar ligada a um lugar e comportar geralmente pessoas duma certa circunscrição territorial. É assim que nos surge a paróquia.

Monsenhor Montini, quando secretário de Pio XII, em carta dirigida à Semana Social do Canadá, afirmava da paróquia que «é

a mais pequena porção do único e universal rebanho confiado a Pedro pelo Senhor... Ela é na Igreja de Deus a primeira comunidade de vida cristã». Foi sob a autoridade deste mesmo Monsenhor, agora Paulo VI, que o Vaticano II promulgou a sua Constituição litúrgica onde se diz: «o bispo deve constituir comunidades de fiéis entre as quais as mais importantes são as paróquias... que de algum modo representam a Igreja visível estabelecida pela terra inteira».

São formidáveis as perspectivas abertas por este texto; habituados como estávamos à noção e implicação jurídicas não víamos na paróquia mais que a circunscrição territorial, o que é secundário. Essencialmente a paróquia é uma comunidade e a mais importante entre as comunidades de fiéis como no-lo afirma o texto conciliar.

comunidade paroquial como sinal da Igreja

«A paróquia... de algum modo representa a Igreja visível estabelecida pela terra inteira». (Const. Liturg. Vat. II n.º 42).

Esta ideia para a qual o Concílio chama a nossa atenção, e que felizmente hoje se procura consciencializar, de que a Comunidade Paroquial, cujo sentido floresce «sobretudo na celebração comunitária da Missa Dominical» (C. 42), é manifestação da Igreja Universal, não é uma descoberta do nosso tempo; já os Padres da Igreja a desenvolveram quando falavam da Assembleia litúrgica local. Tendo presente a frase do Senhor: «onde dois ou três se reunirem em meu nome Eu estarei no meio deles» os Padres afirmam que a oração da Assembleia é a voz da Esposa de Cristo e por isso é sempre ouvida por Ele; concluem daqui que esta oração comunitária deve ser preferida à individual. Sobre este mesmo tema basta recordar o texto de S. João Crisóstomo citado atrás: «a vossa oração tem mais força quando estais unidos aos outros membros, quando o Corpo inteiro da Igreja eleva ao Céu a sua prece num só coração».

Onde a comunidade paroquial aparece melhor como sinal da Igreja é na Assembleia litúrgica e por isso não só nos Padres mas também na liturgia e nos próprios escritos do Novo Testamento é constante este pensamento: A assembleia litúrgica é sinal da Igreja. E não só é sinal como é principalmente ela que a manifesta; não sendo a sua única manifestação sensível é a mais comum e acessível: vendo a assembleia deve descobrir-se a autêntica face da Igreja. Aliás as linhas estruturais da Assembleia vai ela buscá-las à própria estrutura da Igreja. Temos assim vários pontos de contacto entre ambas:

a. Tal como a Igreja a Assembleia «reúne o que estava disperso»; é uma «reunião de todo o que vier a ela».

A assembleia não é formada por uma elite especializada nem sequer por uma sociedade de «perfeitos»; está aberta a todos os que satisfaçam duas condições: sejam baptizados ou se preparem para receber o baptismo, e professem a fé. Mas, pondo só estas duas condições corre-se o risco de a assembleia, assim aberta a todos, mesmo aos pecadores, aparecer como uma reunião de pessoas de vida medíocre. É de facto assim: a mediocridade é o escândalo da Igreja; sendo Santa, a Igreja é constituída por homens pecadores e fracos que intentam o Céu:

A Igreja é a grande rede que recolhe todo o género de peixes; a escolha só será feita no fim dos tempos (cf. Mt. 20, 6).

A Igreja comporta um grande número de operários da última hora, o que inquieta os bem-pensantes (cf. Mt. 20, 6).

A verdadeira assembleia litúrgica é a que toma este povo medíocre e o eleva acima das suas capaciddes humanas.

É da própria natureza da Igreja «reunir o que está disperso»: o Espírito Santo escolheu para a manifestar no Pentecostes, a altura em que Jerusalém estava mais variegada com a multidão dos peregrinos da diáspora:

«Partos, Medos, Elamitas, os que habitam a Mesopotâmia, a Judeia, a Capadócia, o Ponto, a Ásia, a Frígia, a Panfília, o Egipto e as províncias da Líbia próximas de Cirene, peregrinos romanos, judeus ou prosélitos cretenses e árabes, ouvimo-los publicar em nossas línguas as grandezas de Deus» (Act. 2, 9-11).

A assembleia litúrgica é manifestação visível da Igreja se, como ela, é aberta a todos: «vi uma enorme multidão que ninguém podia contar» (Apoc.). Reunindo os homens de todas as tribos, nações, línguas e condições sociais na igualdade, convém que todos se sintam na Assembleia como em sua casa. Com efeito, «já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Jesus Cristo» (Gál. 2, 28). Aparecendo assim a Assembleia litúrgica é não só sinal da Igreja mas um esboço da vida celeste na unidade e na fraternidade.

b. Tal como a Igreja, de que é manifestação visível, a assembleia é um corpo hierarquizado, diferenciado na unidade: carismas e funções são diferentes, mas todos têm um papel a exercer o que, aliás, é sinal de que todos são chamados a ela.

A noção de assembleia implica a organização dum corpo diferenciado e diversidade de funções que se não confundem: só o

bispo preside de direito dada a missão que recebeu como sucessor dos Apóstolos; ao lado do bispo, ou substituindo-o na sua ausência, presidem os padres em virtude de terem recebido o Espírito Santo que os faz cooperadores do ministério do bispo. Pela ordenação os diáconos são investidos dum ministério de serviço. Dum modo mais ou menos estável, outros recebem funções na Assembleia.

c. A assembleia litúrgica comporta sempre a proclamação do Mistério da Salvação mesmo quando não celebra a Eucaristia que é o seu memorial eficaz: constituída por pecadores implora a piedade de Deus, constituída por baptizados que têm confiança canta as misericórdias de Deus com hinos de acção de graças. É assim que, mesmo sem Eucaristia, a assembleia litúrgica está relacionada com a História Sagrada em que Cristo realizou a salvação dos homens padecendo e morrendo por eles.

Muitos outros pontos de contacto podiam ser apontados. Bastam estes para vermos um pouco como a comunidade paroquial, enquanto reunida em Assembleia, é sinal da Igreja, independentemente da celebração da Eucaristia. Contudo, é a celebração eucarística que, além de dar à comunidade paroquial o seu carácter de sinal, torna mais eficazmente presente a Igreja Universal.

Diz Schasching que «a paróquia é a estrutura social pela qual a Igreja quer tomar forma duma maneira particular na sociedade concreta». Temos assim que a paróquia é a representação actual da Igreja; não se pode portanto falar dela se a isolarmos da Igreja Universal. Para melhor compreensão do facto de ser a paróquia a representação actual da Igreja convém que se faça uma breve análise sobre a natureza desta:

Se nos interrogarmos sobre o que é a Igreja — ou seja, em que consiste aquela realidade única instituída por Cristo para todos os homens —, somos levados a pensar na «sociedade perfeita», numa sociedade organizada em que há diversas funções articuladas de modo hierárquico, poderes de jurisdição e ordem para a realização destas mesmas funções, e num grande número de homens, que, satisfazendo uma série de condições requeridas, se tornam membros desta mesma sociedade. A Igreja é, realmente, tudo isto. Tal como as outras sociedades também ela tem um fundamento jurídico; e este fundamento é de tal ordem que na hipótese de em certos momentos do tempo não haver qualquer actividade tanto da parte dos chefes como da parte dos membros, a sua existência não seria interrompida. Mas é incontestável que onde a Igreja actua como tal alcança um grau de realização e sobretudo de presença mais elevado do que onde se limitasse a uma simples continuidade de existência. «Sociedade visível, a Igreja é obrigada a manifestar

aos homens, incessantemente, a sua presença sensível no tempo, num lugar, na história»; a Igreja deve, pois, agir, deve ser, sem cessar, «acontecimento». Podemos assim distinguir na Igreja dois aspectos que se interpenetram: a Igreja como instituição social permanente e a Igreja enquanto age e se manifesta aos homens, isto é, a Igreja como «acontecimento».

Onde e **como** é a Igreja «acontecimento»?

No seu ser mais profundo a Igreja é o Verbo de Deus Incarnado no mundo: é a manifestação histórica da vontade salvífica de Deus realizada por Cristo. Portanto a Igreja é particularmente tangível e intensa onde, pelas palavras da Consagração, o próprio Cristo se torna fisicamente presente no seio duma comunidade, a Sua, trazendo-lhe a Salvação, onde a redenção se realiza eficazmente pela presença de Cristo na tangibilidade do Sacramento.

Por aqui se vê que é na Celebração Eucarística que a Igreja «acontece» mais intensamente e isto por uma razão simples: é que na Celebração Eucarística não se trata só da presença de Cristo na Igreja como seu Senhor e como Redentor do Seu Povo, mas é a própria unidade dos crentes com Cristo e entre si que é tangível e eficazmente realizada.

Ora, a celebração Eucarística como acção sacramental e cultual tem como característica essencial o estar localizada; sem ir contra a universalidade da Igreja torna-a presente, num lugar concreto. Assim, na comunidade local que celebra a Eucaristia a Igreja «acontece» toda ela no seu ser mais íntimo. Compreende-se agora melhor que a Escritura chame «Ecclesia» à celebração comunitária local aplicando-lhe o mesmo nome que é dado à única comunicade de todos os crentes espalhados pelo universo. Assim, do mesmo modo que dizemos que «é a Igreja que faz a Eucaristia» podemos dizer com o P.e De Lubac que «é a Eucaristia que faz a Igreja»: A Igreja, na sua totalidade, existe e mantém-se porque, sem cessar, se realiza e actualiza neste singular «acontecimento» que a mantém: a Eucaristia.

Deste modo compreendemos absolutamente que a paróquia não é tanto o resultado duma repartição territorial como o mais alto grau de «actualização» da Igreja Universal que está totalmente presente quando a comunidade paroquial celebra a Eucaristia.

comunidade paroquial e assembleia de domingo

«É preciso trabalhar para que floresça o sentido da comunidade paroquial sobretudo na celebração comunitária da missa dominical». (Const. Liturg. Vat. II N.º 42).

Falei da assembleia cristã em geral localizando-a depois na comunidade paroquial; um novo elemento é apontado pela Constituição Conciliar: após ter afirmado que a paróquia é a mais importante comunidade de fiéis recomenda que se desenvolva o seu sentido e aponta como incremento principal para este desenvolvimento a celebração comunitária da missa dominical. Mas porquê a missa dominical?

S. Justino abre-nos a pista para a resposta: «...Reunimo-nos todos neste dia da semana porque é o primeiro dia (segundo a semana judaica), aquele em que Deus transformou as trevas e criou o cosmos; mas reunimo-nos também porque neste mesmo dia Jesus Cristo, Nosso Salvador, ressuscitou dos mortos». Com base nestas duas razões apontadas por S. Justino podemos compreender o espírito de assembleia que caracteriza o domingo. Ao lermos o cap. 24 de S. Lucas verificamos que as aparições colectivas do Senhor após a Sua Ressurreição tiveram lugar no primeiro dia da semana; lendo o cap. 20 de S. João ficamos com a ideia de que foi intenção do Senhor espaçar estas aparições de uma semana, isto é, de um domingo a outro. Estas aparições são já como que a celebração do domingo como no-lo afirma Callewaert: «Cremos que o berço do Ressurreição que o Senhor se junta aos seus discípulos reunidos encorajando-os com a sua presença e comendo com eles a refeição fraternal. (Lc. 24; Jo. 21)

O mistério que envolveu a Morte e Ressurreição de Jesus ou seja o mistério Pascal, completa-se no Pentecostes: no oitavo domingo, quinquagésimo dia, que na Bíblia é símbolo de plenitude, estando os apóstolos reunidos, de novo o Espírito de Cristo, Espírito de Ressurreição, desce sobre eles transformando-os completamente e comunicando-lhes uma força e um poder a que nada resiste. Como resultado desta efusão do Espírito Santo o número de fiéis aumenta prodigiosamente e desperta a «Consciência Eclesial». É a partir deste dia que a Igreja começa a organizar a celebração do domingo como no-lo afirma Callewaert: «Cremos que o berço do nosso domingo se encontra em Jerusalém antes da dispersão dos apóstolos; a celebração do domingo mais não é que a reunião litúrgica e eucarística feita regularmente — hebdomadàriamente — em recordação da Ressurreição do Senhor que saiu triunfante do túmulo no primeiro dia da semana judaica».

Por todos estes textos se vê que na origem da assembleia dominical está uma mística de comunidade; por sua vez a assembleia aparece como fundamental na mística do domingo. Antes de falar da mística da assembleia dominical convém saber o que significa o domingo para o cristão. Os padres da Igreja insistiram no facto de o domingo ser não só o dia da Ressurreição do Senhor como também das suas aparições; tal como a Páscoa também o domingo é

uma teofania, uma manifestação de Jesus aos seus: sob o véu do Sacramento o Senhor ressuscitado manifesta-se autênticamente à assembleia dos fiéis trazendo-lhes a graça e alegrias pascais pois cada domingo contém o mistério Pascal, é uma nova Páscoa como afirma a constituição litúrgica:

«A Santa Madre Igreja... em cada semana, no dia a que chamou Dia do Senhor, faz memória da Ressurreição do Senhor...» (C. 102).

«A Igreja em virtude de uma tradição apostólica que tem a sua origem no próprio dia da Ressurreição de Cristo celebra o Mistério Pascal em cada oitavo dia o qual, justamente é chamado o dia do Senhor ou Domingo. Neste dia, com efeito, os fiéis devem reunir-se em assembleia, para que, ouvindo a Palavra de Deus e e da Glória do Senhor Jesus e dêem graças a Deus que «os regenerou para uma viva esperança pela Ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos» (I ped. 1, 3. (C. 106).

Além de recordar a Ressurreição do Senhor e tornar presente todo o Mistério Pascal, a assembeia dominical é símbolo eficaz da unidade da Igreja como diz a Didascália dos Apóstolos:

«Ordena e convence o povo a ser fiel a tomar parte na assembleia de domingo. Que não falte a ela mas seja fiel a reunir-se a fim de que ninguém diminua a Igreja não vindo à assembleia, e não diminua sequer dum membro o Corpo de Cristo».

A convocação dominical é feita também para obedecer ao Mestre que antes de subir ao Céu recomendou aos discípulos que não se afastassem de Jerusalém mas que esperassem em comum a realização de toda a promessa (cf. Act. 1, 4). Esta promessa reali-se integralmente em dois tempos: Pentecostes e Parusia.

A efusão do Espírito do Senhor no Pentecostes é o prelúdio da Parusia final e dá ao Mistério do Domingo todo o seu dinamismo Pascal. A partir do Pentecostes os discípulos podem abandonar a Jerusalém terrestre e espalhar-se por todo o mundo a realizar a sua missão apostólica. A Jerusalém terrestre já não conta porque cedeu o lugar à Igreja, Jerusalém Celeste que é preciso não abandonar até que o Senhor venha, na Parusia final, cumprindo o resto da Promessa. Assim, em qualquer lugar onde, em comunhão com os Apóstolos, os discípulos se reunirem está presente a Jerusalém espiritual em que se aguarda a última e definitiva aparição do Senhor. Isto mostra-nos que na base da mística comunitária da Assembleia Dominical está uma atitude escatológica: a reunião tem como fim esperar o Senhor Ressuscitado para com Ele entrar na glória Celeste.

Dadas as transformações sociológicas do nosso tempo, a grande mobilidade das populações e a crescente complexidade dos problemas humanos, a Paróquia como tal cada vez está mais retirada dos grandes centros de trabalho, de vida, de divertimentos, assim como das grandes esferas de influência tanto profissional como informativa; aparece-nos sobretudo como uma comunidade de culto dado que se mantém para os Cristãos a obrigação de se reunirem à mesa da palavra e da Eucaristia, de trazerem os filhos ao baptistério do novo Nascimento, de participarem nos Sacramentos e rezarem com os irmãos. Contudo a paróquia não perdeu o seu sentido de Evangelizadora permanecendo actual a finalidade da vida paroquial apontada por Pio XII: «Tornar Jesus conhecido, amado e servido de todos». Esta missão evangelizadora realiza-a a paróquia sobretudo na assembleia de domingo que é o principal centro de irradiação missionária.

«Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe»: a assembleia é despedida, mas a vivência singular nela realizada não pode terminar. Pelo contrário, esta fórmula, além de despedir, marca como que um «envio». A este propósito diz o P.e Martimort: «O carácter próprio do tempo do nosso exílio é que não podemos permanecer na visão do Céu; apenas vislumbrada ela é-nos retirada e somos reenviados às nossas funções terrestres». Apraz-me recordar o episódio evangélico da Transfiguração por me parecer uma bela imagem do que se passa na Assembleia. Os apóstolos tiveram a felicidade de contemplar o esplendor da glória de Cristo e esquecidos de tudo o que tinham deixado para subirem à montanha desejaram estabelecer-se ali e erguer três tendas: «é bom estar aqui». Mas ainda não estava tudo realizado: era preciso tornar a descer a montanha e preparar-se para a Paixão. O mesmo se passou na Ascensão do Senhor. Os apóstolos ficaram a olhar para onde Jesus tinha desaparecido e foi preciso virem dois anjos despertá-los: «Homens da Galileia, que olhais vós no Céu?»; mais uma vez era preciso partir: era necessário correr o mundo a pregar a Boa Nova.

Também hoje é lembrado à Assembleia que é preciso partir: Ide! Diz Monsenhor Léon Terrier que «os cristãos despedidos pelo: «Ide em paz...», com que termina a Assembleia são ao mesmo tempo enviados em Missão». Para onde é feito este «envio»? Despedido da assembleia o cristão vai encontrar todos aqueles de quem a Assembleia o separou: familiares, vizinhos, colegas de trabalho; é enviado a todos estes sem ter direito de se interrogar, «quem é o meu próximo?». Saído duma comunidade, a assembleia litúrgica, o cristão entra numa outra comunidade: a sociedade anónima que tenta construir-se sem Deus; entra no convívio de homens que

sonham construir uma Comunidade Universal abstraindo de todos os valores sobrenaturais e fechando-se exclusivamente no humano. O cristão despedido da Assembleia tem de ir dizer a estes homens que os seus intentos cairão irremediàvelmente no fracasso se continuarem a excluir Deus dos seus empreendimentos. Mais do que por palavras deve o cristão testemunhar com actos o que pensa e afirma: o que falta para o bom êxito dos empreendimentos dos homens na construção do mundo deve o cristão levá-lo consigo: «é preciso que a corrente de caridade que enriqueceu os membros da Assembleia cristã na missa e na Comunhão passe para a sua vida de membros duma cidade de homens e por eles atinja e penetre esta comunidade», afirma Léon Terrier. O mesmo diz o Episcopado Francês na pastoral que apresenta a Constituição Litúrgica aos fiéis: «o Povo de Deus tem de ser uma família verdadeiramente divina nos factos e nos gestos de cada dia, nos trabalhos e nas penas da vida...; a liturgia obriga-nos a realizar na vida de todos os dias o mistério celebrado na Eucaristia: a Igreja deve construir-se fora das igrejas».

O «Ide em paz e o Senhor vos acompanhe» aparece assim como uma palavra de ordem. Vida litúrgica e vida apostólica estão ligadas: não pode haver separação entre a Igreja que ora e a Igreja que luta, mas esta tem de ser o prolongamento daquela. A comunidade cristã tendo vivido a caridade no seio do Mistério Sacramental do Corpo e do Sangue de Cristo, passa a actos esta mesma cariade, na obra de evangelização da comunidade dos homens levando-lhes o Amor que eles por si não conseguem descobrir.

reforma litúrgica e ecumenismo

FERNANDO OLIVEIRA

NA sessão conciliar de 21 de Novembro passado, teve lugar a promulgação do DECRETO SOBRE O ECUMENISMO. No seu proémio diz-se:

— «Um dos principais fins do Sagrado Concílio Ecuménico Vaticano II, é o restabelecimento da unidade que se deve promover entre todos os cristãos. A Igreja foi fundada por Cristo Senhor como una e única, mas apesar disso, muitas comunhões cristãs se apresentam aos homens pretendendo ser as verdadeiras herdeiras de Jesus Cristo. Na verdade, todas se afirmam verdadeiras discípulas do Senhor, mas propõem diversas opiniões e avançam por caminhos diversos, como se o próprio Cristo estivesse dividido (a). Esta divisão não só contradiz abertamente a vontade de Cristo mas escandaliza o mundo e prejudica a mais santa das causas — a proclamação do evangelho a toda a criatura.

Ora o Senhor dos tempos, que com sabedoria e paciência mantém o desígnio da sua graça para connosco, os pecadores, começou nestes últimos tempos a derramar com mais abundância sobre os cristãos, assim separados entre si, o arrependimento interior e o desejo de união. Já são numerosos em todo o mundo, os homens que foram tocados por esta graça, e também entre os nossos irmãos separados (b) surgiu, por graça do Espírito Santo, um movimento, cada vez mais amplo, para o restabelecimento da unidade de todos os cristãos. Participam neste movimento pela unidade, chamado ECUMÉNICO, todos os que invocam a Santíssima Trindade e professam a fé em Jesus Senhor e Salvador, e o fazem não só como pessoas isoladas, mas também reunidos em comunidades, nas

quais escutaram o Evangelho e a que todos chamam a Igreja, sua e de Deus. Quase todos, porém, ainda que por modo diverso, aspiram à Igreja de Deus una e indivisível, que seja verdadeiramente universal e enviada a todo o mundo, para que este se converta ao Evangelho e deste modo se salve para glória de Deus.

Por esta razão, o Sagrado Concílio, considerando tudo isto com alegria, depois de ter exposto já a doutrina da Igreja, levado pela aspiração de restabelecer a unidade entre todos os discípulos de Cristo, deseja agora propor a todos os católicos os auxílios, os métodos e os meios, com que eles próprios possam corresponder a esta vocação e graça divinas.»

Seguidamente o Decreto, após precisar a quem compete este trabalho, enuncia os vários planos em que o diálogo ecuménico se deve praticar e diz:

«Como toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa crescente fidelidade à sua vocação, este é sem dúvida o motivo do movimento para a unidade. A Igreja peregrinante é chamada por Cristo a esta contínua reforma de que, enquanto instituição humana e terrena, tem sempre necessidade. Assim, em tempo oportuno, restaure-se com justeza e de modo preciso o que, segundo as vicissitudes dos acontecimentos e dos tempos, tiver sido conservado com menos pureza no que respeita quer aos costumes e à disciplina da Igreja quer ao próprio modo de apresentar a doutrina, que se deve distinguir com precisão do depósito da fé.

Esta renovação tem, portanto, uma importância ecuménica singular. Quanto aos vários modos mediante os quais esta renovação da vida da Igreja está já em actuação — como sejam o movimento bíblico e litúrgico, a pregação da palavra de Deus e a catequese, o apostolado dos leigos, as novas formas de vida religiosa, a espiritualidade do matrimónio, a doutrina e a actividade da Igreja no campo social — devem TER-SE COMO GARANTIAS E SINAIS QUE FELIZMENTE ANUNCIAM OS FUTUROS PROGRESSOS DO ECUMENISMO» (6).

Propusemo-nos no início deste trabalho analisar a Constituição sobre a Liturgia de modo a verificarmos como é que ela constitui alta contribuição do catolicismo romano para o ecumenismo.

Vejamos sem mais (C. 1):

«O Sacrossanto Concílio, visto que se propõe fazer crescer incessantemente a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades da nossa época aquelas instituições que são

susceptíveis de mudança, desenvolver quanto possa concorrer PARA A UNIÃO DE TODOS OS QUE CRÊM EM CRISTO, e dar vigor a quanto possa contribuir para chamar todos ao seio da Igreja, considera seu dever tratar também, por uma razão especial, da RENOVAÇÃO e desenvolvimento da Liturgia».

É esta a resposta que o Concílio dá. Mas para que fique nítido qual o extraordinário alcance ecuménico da dita Constituição é necessário ter em conta o que está dito no seu n. 9 — a sagrada liturgia não esgota toda a acção da igreja —. A liturgia é apenas uma das múltiplas formas da vida da Igreja. Concluindo sem mais acrescento apenas qual o verdadeiro lugar que a liturgia ocupa na vida da Igreja citando n.º 1 — a liturgia é o vértice para o qual tende a acção da Igreja e ao mesmo tempo a fonte donde deriva toda a sua energia.

Ao desenvolver tanto a justificação do trabalho a que nos propusemos não queremos afirmar de modo algum que a dita constituição tem como finalidade imediata a unidade da Igreja, mas quisemos de modo particular desfazer qualquer pretenciosismo menos válido.

Sobre isto só mais uma nota. Se repararmos um pouco na história do movimento ecuménico nos últimos decénios, encontramos a chefiá-lo uma personalidade extraordinária como o foi Dom Lambert Beauduin que com outros da sua têmpera se tornou pioneiro do providencial movimento litúrgico. Se se procurarem as causas deste facto concerteza que se conclui aquilo que constitui os rudimentos do cristianismo — a oração é factor de unidade — a liturgia e sobretudo a eucaristia, que é o seu centro, é o Mistério do amor e da unidade (c).

De facto a constituição colabora e contribui para o progresso do movimento ecuménico de um modo muito mais directo do que à primeira vista poderíamos pensar.

Após estas referências vamo-nos debruçar sobre algumas afirmações que foram referidas com alegria e gratidão, pelos observadores conciliares não católicos. Notaremos apenas aquelas que nos parecem as mais importantes e consequentemente as de maior alcance ecuménico.

I. carácter cristocêntrico da constituição.

A primeira e a mais notável é a afirmação do carácter cristocêntrico que penetra todo o documento.

Na Nova Aliança há apenas um único sacerdote — Jesus Cristo. Conclui daqui a constituição que «a liturgia é o exercício da

função sacerdotal de Jesus Cristo» (7), e logo consequentemente teremos que a liturgia é um lugar privilegiado da presença de Cristo à Sua Igreja.

presença de Cristo à sua igreja

> «Para a realização de obra tão grandiosa, Cristo está sempre presente à Sua Igreja, sobretudo nas acções litúrgicas».

O Padre Martimort especifica esta presença, que diz ser IMEDIATAMENTE e MEDIATAMENTE ACTIVA.

Presença imediatamente activa nas celebrações sacramentais pròpriamente ditas — em teologia clássica denominadas EX OPERE OPERATO — e presença mediatamente activa nos sinais que a Igreja, animada pelo Seu Espírito e instituída pela Palavra de Cristo, propõe aos fiéis — ex opere operantis, na teologia clássica.

> «Cristo está presente — no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro, «oferecendo-se agora pelo ministério dos sacerdotes, Ele mesmo que outrora a Si próprio se ofereceu na Cruz», quer, acima de tudo, sob as espécies eucarísticas. — Está presente pela Sua virtude, nos sacramentos, de modo tal que, quando alguém baptiza, é o próprio Cristo quem baptiza».

Já em 1951 o episcopado francês no directório para a pastoral dos sacramentos se apoiava nesta afirmação, atribuída a Santo Agostinho, **os sacramentos são actos de Cristo,** para extrair o primeiro princípio duma catequese sacramental.

«Cristo está presente na Sua Palavra, pois que é Ele próprio, quem fala, quando na Igreja se lêem as Sagradas Escrituras. Está presente quando a Igreja ora e canta os salmos, Ele que prometeu: «onde dois ou três estão reunidos em meu nome, lá estou Eu no meio deles» (7).

o primado da pregação — kérygma

A importância da pregação é lembrada por exemplo com insistência particular em (9 e 52) e isto porque «a Igreja por ela anuncia aos não crentes o pregão da Salvação, para que todos os homens conheçam o único Deus verdadeiro e Aquele que Ele enviou, Jesus Cristo». Aos crentes porém deve pregar sempre a fé e a penitência e deve além disso dispô-los para os sacramentos, ensiná-los a cumprir tudo quanto Cristo mandou e empenhá-los em todas as obras de caridade, de piedade e de apostolado (9).

o primado da leitura da sagrada escritura

Diz-se sem mais — «sumamente grande é na celebração da Liturgia a importância da Sagrada Escritura». Depois, diz-se qual a razão «dela se tiram os textos que se lêem e que na homilia se explicam, bem como os salmos que se cantam; foi pela força da sua inspiração que brotaram as preces, orações e hinos litúrgicos, e é dela que as acções recebem a sua significação. Assim, para preparar a reforma, o desenvolvimento e a adaptação da Sagrada Liturgia, é necessário promover aquele gosto saboroso e vivo pela Sagrada Escritura de que dá testemunho a venerável tradição dos ritos tanto orientais como ocidentais» (cf. 24, 35, 51...).

sentido do ano litúrgico

A constituição sobre a liturgia dá lugar central ao mistério de Cristo, ao mistério Pascal (102, 103, 104, 105).

A santa Igreja considera seu dever celebrar a obra salvífica do Seu divino Esposo por uma comemoração sagrada, em dias determinados ao longo do ano. Em cada semana, no dia a que chamou dia do Senhor, (Domingo) faz memória da Ressurreição do Senhor, que ela celebra também uma vez no ano, juntamente com a sua bem-aventurada Paixão, na solenidade máxima da Páscoa (102).

Em segundo plano a constituição tem presente no ciclo anual dos mistérios de Cristo, «Santa Maria, Mãe de Deus, que está unida a Seu Filho na obra da salvação por um laço indissolúvel,... ...«e as memórias dos Mártires e dos outros Santos, que, elevados à perfeição pela multiforme graça de Deus e tendo já entrado na posse da salvação eterna, cantam a Deus no céu um louvor perfeito e intercedem por nós. Com efeito no dia natal dos santos, a Igreja proclama o mistério pascal nesses santos que com Cristo sofreram e com Ele foram glorificados.

Suzanne Dietrich, teóloga protestante francesa referiu as afirmações da Constituição acerca de N.ª S.ª e dos Santos dizendo que os termos empregados tinham sido «cuidadosamente escolhidos» visìvelmente destinados a satisfazer as Igrejas do Oriente.

II. sacerdócio dos fiéis.

O segundo ponto que referiremos após o Cristocentrismo relaciona-se com o sacerdócio dos baptizados.

«Insistentemente se fala no documento conciliar do carácter comunitário de toda a acção litúrgica. Diz-se «a Santa Igreja deseja muito que todos os fiéis sejam levados até àquela participação nas

celebrações litúrgicas, plena, consciente e activa, que é exigida pela natureza da própria liturgia... «Participação esta que é exigida em virtude do Baptismo (14). É por ele que nós nos tornamos cidadãos do povo cristão «raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo conquistado» (I Ped. 2/9).

Todo este capítulo que se refere à participação activa é marcado por um grande desejo pastoral e por uma abertura ecuménica propícia a estimular reflexões noutras confissões cristãs.

Nesta perspectiva acrescenta imediatamente: «a unidade da fé não impõe nem sequer na Liturgia uma rígida forma que tudo nivele; muito pelo contrário, cultiva e procura desenvolver as qualidades e dotes de espírito das diversas gentes e povos. Tudo aquilo que nos seus costumes não está indissolùvelmente ligado a superstições e a erros, ela o aprecia com benevolência e, se está no seu poder, conserva-o e defende-o, e até, por vezes, o admite na própria liturgia, contanto que se harmonize com os princípios dum verdadeira e autêntico espírito litúrgico» (37). Ao sublinhar a autoridade dada em matéria litúrgica às conferências episcopais nota indícios duma descentralização que nos relaciona imediatamente com a organização sinodal e patriarcal dos orientais (22 § 2.º)

III. Questões concernentes aos sacramentos.

Neste campo alguns pontos interessam de sobremodo aos irmãos protestantes e ortodoxos.

eucaristia

Por exemplo o 55 § 1.º trata da comunhão na missa, após a comunhão do sacerdote dizendo que isso constitui a mais perfeita participação na Missa. Fundamentalmente por detrás desta afirmação está o não haver dissociação entre a comunhão e a devoção eucarística da Missa, entre a comunhão em Cristo e a comunhão no Seu Sacrifício e no Seu mistério Pascal.

— O § 2.º fala-nos da comunhão sob as duas espécies costume que o Ocidente já perdeu no século XII ou XIII. Hoje determina-se apenas que «mantidos os princípios dogmáticos estabelecidos pelo Concílio de Trento pode ser concedida, nos casos a determinar pela Sé Apostólica, tanto a clérigos e religiosos como a leigos, segundo o critério dos Bispos; por exemplo aos ordenados na Missa da sua sagrada ordenação, aos professos na missa da sua profissão religiosa, aos neófitos na Missa que se segue ao Baptismo».

É claro que ao sublinhar que se concede apenas a título excepcional não se satisfaz a todos e por exemplo a acima citada teóloga protestante numa conferência proferida em Junho de 1964 perguntava como conciliar esta concessão com a autoridade da Revelação reconhecida como soberana.

Ainda no tocante à Eucaristia sublinhemos tudo o que se refere à concelebração «pela qual se manifesta da maneira mais feliz a unidade de sacerdócio» (57).

A concelebração não é uma pura novidade na Igreja. Sempre se realizou quer no Ocidente, quer no Oriente embora nos nossos dias esteja mais radicada no Oriente católico e ortodoxo do que no Ocidente.

N. B. — De relativa importância é também a restauração da Oratio Fidelium (53), rito que desapareceu na Igreja Latina logo após S. Gregório Magno, mas que se manteve até aos nossos dias em numerosas liturgias orientais.

unção dos enfermos

A constituição retomou o verdadeiro sentido do sacramento da Unção dos enfermos vulgarizado impròpriamente como sacramento da Extrema Unção. Este sacramento segundo o desejo dos Padres Conciliares não deve ser considerado de modo algum apenas o sacramento dos que se encontram no momento extremo da vida. Por isso é já certamente tempo oportuno para o receber quando o fiel começa a estar em perigo de morte seja por doença seja por velhice.

confirmação

Na mesma linha o sacramento da Confirmação é referido ao pedir-se que o rito seja submetido a revisão para que se manifeste mais claramente a íntima conexão deste sacramento com toda a iniciação cristã (71).

matrimónio

Igualmente se pede a revisão do rito da celebração do matrimónio que será enriquecido de modo a que mais claramente se signifique a graça do sacramento e se realce o seu verdadeiro sentido (77, 78).

baptismo

Pede-se ainda a restauração do catecumenato de adultos em ordem ao Baptismo (64).

Deste simples apanhado de notas que deveremos concluir?

Suzanne Dietrich na conferência anteriormente citada responde:

1. Nenhum dogma da Igreja Católica foi ou virá a ser tocado pela reforma litúrgica ou mesmo ainda por qualquer outra reforma. As grandes questões que os dogmas da Igreja católica põem aos cristãos de outras confissões permanecem tal qual se encontravam anteriormente.

2. O espírito que penetra toda a constituição litúrgica — a maneira como é sublinhado o lugar central e único da Liturgia, Cristo o Senhor —, o acento sobre a vida comunitária do Povo de Deus abandonando fórmulas excessivamente jurídicas a que já estávamos demasiado habituados, e a própria perspectiva dum futuro renovado, dum voltar às fontes, às origens profundas, não pode deixar de alegrar todo e qualquer coração cristão e sobretudo autoriza, ao mesmo tempo que garante, grandes esperanças.

---

a. cf. 1 Cor. 1/13

b. sejunctus — o termo latino empregado indica uma certa unidade existente entre todos os baptizados. Literalmente equivale a desunidos. Não se usa o termo separatus.

c. As formas litúrgicas mais antigas são anteriores à separação e portanto comuns a todos os cristãos.

actualidade

a igreja no mundo

É grande a nossa alegria ao podermos anunciar que, no próximo ano, dedicaremos dois números a dois problemas pastorais de suma importância nos tempos que vão correndo: «a Igreja no mundo operário» e «a Igreja no mundo rural».

É numa tentativa de afirmarmos o nosso grande interesse por estes problemas que lhes dedicamos neste número algumas páginas. Limitamo-nos a focar alguns acontecimentos que nos parecem significativos da vitalidade actual da JOC e da JARC e a publicar dois textos que nos podem ajudar a penetrar mais o espírito operário e o momento actual dos rurais europeus no pensamento do Santo Padre.

1. a igreja no mundo operário

Não pretendem estas palavras dizer o que se estudou ou quais as conclusões do encontro de Assistentes da Acção Católica Operária realizado de 21 a 23 de Setembro passado na casa de Retiros da Buraca, mas mostrar o que se viveu naqueles dias de verdadeira preocupação pastoral.

O primeiro sinal notável creio poder dizê-lo. Foi o facto de 23 assistentes da A. C. de toda a diocese de Lisboa deixarem as suas preocupações paroquais para estudarem juntamente com alguns leigos os problemas da A. C. no meio operário. Foi uma prova de que o clero já é capaz de ouvir as angústias dos leigos e da classe operária preocupados, não em dar-lhe soluções feitas, mas em caminharem em conjunto na procura de iniciativas e atitudes capazes de modificar estruturas corrompidas.

De facto, deve notar-se o diálogo extremamente aberto, empenhado e sem preconceitos. Neste ponto há que louvar os organizadores que preferindo arriscar uma teoria que estudaram e de que estão convencidos para dar lugar a soluções e caminhos descobertos pelos participantes deram possibilidade a que todos os valores fossem enquadrados em soluções que são de todos porque todos nelas participaram com a sua experiência e conhecimentos. Assim mais do que dias de aulas de pastoral, foram dias de reflexão pastoral em que a teoria se encontrou com diversas experiências na busca de caminhos de renovação.

Outro sinal marcante foi o do «engagement». Quem esteve presente de certo que não veio de lá aliviado por ter resolvido os problemas em todas as suas dimensões mas certamente veio mais preocupado e mais empenhado na procura e actuação de linhas de solução em que talvez não tivesse pensado. Veio mais preocupado em ouvir os operários para atender cada um como pessoa e ajudá-los a descobrir os valores do Reino em fogo nas suas vidas e nos seus problemas pelos meios que essas vidas e esses problemas exigirem. Não encontrou soluções feitas mas convenceu-se de que não pode haver verdadeira pastoral operária, em comprimidos ou fórmulas a aplicar consoante os casos.

O terceiro sinal foi o da Revisão de Vida. Viveu-se naqueles dias em verdadeiro ambiente de revisão de vida — nada piegas, nada espiritualista — mas verdadeiramente inserido na problemática actual da assistência a movimentos operários da A. C.. A vida, foi o ponto de partida para a descoberta da teoria, da doutrina. A vida, foi a fonte de meditação no Reino presente já, mas escondido nas malhas de instituições deficientes, de homens que não são santos, de operários que são oprimidos e escorraçados como animais, mesmo, muitas vezes, pelos pregoeiros da caridade, enfim nas malhas do pecado terrivelmente presente também.

Foram dias de espiritualidade operária a partir do problema concreto para chegar ao mistério do concreto.

Este encontro de Assistentes, se o enquadrarmos em todo o movimento de renovação é também uma marca da vitalidade que a pouco e pouco se avoluma no meio, não só do operariado católico mas mesmo da classe operária em Portugal.

Assim, todos nos lembramos, no campo da A. C., do encontro que, em Maio passado, juntou no Barreiro cerca de 5.000 jovens trabalhadores; da escola de chefes que em Setembro reuniu cerca de 38 rapazes em Penafirme e raparigas em Lisboa; e ainda o regulamentar conselho diocesano que juntou este ano, o que é notável, cerca de 120 dirigentes de todas as zonas da diocese, num trabalho mais sério e bem ordenado que de costume.

Há muito para caminhar, mas vislumbram-se fundadas esperanças numa pastoral operária estruturada que seja capaz de implantar a Igreja nos meios de vida porque a classe operária se torna cada vez mais séria nas suas atitudes, e a Igreja está a tornar-se capaz de responder com um clero e um laicado atentos à vida e preocupações do mundo operário.

notas de uma conferência pronunciada no Seminário dos Olivais pelo Padre Narciso Rodrigues Assistente Geral da J. O. C.

relações entre a igreja e o mundo operário

Como se olham recìprocamente a Igreja e o mundo operário? Não tem esta pergunta simples interesse sociológico. É que há olhares de acolhimento e olhares de repulsa; olhares que procuram o encontro e olhares que acentuam o afastamento. Há aqui um problema de pastoral que toca a própria missão da Igreja. A aceitação de Cristo e a extensão do mistério da salvação estão, em certa medida, pendentes da atitude da classe trabalhadora para com a Igreja e, por sua vez, desta para com aquela.

E o problema toma uma acuidade assustadora pois que se trata de grandes massas humanas que, por força do surto de industrialização, tendem a crescer numérica e qualitativamente. Tenha-se também presente que, nos países de ampla democracia, essas massas têm uma influência decisiva na vida e nas estruturas sociais. Poderá até juntar-se: nos próprios caminhos da história.

Presentemente, a classe trabalhadora tem um «peso» que (e continuamos numa perspectiva pastoral) não é legítimo desconhecer.

Devemos então pôr sem rodeios — porque só assim nos situamos no caminho da verdade — o problema: como é que a classe trabalhadora vê a Igreja? E este «ver» significa mais imediatamente o que pensa da Igreja e quais as atitudes que, em consequência, toma para com ela.

Creio que a posição da classe trabalhadora em face da Igreja é muito semelhante à que as massas das regiões não cristãs ou das fortemente protestantes tomam para com ela. O catolicismo (ou seja a Igreja) é a religião dos estrangeiros: ou porque aparece como importado ou porque é praticado sobretudo por estrangeiros. Até há pouco, na Ingaterra, catolicismo correspondia a «missão italiana». O cristianismo não se inseriu na cultura, nos valores e nos quadros de vida desses povos; ou, se a expressão não é demasiado ousada, a Igreja não se «indigenou».

Para a classe trabalhadora, a Igreja é igualmente uma estranha, uma estrangeira.

Mas, em relação ao que se passa em regiões não católicas, a situação da Igreja em relação ao sector operário, toma aspectos mais graves e mais inquietantes. Neste caso, a Igreja não é apenas uma estrangeira; pertence ou está ligada a um mundo que não é o deles, a um mundo a que eles se opõem. E a hostilidade que votam a esse «outro mundo», envolve e atinge a mesma Igreja. Isto é: a Igreja não está apenas do outro lado; est! do outro lado da barricada.

Mesmo quando a Igreja toma atitudes bem claras de defesa dos trabalhadores, tais atitudes são vistas como provindo duma «potência», que se decidiu, como outras instituições, a interessar-se pelos trabalhadores; uma potência ou uma força que é sempre vista como estranha. Isto mesmo disseram um grupo de Padres-operários em Carta dirigida aos Padres do Concílio.

E chegamos ao ponto que tem para nós, padres ou futuros padres, particular interesse pastoral: como olha a Igreja — e quando aqui se fala de Igreja tem-se presente a comunicade eclesial tomada no seu conjunto — para o sector operário?

Receio que a minha resposta se situe numa perspectiva demasiado sombria. Apresento-a, disposto a retirá-la.

Parece-me que a Igreja se assusta perante o mundo operário; vê-o como uma avalanche de novos bárbaros que trazem consigo uma sede destruidora; encara-o (se é que tem coragem de o enfrentar face a face) como total negação dos valores cristãos; mais: dá impressão de não acreditar na sua receptividade em relação ao Evangelho; não procura ou não encontra uma linguagem adequada para lhe levar a Mensagem; talvez inconscientemente não se organiza (refiro-me designadamente ao esforço pastoral) para os estranhos homens deste mundo. Esta é, na minha despretenciosa opinião, a posição da Igreja em relação ao sector operário designadamente nos países sub-desenvolvidos tradicionalmente católicos.

O que está na origem desta situação de isolamento e mútua desconfiança? A situação é complexa e resulta de determinantes de variada ordem. As responsabilidades hão-de ser repartidas entre a Igreja e a classe trabalhadora.

Vejamos, em primeiro lugar, as responsabilidades da Igreja. Esta, enclausurada na sua fortaleza, não teve consciência, particularmente ao longo do século XIX, que um mundo novo surgia à sua margem e até em oposição com ela. E não permita Deus que amanhã se haja de repetir que a Igreja em Portugal, neste momento, não esteja suficientemente desperta para as transformações da sociedade portuguesa, resultantes do desenvolvimento industrial do país: terá a Igreja, em Portugal, consciência do crescimento da nossa população operária e da complexidade de fenómenos que o acompanha?

Mas fechemos o parêntesis e reatemos o fio das nossas reflexões. Neste momento em que se multiplicam os esforços pastorais em ordem a um contacto com o mundo de trabalho, a perturbação da Igreja perante as realidades deste sector social que ela desconhece, assemelha-se à impressão de espanto que Mónica Baldwin regista no seu livro «Saltei o muro», ao entrar em contacto com um mundo muito diferente daquele que ela tinha abandonado ao entrar na vida conventual. Na sua linguagem e até nas aparências senhoriais, a Igreja «isolou-se» deste mundo de trabalho. E terá também deixado, por vezes, de dar um testemunho de amor desinteressado, que em certas situações se haveria de traduzir numa posição declaradamente pro. Na verdade, nas suas lutas por reivindicações (que hoje, a distância, aparecem como elementares exigências da justiça) a classe trabalhadora não viu a seu lado os homens da Igreja; estes encontravam-se quase sempre do lado de lá.

A juntar a tudo isto, parece igualmente que, durante os longos anos em que insensìvelmente se processou a deserção da classe trabalhadora, a Igreja perdeu de vista a figura do Bom Pastor que procura a ovelha perdida. Ligou-se mais à ideia do redil, cuidando dos «de dentro» e esquecendo os «de fora».

Na periferia dos velhos centros citadinos, surgiam os bairros operários sem uma presença da Igreja, traduzida numa assistência religiosa eficiente. E enquanto as massas trabalhadoras se integravam em associações operárias, faltava-nos o sentido inventivo e criador, que deveria ter feito surgir uma pastoral que fosse ao encontro das realidades da vida dessas massas.

A história tem, neste caso, uma lição a dar-nos. Os Círculos Católicos Operários, que constituíram a primeira tentativa de organizar, dentro da Igreja, os trabalhadores, apareceram, entre nós, nos últimos anos de século XIX quando já existiam para além de duzentas associações de classe, de inspiração socialista.

É corrente dizer-se que a classe trabalhadora abandonou a Igreja, mas não estará antes mais em conformidade com a história reconhecer que a Igreja abandonou a classe trabalhadora?

Não teremos de dizer, perante a presente situação, o nosso «mea culpa»?

Mas não cabe à Igreja o monopólio da responsabilidade desta deserção. Outros factores, e de forma positiva, pesaram e continuam a pesar no processo de descristianização do sector operário. Enunciemos alguns.

Primeiro o socialismo romântico e, depois, o marxismo, marcaram profundamente com o seu anti-clericalismo (o primeiro) e a luta anti-religiosa (o segundo) a alma operária. Uma atitude - anti em relação à religião está inseparàvelmente ligada à luta operário e à mentalidade de classe; constituem um autêntico bloco. Designadamente, naqueles países em que a classe trabalhadora tomou consciência da sua missão e da sua força, e em que o movimento operário se inspira na ideologia marxista. A Igreja é apresentada como arco-voltante duma estrutura social, que importa destruir.

Esta oposição e hostilidade encontram um terreno fácil de cultura. Enquanto a classe operária toma sempre uma posição «avançada», a Igreja (e pomo-nos sempre no ponto de vista do conjunto dos seus homens) aparece sempre como conservadora. E é fácil transformar esta situação de facto num argumento convincente.

Depois, a condição operária. Ser operário é estar em situação de dependência, é ser menos homem. A organização da produção, como já o denunciara Pio XII e formalmente o sublinha a «Mater et Magistra», barrou aos trabalhadores o acesso às suas responsabilidades dentro das empresas, fazendo deles «silenciosos executores». Como poderão eles acreditar que são filhos de Deus, se, como lembra Pio XII, «são tratados como peças na potente engrenagem da produção»?

Nestes termos a condi'ão operária encarrega-se de, por si mesma, os «descristianizar» na medida em que os reduz a simples forças produtivas. A máquina, ao serviço duma «economia sem alma»

(é expressão de Leão XIII) transformou-os em máquinas. Não mais homens, nem muito menos cristãos, mas proletários, isto é, produtores.

Parece-nos até que, mais do que as ideologias da luta contra a religião, a condição operária é decisiva como factor de descristianização. É que esta atinge totalmente a pessoa.

A tudo isto vem juntar-se o ambiente ou clima dos meios de trabalho que não facilitam mas, pelo contrário, comprometem a vida cristã. Atentemos no realismo daquela página da «Quadragesimo Anno»: «Da oficina só a matéria sai enobrecida; os homens, ao contrário, corrompem-se e aviltam-se».

Nem os melhores, os mais cuidadosamente educados na fé, conseguem resistir. Já foi dito, e não sem razão, que nas nossas catequeses preparamos cristãos para as feras.

o evangelho é para os operários

Diante deste quadro sombrio poderemos interrogar-nos: será possível levar o Evangelho a estas massas descristianizadas? poderemos esperar o seu regresso à Igreja?

Mesmo sem termos em conta os dados da fé que nos dizem ter Cristo vindo para todos e ser a evangelização dos «pobres» sinal do Reino, fàcilmente se descobrem na alma operária (mesmo na sua vida de massa) valores reconhecidamente cristãos.

Enumeramo-los apenas, por a escassez do tempo não permitir uma análise profunda: a solidariedade operária que pode ser educada e elevada ao plano da caridade evangélica; as profundas aspirações de justiça que facilita a leitura do Evangelho; a consciência da dignidade operária, que encontra a sua maior justificação na sua dignidade de filhos de Deus; a esperança duma promoção social, que pode constituir ponto de partida para a descoberta do mistério da Redenção; a colectivização da vida, que implica uma larga receptividade do Mistério da Igreja como Corpo Místico de Cristo; a sensibilidade aos testemunhos de amor, que abre caminho a uma Igreja que se interesse por eles. Depois desta sumária verificação dos valores cristãos, apetece-nos repetir a conhecida refexão de Tertuliano: «a alma operária é naturalmente cristã».

Mas para que estes valores possam tornar-se formal e conscientemente cristãos, impõe-se que alguns obstáculos sejam removidos; é indispensável criar um clima favorável à transformação destes valores no sentido cristão; e, sobretudo, é preciso

que a Igreja se aproxime do mundo operário ou, numa expressão mais objectiva, que se lhe torne «presente», que o «toque».

E um dos obstáculos (para não referir outros) que mais urgentemente se impõe desfazer é o das actuais estruturas económico-sociais. Estas, como referimos, condicionam negativamente a vida cristã e a aceitação do Evangelho. Recordemos, mais uma vez, a expressão da «Qaudragesimo Anno». A evangelização do mundo operário não pode esquecer este condicionalismo.

Para neutralizar esta exigência, aponta-se, por vezes, o facto de terem surgido autênticos cristãos entre os que viviam integrados em estruturas mais duras que as presentes. Argumenta-se até com os escravos cristãos. Em primeiro lugar é de sublinhar que se tratava de casos isolados e não duma cristianização em massa. Esta só é possível com a mudança de estruturas que o próprio Cristianismo promoveu pelo dinamismo dos seus princípios fundamentais. Depois é preciso ter em conta a transformação que se operou nas consciências. Enquanto os primitivos escravos e a mentalidade geral aceitavam como coisa normal certas situações deprimentes e nem viam a possibilidade de transformação das estruturas, os operários do nosso tempo têm consciência do que há de anormal na sua condição, enquanto, por outro lado, as condições presentes nos indicam, não só como possível mas como necessária, uma evolução nas estruturas económico-sociais. É aos leigos que está particularmente reservado o trabalho desta transformação.

Não está no nosso pensamento que da transformação das estruturas resulte automàticamente a evangelização. Mas não podemos deixar de reconhecer que constitui factor que influi de forma decisiva na atitude das massas trabalhadoras perante o Evangelho e, concretamente, a Igreja.

o passo da reconciliação

Mas o que se impõe mais imediatamente é uma transformação nas atitudes da Igreja em relação ao mundo operário. Nesta situação de divórcio, a ela cabe o dar o primeiro passo, o passo da reconciliação. Não lhe foi dito «ide»? não é ela o Bom Pastor que procura a ovelha perdida? não tem ela de percorrer o caminho de Cristo?

Ela tem de ir até eles, procurando as formas duma pastoral adaptada, melhor, duma pastoral operária na medida em que corresponde às realidades da vida operária. Para além da indicação de Jesus, esta abertura para o mundo operário surge como uma lição da história. Ela tem estado ausente; ela tem de estar presente.

Isto exige, em primeiro lugar, que o padre se aproxime das massas trabalhadoras. O padre é, para elas, a incarnação da Igreja. Como ele lhes aparecer, assim lhes aparecerá a mesma Igreja. Esta aproximação terá, em muitas situações, de ir até a uma assimilação: como Jesus que adoptou o teor de vida dos homens; como Paulo que se fazia gentio com os gentios, judeu com os judeus. E isto, não por uma questão de oportunismo, mas por amor à verdade. Esta «assimilação» realiza-se na medida em que participamos das suas dores e anseios, e há-de traduzir-se sempre em atitudes de compreensão e acolhimento.

Por outro lado, ela supõe uma renúncia a tudo o que pode dificultar esta aproximação: renúncia a certo «standart» de vida que nos faz aparecer a estas massas inseguras como bem instalados na vida, como mais próximos dos que vivem na abundância; renúncia a certas manifestações de luxo na montagem da nossa casa, que impedem tantas vezes que eles se sintam à vontade, como em casa sua ao entrar na nossa residência; renúncia ao nosso tipo de cultura humanística que havemos de trocar por uma linguagem simples, acessível, para que possamos ser entendidos por eles; renúncia a nós mesmos para que eles descubram que, na realidade, somos deles e para eles: numa palavra: temos de ser pobres, não só para estarmos mais perto deles e para que nos tomem a sério mas, sobretudo, para, parecendo-nos mais com Jesus, lhes revelarmos, em nós e através de nós, todo o amor que Jesus lhes tem.

Alguns verão neste esforço de assimilação, um risco de o padre (que é de todos) se identificar com uma classe, estabelecendo cisões na Igreja una. Mas não existe idêntico risco se, pelo nosso tipo de vida, nos identificamos com os que não são operários? Uma Igreja para todos e padres para todos: não significa isto que importa fazer desaparecer na Igreja e no padre tudo aquilo que implica acepção de pessoas e também de classes? Que significado (ou melhor que contradição!) podem ter, numa liturgia una, baptizados, casamentos, enterros de primeira ou de segunda classe? Nem aquele clima de pobreza de que falávamos como condição de aproximação, pode comprometer a eficiência dos contactos pastorais com outros meios sociais. Pelo contrário, constituem para estes um testemunho do Evangelho.

Mas a pastoral operária não pode presentemente dispensar a acção evangelizadora dos leigos. A salvação do mundo operário há-de fazer-se «por dentro», o que significa através de leigos que sejam «fermento» transformador das massas. Só eles podem dar um testemunho total dum cristianismo vivido e incarnado na vida operária; só eles mostram ser possível a síntese operário-cristão.

Daqui, a necessidade da formação dum laicado responsável pela evangelização e pela mesma vida operária; e mais ainda, dum movimento evangelizador e apostólico à escala das dimensões da vida da massa operária e do movimento operário. Com facilidade pode cair-se na ilusão de que realizamos uma pastoral operária por termos atingido, em obras de âmbito restrito, alguns elementos operários. Contentarmo-nos com alguns «belos» resultados nesta perspectiva significa que pouco compreendemos das exigências duma autêntica pastoral operária. Não basta «tocar» alguns, é preciso atingir a massa, na sua vida, nas suas atitudes, na sua mentalidade, no seu movimento. E isto só é possível através dum movimento apostólico estruturado à escala regional, nacional e até internacional.

Tenho de terminar. Não pode continuar por mais tempo este fosso que múltiplos condicionalismos abriram entre a Igreja e a classe trabalhadora. A história interessa-nos na medida em que pode abrir-nos perspectivas para uma pastoral operária eficiente. Todos somos responsáveis por esta situação contraditória de que a classe trabalhadora viva à margem da Igreja; pelo menos somos responsáveis por que tal situação se prolongue por mais tempo. Com o Apóstolo podemos repetir: «é hora de despertar». Estaremos todos conscientes da urgência duma pastoral operária? O «silêncio» da classe trabalhadora em Portugal não estará a actuar um pouco como um narcótico que não permite ver com realismo a posição do sector operário para com a Igreja e a atitude desta para com aquele? Por que esperamos?

2. a igreja no mundo rural

Supomos que o festival de Estugarda foi o acontecimento mais importante da JARC europeia em 1965. De facto, é necessário que haja uma organização de extraordinária vitalidade para tornar possível o encontro de milhares de rapazes e raparigas rurais, vindos de toda a Europa e reunindo-se numa única cidade. Só quem alguma vez tentou organizar uma reunião, pode calcular o número de pessoas «responsáveis» e necessárias para conseguir um encontro desta natureza. Agora que tanto se fala no ocaso da Acção Católica, basta olhar para e a e **ver** a vitalidade que revelam as suas realizações.

O discurso que o Santo Padre pronunciou torna-nos patente toda a sua esperança no M. I. J. A. R. C., não só para um apostolado estritamente religioso mas estendendo a sua acção até à própria unificação da Europa. E esta é uma actividade temporal, é a Igreja actuante no mundo de hoje.

A nível diocesano, é bem patente a grande vitalidade da JARC da diocese de Lisboa durante este ano de 1965. São factos salientes a final diocesana da taça da alegria realizada em Rio Maior, o Campo de Formação realizado para rapazes em Almada e os três Campos de Férias para raparigas na Nazaré e em Peniche.

Se pensarmos que foi a primeira vez que se realizaram 3 Campos para raparigas (uma vez que um só não chegava), e que os rapazes participantes foram 110 quando o máximo dos 12 anos anteriores era de 58, não podemos deixar de pensar que isto tem de corresponder a uma crescente pujança de vida e não a um ocaso.

Muita coisa nos ocorreu dizer acerca da «Igreja no mundo rural», mas por hoje alegra-nos comunicar-vos esta consoladora realidade da qual tomámos mais consciência ao reflectirmos sobre estes acontecimentos: a Igreja é uma vida que se vive e não uma teoria que se aprende.

E eis os nossos rurais, rapazes e raparigas, a dizer-nos isto mesmo.

mensagem de S. S. o Papa Paulo VI aos jovens rurais reunidos em Estugarda por ocasião do Festival Europeu do M. I. J. A. R. C.

Queridos Filhos e Filhas da Juventude Agrária e Rural Católica.

Sentimo-Nos verdadeiramente feliz por vos dirigir uma mensagem paternal por ocasião do Festival Europeu de Estugarda. Sabendo que a Nossa voz e os Nossos gestos chegam até vós graças às técnicas modernas, parece-Nos estar mais próximo de vós para vos felicitar por este magnífico encontro.

Para tornar possível esta bela manifestação, criásteis bolsas comuns, e, portanto, não foi por acaso que viésteis ao coração de Wurttemberg mas pela escolha dos vossos companheiros.

O vosso encontro, é, portanto, o encontro duma elite rural escolhida pelas suas qualidades humanas e o seu valor cristão, élite que felizmente sabemos ser numerosa.

Por alguns dias, deixásteis o vosso duro trabalho, tão indispensável à Humanidade e convergísteis de 10 países da Europa, para este Festival, que seguramente, cremos, vai ser um êxito pelo cuidado com que a Comissão Directiva e os membros europeus do Movimento Internacional da Juventude Agrária e Rural Católica o prepararam e graças também ao apoio das mais altas individualidades civis e religiosas da Alemanha Federal. Temos o maior gosto em manifestar a elas a Nossa gratidão e de apreciar esta feliz possibilidade que vos concederam para tomar consciência da unidade que vós constituís.

Vindos de numerosas aldeias e vilas da Europa, provenientes de milhares de explorações agrícolas, encontrais-vos reunidos para trocas de impressões sobre as quais incidem os olhares de todos e todas que vós representais. A vossa própria diversidade permite-vos conhecer melhor as aspirações comuns e as esperanças dos juvens rurais. Esta reunião de Estugarda marcará uma data na história do M. I. J. A. R. C., não o duvidamos e não será só a recordação de dias de alegria e fraternidade. Permanecerá para vós como um sinal da Europa de amanhã, dinâmica e amiga, em que cada povo, cada família espiritual terá o seu lugar e o seu papel, como já vós o realizásteis no plano do vosso movimento neste Festival.

E por isso queremos aproveitar a vossa presença atenta, queridos filhos e filhas, para vos transmitir os nossos elogios e exortações.

Primeiro, felicitar-vos pelo rápido desenvolvimento do vosso Organismo.

Este é seguramente um elogio que vai em primeiro lugar para além das vossas pessoas; é dirigido aos vossos fundadores que se mostraram tão clarividentes e lúcidos perante os problemas da juventude rural e ao mesmo tempo, tão cheios de coragem perante a tarefa imensa que se lhes oferecia. A vós também, queridos filhos e filhas, é necessário lucidez e coragem para serdes verdadeiros testemunhos do Senhor para os vossos companheiros dum mundo rural em pleno desenvolvimento.

Um inquérito prévio, fez-nos compreender a amplitude desta evolução e vós achais por bem contribuir com a vossa parte para construir a Europa que se procura a si mesma. Estais a contribuir para isso como jovens católicos desejosos de suscitar condições favoráveis para a evangelização dos vossos irmãos, e para o desenvolvimento da vida cristã. Nisto, sois fiéis às orientações dos Nossos Predecessores a que já Nos referimos muitas vezes.

Como seria possível, que um serviço autêntico dos vossos irmãos não incluísse — ao vosso nível e dentro da vossa competência — uma certa colaboração para a formação da Europa?

O vosso lugar de jovens rurais católicos dos países europeus só vos torna mais sensíveis às disparidades económicas do mundo rural. Vós compreendeis melhor que ninguém a necessidade de diálogo entre regiões e países, de previsão e organização que comandam um futuro que também é vosso.

Vós sentis vivamente estes problemas de migração no interior do Continente e a oportunidade dos vossos intermediários europeus. E, sobretudo parece-vos útil promover entre os vossos con-

temporâneos uma educação internacional, um novo modo de pensar europeu, que afasta as barreiras do chauvinismo sem, no entanto, quebrar os laços que prendem profundamente cada um à sua própria pátria. A Europa agrícola de amanhã com as suas dificuldades e com o seu progresso não poderia deixar-vos indiferentes: o M. I. J. A. R. C. não se pode desligar dum Continente em profunda transformação. Ele interessa-se, bem pelo contrário, por contribuir para o seu progresso, à sua maneira, que não poderia ser a de um movimento temporal ou profissional. Anunciámos no princípio desta mensagem, as Nossas exortações.

Pois bem, elas resumem-se numa palavra: **Sede acima de tudo fiéis ao carácter essencialmente apostólico do vosso Movimento.** Certamente, a actividade que vós empregais para animar o mundo dos jovens rurais é excelente. Trata-se de um trabalho muito necessário que pode ser para vós uma ocasião privilegiada de tomar consciência das exigências da vossa fé, oferece-vos uma possibilidade de trazer para o vosso meio de vida um julgar à luz do Evangelho e que nos permite agir como cristãos.

Mas não deveis nunca perder de vista a missão confiada à Acção Católica especializada pelo grande Papa Pio XI e que foi ratificada pelos seus sucessores: é preciso ser antes de tudo as testemunhas de Cristo no meio dos vossos irmãos a fim de os levar ao conhecimento de Deus e a uma vida cristã autêntica. Rurais, vós deveis ser apóstolos dos rurais, tal a vocação para a qual o Senhor e a Sua Igreja vos chama. A Liturgia da Ascensão repete-nos ainda: «Ide pelo mundo inteiro, anunciai o Evangelho a todas as gentes. Aquele que acreditar e for baptizado será salvo» (Mc. XVI, 15-16).

Se Nós insistimos na vossa missão é porque um Festival como aquele que viveis neste momento é um tempo favorável para reflectir sobre a orientação duma vida de apóstolo. Aquilo que vós pretendeis através da restauração dos valores humanos do mundo rural, para além da preocupação legítima de causas terrestres, é uma educação religiosa dos tíbios, uma evangelização dos incrédulos, uma conversão mais completa de todos para Cristo e para a Igreja, cujos Pastores permanecem para vós os guias autênticos estabelecidos pelo Senhor.

Esta missão exige da vossa parte (vós intimamente sabei-lo bem), um acordo entre a vossa fé e a vossa vida quotidiana. Como não se há-de pois pedir ao Senhor a graça duma fé viva e como não se há-de utilizar largamente os recursos sobrenaturais que Ele nos deu: a oração, a prática fervorosa dos sacramentos, recolecções e retiros, em que se adquire, com uma fé mais profunda, uma mentalidade cristã acerca dos acontecimentos? Embora sejam menos visíveis que outras actividades, são capitais.

Constituem, sem dúvida, a armadura espiritual da vossa acção, a verdadeira eficácia do vosso Movimento. Cristo disse-o claramente: «Sem Mim nada podeis fazer» (Jo. XV, 5).

Na confiança que sentirdes nestas palavras instantes sugeridas pelo Nosso cargo de Pastor Universal, desejamo-vos um excelente e frutuoso Festival. Repetimos com prazer o voto que o bom Papa João dirigiu uma vez ao M. I. J. A. R. C.: «Sede testemunhas vivas enraizadas na fé, alegres na esperança e transbordantes de caridade como verdadeiros filhos de Deus».

E pedindo para os vossos trabalhos as mais abundantes luzes do Espírito Santo, concedemos a vós aos vossos irmãos rurais, às personalidades presentes e a todos os que Nos escutam a Nossa paternal bênção apostólica.

Estugarda, 29 de Maio de 1965

OBRAS DE RECONHECIDO VALOR

- **MATRIMÓNIO EM NOSSO TEMPO,**
  (A sociologia da Família), de B. Haring ... ... **165$00**
- **A ARTE SACRA CONTEMPORÂNEA,**
  de Regamey ... ... **130$00**
- **RESSURREIÇÃO, DE COMBLIN** ... ... **60$00**
- **SACRAMENTOS E VIDA,**
  de A. M. Roguet (Col. Síntese) ... ... **25$00**

LIVRARIA SAMPEDRO EDITORA
P. Restauradores, 65-1.° E.
Lisboa-2 — Telf. 30876

documentação

- A PENITÊNCIA
  E A REMISSÃO DOS PECADOS

- A EUCARISTIA

duas pastorais
colectivas
do episcopado
holandês.

introdução

Dois documentos duma extraordinária actualidade pastoral são os que inserimos neste número.

De facto, em especial no campo da penitência, tem sido muito reduzido e isolado o esforço por actualizarmos a pastoral. Cremos que uma das principais razões do atraso é que nós, cristãos, temos o mau hábito de só trabalharmos pelo seguro: somos os homens da certeza absoluta, até mesmo a viver.

Noutra página, dizemos que «o Cristianismo é uma vida que se vive e não uma teoria que se aprende», e, como vida que é, ou acompanha o ritmo dela ou morre. Claro que perante novas situações tem de haver novas condições de apostolado e estas só são absolutamente seguras quando já estão ultrapassadas. Acontece que depois aparecem os que vivem no seguro e põem a nú toda a soma de imprudências cometidas por aqueles que vivem na vida. É esta a bela condição humana: páscoa, isto é, peregrinação. Estamos de passagem, somos peregrinos. Os que não param e vão à frente a preparar os caminhos dos coxos, ou até mesmo dos que nem andar podem, são severamente criticados por estes, pois o caminho aberto talvez tenha ficado ainda com um ou outro buraco, uma ou outra pedra, uma ou outra subida, ou até mesmo desviado um pouco.

Amigo leitor, convido-te a reflectires connosco sobre a atitude que alguns de nós tomámos quando o Santo Padre publicou a encíclica **«Mysterium Fidei»**. Já ouvi alguém dizer: «vós podeis orgulhar-vos da vossa união à Igreja, pois nunca houve uma heresia lusitana». Isto é verdade. Mas sejamos humildes; não poderá isso significar também que somos dos coxos, dos paralíticos? Quão fácil é aos que nada fazem gastar o tempo a denegrir os que **vivem.** É caso para dizer com Pai Américo que toda a nossa esperança reside no dia em que os inteligentes se decidam a fazer alguma coisa; até lá, temos de ir nós. (Pai Américo), pobres criaturas de Deus, tentando um ou outro passo, abrindo caminho com arrojo, embora com cuidado, para tropeçarmos o menor número de vezes possível.

No dia 3 de Setembro publicou o Santo Padre a encíclica **Mysterium Fidei,** que logo suscitou os mais diversos comentários, quase todos dirigidos contra a Igreja dos Países-Baixos. Jornais italianos, franceses e alemães chegaram ao extremo de apresentar este documento sob o título de «Paulo VI condena o cisma holandês» ou outro semelhante.

Os holandeses reagiram imediata e vigorosamente. Assim, no jornal diário **De Tijd,** escrevem: «A encíclica Mysterium Fidei cansou sensação, não em virtude da sua interpretação clara, ponderada e moderna da antiga doutrina da Igreja, pois isto escapou completamente aos informadores, mas porque a imprensa italiana quase unânimemente a considerou como dirigida contra as heresias holandesas».

O P. **Schillebeekx, o .p.,** teólogo do episcopado holandês, diz que nunca as encíclicas visaram pessoas ou países, mas que é possível que a confusão que reinava um pouco nos espíritos do grande público, em virtude de conhecerem as discussões dos teólogos acerca da Eucaristia, fosse uma das causas da presente encíclica.

O **Osservatore Romano** dá-lhe razão, dizendo que a encíclica não visa o clero de tal ou tal país nem condena heresias, e até «aprova os nobres fins daqueles que procuram aprofundar o sentido do mistério da Eucaristia», embora «pondo-os em guarda contra os graves perigos que este movimento comporta para a fé».

Como as críticas da imprensa italiana não cessavam, o **Cardeal Alfrink,** depois de protestar solenemente contra «o modo quase exclusivo como se exprimem meias verdades, unilateralmente tendenciosas e muitas vezes erróneas (...), que dão da comunidade católica holandesa uma imagem que não é nem mais nem menos que uma caricatura», mas sem negar «o que é falível» na sua comunidade, explica com clareza o que se estava passando.

«Um Concílio é sempre para a Igreja um período de luta em que as oposições se tornam mais agudas e se defrontam opiniões contrárias». No entanto, não se vê que estas oposições se tornem necessàriamente cismas. «Pelo contrário, é sinal de vitalidade na Igreja não aparecer nenhum cisma apesar das tensões actuais. Não será isto a prova de que o amor e a fidelidade à Igreja estão de tal modo enraizados que se quer, apesar das tensões e das queixas, continuar nesta mesma Igreja? (...). A ligação da comunidade católica neerlandesa é tão porfunda que a ideia de um cisma neerlandês só pode encontrar a sua origem fora dos Países--Baixos».

«Mas, pergunta o Cardeal, seremos nós anti-romanos? Se se quer dizer com isto que certas pessoas da comunidade católica neerlandesa têm objecções e que as formulam por vezes de maneira veemente contra certos métodos de governo romano e contra a maneira como algumas pessoas empregam estes métodos, neste caso não posso nem quero negá-lo. Talvez devesse dizer «empregavam certos métodos», pois todos sabem que, sob a influência do Concílio e dos Papas João e Paulo, muitas coisas já mudaram favoràvelmente. Este Concílio pôs os espíritos em movimento. Perante os problemas assim levantados, só há duas atitudes possíveis: o «black-out» ou a liberdade de expressão. O que nos outros países é pensado e discutido ocultamente é divulgado no nosso.

Por exemplo, a comunidade católica neerlandesa é censurada por discutir em público o valor do celibato dos padres. Nesta discussão regista-se o negativo ao lado do positivo. Mas não seria errado pensar que, na ausência de tal discussão, os problemas e as necessidades não existem? Isto seria um erro gravíssimo e poderia causar consideráveis prejuízos à Igreja. Não será preferível uma discussão aberta, mesmo quando vá um pouco longe demais, a um fogo oculto? Neste caso não se evita o perigo de um incêndio destruidor».

Há porém algumas razões que justificam esta atitude de crítica aos holandeses. O ponto de partido de toda esta discussão está nos escritos de dois teólogos, o dominicano **Schoonenberg** e o capuchinho **Smits,** que, ao explicarem o mistério da Eucaristia, e por razões pastorais, diziam preferir as palavras **transfinalização** e **transignificação** a **transubstanciação.** Alguns interpretaram mal estas teses de inspiração personalista, vendo nelas uma negação da Presença Real, e surgem imediatamente denúncias no Vaticano.

Todavia, numa carta pastoral de 9 de Maio deste ano, os bispos holandeses não acusam ninguém. Pelo contrário, falando nas múltiplas formas da presença de Cristo entre nós, concluem que a explicação da presença real de Cristo na Eucaristia, pertence ao domínio da livre discussão dos teólogos, desde que estes o façam com a piedade e prudência devidas. Pedem inclusivamente aos fiéis que confiem na teologia moderna.

Em Junho, os ecos do debate saltam as fronteiras do país, quando o jesuíta holandês E. **Schoenmaeckers** escreveu na revista jesuita britânica que «a Igreja dos Países-Baixos atravessa actualmente a crise mais grave desde a Reforma». Dado o alarme, a imprensa italiana e mesmo de outros países começaram a falar de «cisma» e de «heresia» na Holanda.

No dia 2 de Julho o magazine americano **Time,** com citações ultra-curtas, interpreta mal a doutrina dos dois teólogos holandeses e por isso aplaude os «inovadores eucarísticos» que «tornam possível ser-se católico no mundo moderno».

Permitimo-nos referir aqui uma carta que o **Santo Padre,** perante tanta confusão, escreveu ao cardeal Alfrink no dia 19 de Julho e na qual felicita os bispos holandeses pela carta pastoral de 9 de Maio a que nos referimos acima:

«Pareceu-vos bem propôr aos vossos fiéis a contemplação do mistério da Eucaristia: deu-nos isto uma alegria inexprimível e manifestou-nos mais claramente ainda quanto sois vigilantes e prudentes. Pedimo-vos que prossigais a linha pastoral assim empreendida».

As questões doutrinais levantadas nos países onde o diálogo ecuménico é mais urgente, fazem-nos pensar — perante as palavras do papa em 19 de Julho — que a Mysterium Fidei não é um ponto final, mas uma base mais sólida de aprofundamento do mistério Eucarístico. Supomos ser esta a interpretação exacta e pensamos que a reacção do jornal holandês dominicano **De Bazuin** é menos feliz. Dizia o referido jornal, no seu número de 25 de Setembro, que o conteúdo da Mysterium Fidei, bem como o seu tom, são tais que «não podia fazer outra coisa senão criar a impressão de que existe uma grave ameaça de heresia em matéria eucarística, ou até que já existe mesmo, em especial nos países onde, como nos Países-Baixos, o mistério é estudado com fé. Temos objecções, não só teológicas como pastorais, contra o modo como a encíclica trata este tema.

Dá-nos a impressão que muitas pessoas pensam que um crente deve necessáriamente sentir-se feliz com esta encíclica, porque é uma encíclica (...). Respeitamos tal atitude (...) Mas perguntamos se ela não prova uma concepção antiquada e imperfeita da autoridade eclesial. Esta concepção autoritária que a encíclica ainda supõe difundida em toda a cristandade, tem ainda alguma voga em Roma mas já fez o seu tempo».

Pelo seu conteúdo, o seu tom, a sua ambiguidade, a data da sua publicação, pensa o jornal, Mysterium Fidei não é compreensível para «todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares».

«Parece-nos que vai sendo tempo de nos perguntarmos o que pode e deve ser uma encíclica nos nossos dias e a que critérios realistas e modernos deve ela corresponder».

Ajudando-nos na nossa interpretação de que a encíclica é uma base mais sólida para o aprofundamento do mistério eucarístico, citamos dois testemunhos de dois grandes homens do ecumenismo.

O **P. Gregory Baum,** do secretariado para a Unidade, num artigo sobre a «Presença múltipla de Cristo na Missa», escreve:

«Talvez não seja supérfluo sublinhar o facto de os teólogos católicos que estudam o problema de saber se a melhor forma de apresentar e explicar este mistério (da Eucaristia) é em termos de «transubstanciação», não porem de modo nenhum em questão a presença eucarística de Cristo, tal qual foi definida pela Igreja. Interrogam-se simplesmente sobre se a noção de «transubstanciação» que o Concílio de Trento considerou como «apta» para descrever a acção divina de transformar o pão e o vinho em Cristo tem ainda um sentido em geral. É bastante significativo que a Constituição da Sagrada Liturgia não empregasse o termo de «transubstanciação».

O **Cardeal Bea,** presidente do Secretariado para a Unidade, diz-nos:

«Como a divisão (entre os cristãos) pôde fazer-se porque os cristãos não assimilaram a plenitude de verdade e de vida oferecida por Cristo, assim o remédio contra a divisão consistiria em acolher com uma fé profunda a doutrina de Cristo sobre a Eucaristia, em meditá-la, e vivê-la em toda a sua riqueza. Assim, os cristãos não só se unirão cada vez mais estreitamente a Cristo, fonte de vida e de Unidade, mas ainda, uma vez que se unem cada vez mais entre si, se tornam mais aptos para promover a Unidade de todo o Corpo de Cristo».

duas pastorais colectivas do episcopado holandês

1

a penitência

Como testemunham os Evangelhos, João Baptista pregou um baptismo de arrependimento para a remissão dos pecados. Marcos escreve a propósito da primeira manifestação pública de Jesus: «Ele dizia: o tempo completou-se e está perto o Reino de Deus; arrependei-vos e acreditai na Boa Nova.» (Marcos, 1, 15). Quem quer que leia as Escrituras, descobre nelas o apelo à conversão, a mudar de vida e a seguir Jesus. Não se faz excepções para ninguém.

É no baptismo que a conversão se realiza fundamentalmente. É nele que escolhemos pertencer a Cristo, viver a nossa vida como Cristo a viveu: na fé, na dependência em relação ao Pai celeste, na relação com os nossos semelhantes, estando quotidianamente disponíveis aos homens com quem vivemos. Mas somos homens em construção, homens a caminho e uma Igreja peregrina. Só raramente o nosso dom ao Reino de Deus e à salvação do próximo vai até ao fim das exigências. As nossas melhores intenções, essas mesmas, chocam muitas vezes com a nossa impotência e egoísmo. Temos, todos e cada um, a nossa responsabilidade no facto de a Igreja exercer tão pouca atracção sobre uma multidão de homens, pois o nosso pecado a trava na sua expansão. As oposições no nosso país, a angústia e a fome no mundo iriam diminuindo se a nossa semelhança com o Senhor Jesus fosse sempre crescendo. Ele fez-se homem para concretizar o amor que Deus tem aos homens e para torná-lo palpável no seu comportamento tão profundamente, tão autênticamente humano. Ele deu-nos a todos o exemplo de uma vida de simplicidade e de desinteresse. Dirigiu a todo o homem o seu apelo de fazer tudo o que está em seu poder para ser um homem de bem. A morte na Cruz foi o sacrifício da sua vida. A todos aqueles que crêem no seu nome e se empenham a viver uma vida semelhante à sua, Ele os congregou para formar a comunidade da sua Igreja.

À medida que nós tomamos consciência da nossa vocação de cristãos, a convicção de ter de pedir perdão a Deus e aos homens, cresce em nós. Cada um tem as suas limitações. Mas podemos alegrar-nos com esta palavra de Cristo a Pedro: «Tu deverás perdoar eu não digo 7 vezes, mas setenta vezes sete» (cf. Mt. 18, 22). Devemos dizer com o filho pródigo: «Pai, pequei contra o céu e contra ti, não mereço mais ser chamado teu filho» (Luc. 15, 21).

Quem quer que esteja consciente da necessidade de ser perdoado, aprende por si a perdoar. O perdão não é possível senão a partir do momento em que alguém se conhece verdadeiramente a si mesmo.

Todos fizemos a experiência do mal que podemos fazer aos outros mesmo com a melhor das intenções. Aprendemos também por experiência como pode ser desesperada no homem a busca de um pouco de felicidade humana. Não seria justo, portanto, ter confiança nas boas intenções dos outros? Não seria justo irmos ao encontro uns dos outros num espírito de perdão, afim de tornar também ao nosso próximo, sensíveis a bondade e a misericórdia de Deus?

Seria verdadeiramente um empobrecimento do espírito cristão na vida social e familiar, que já não se atribuísse ao perdão mútuo o valor que o próprio Cristo lhe deu no Evangelho: «Quando estiveres apresentando ao altar a tua oferenda e aí te lembrares que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa a tua oferenda lá diante do altar, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão e vem então apresentar a tua oferenda.» (Mat. 5, 23-24). Devemos mesmo dizer que, onde nos for possível e na medida que nos for possível, temos obrigação de nos reconciliarmos com os outros, de procurarmos reparar os males causados. A confissão não nos pode libertar dessa obrigação; ao contrário ela pretende convencer-nos disso ainda mais: onde nós falhámos, disso mesmo nos devemos confessar e pedir perdão!

A celebração pública da penitência...

Desde sempre a Igreja proclamou, com a Sagrada Escritura, que há numerosas formas de perdão dos pecados; formas litúrgicas et extra litúrgicas que, longe de se oporem, se completam mùtuamente: há a celebração da Eucaristia, a oração silenciosa que é o entrar em si mesmo, o jejum e a esmola, a confissão da falta e o pedir perdão ao próximo. Tudo isto está como que reunido e confirmado na absolvição que o padre pronuncia no sacramento da penitência.

Ao lado da confissão privada, bem conhecida, a celebração pública da penitência tende a impôr-se há algum tempo para cá. Entende-se por isso uma celebração na qual os cristãos declaram, em comum, por meio de orações e cânticos, que são pecadores diante de Deus e diante dos homens; nela o padre exorta-os, à base duma meditação sobre a vida, e implora a misericórdia de Deus sobre todos os que estão de boa vontade. Nesta celebração não há confissão precisa dos pecados, nem absolvição pròpriamente dita, tal como é dada na confissão privada.

As celebrações deste género podem trazer enriquecimentos novos. Pode ser salutar a reunião em comunidade, a procura em conjunto da integridade e da fraternidade, o testemunho mútuo do reconhecimento das faltas.

Esta celebração pode tornar-se o sinal evidente de reconciliação dos homens uns com os outros, o sinal que se torna uma fonte de força para retomar a vida com um pouco mais de confiança no próximo. Não passará despercebido a ninguém que esta celebração pode constituir para muitos uma ajuda preciosa para a formação da consciência e que pode favorecer o desenvolvimento do sentido da responsabilidade em profundidade e extensão. Ela também dá ocasião ao padre para ensinar os seus cristãos «a lerem nos seus corações para lá dos factos e dos gestos» a fim de apreciarem no seu exacto valor a relação entre os sentimentos íntimos e o comportamento exterior.

Jesus diz no Evangelho: «na verdade, se dois ou três se reunirem em meu nome, Eu estarei no meio deles» (Mat. 18, 20). O Senhor está no meio de nós e podemos acreditar que todos os que se entregam com sinceridade obtêm o perdão. É por isso que o padre tem o direito de proclamar este perdão numa oração geral de intercessão. Com efeito, acreditamos que quando o homem tocado pela graça de Deus se arrepende dos seus pecados o perdão e a reparação estão sempre presentes, mesmo antes de ser pronunciada sobre ele a absolvição, reservada à confissão privada. Da mesma maneira acreditamos que quando não há arrependimento, não se pode alcançar o perdão.

... não deve abolir a confissão privada

Porém se a celebração pública da penitência ganha terreno, isso não de-

ve trazer como consequência o abandono do hábito da confissão privada. Seria antes de desejar que esta celebração se torne como que uma escola onde se aprende a fazer da confissão diante do padre, representante de Deus e da comunidade dos homens, uma acusação pessoal mais profundamente vivida. É sobretudo durante a Quaresma, tempo de preparação Pascal, que convém interrogarmo-nos sobre se temos dado um lugar real na nossa vida ao sacramento da penitência. Ir confessar-se significa ir ao encontro de Deus como de um Pai que nos compreende e nos acolhe de novo com mais intimidade ainda. É regressar à casa, isto é, encontrar compreensão, solicitude e interesse, como é óbvio. Cristo fala-nos da ovelha que se tresmalhou e se encontra só e fatigada. Ele vai à procura dela; toma-a cuidadosamente aos ombros para a levar à luz e ao calor. A confissão deve realizar-se em oração: condição indispensável para poder ser um verdadeiro encontro com o Senhor. É evidente que tanto o penitente como o confessor devem evitar as pressas. Um e outro hão-de esforçar-se por criar condições favoráveis a um autêntico contacto humano de modo a que, de uma parte e de outra, a presença do arrependimento e do perdão se imponha como uma realidade experimentada. Talvez que a confissão frequentemente nos deixe insatisfeitos, por nos ficar no coração o sentimento de que a nossa acusação não foi autêntica, pelo facto de traduzir com pouca intensidade o nosso estado de pecado e de impotência. Talvez tenhamos dito muitas coisas sem contudo as ter confessado.

A confissão regular e bem preparada será salutar para todo o homem que procura crescer na vida cristã, que procura um guia espiritual e deseja proclamar no mais profundo do seu ser a misericórdia e o perdão para a sua vida.

A obrigação de confessar os pecados graves

Lembramos por outro lado que existe desde sempre na Igreja a obrigação de acusar expressamente em confissão todos os pecados graves. Que cada um se interrogue e procure saber se está a furtar-se a deveres efectivos. Devemos também interrogar-nos sobre se estamos realmente dispostos a submeter o nosso exame de consciência pessoal ao controle e juízo dos outros, da Igreja. Devemos ainda perguntar-nos se não procuramos furtar-nos à acusação sincera das nossas faltas. Uma falta mais grave exige uma reparação maior do que um acto de inadvertência que não conduz a consequências sérias. Reconhecemo-nos culpados de falta grave? Tenhamos então a coragem de nos apresentarmos como tais. Tenhamos consciência de que também nós deformámos o rosto da Igreja, de que travámos o seu desenvolvimento. Assim a acusação pessoal diante da Igreja no sacramento da penitência encontra o verdadeiro lugar. Aquele que se acusa diante dum padre que o saiba escutar e que tem o poder de lhe dar o perdão em nome de Deus, experimentará o benefício, o poder libertador e a força da confissão privada.

Fazemos votos que todos sem excepção, os que formamos a Igreja dos Países Baixos, possamos nestas semanas que precedem a Páscoa adquirir um sentimento mais vivo da presença do pecado na nossa vida, que este sentimento possa amadurecer na celebração comunitária da penitência para conduzir por fim à acusação sincera e pessoal na confissão privada.

Utreque, 16 de Março de 1965

Os Bispos dos Países Baixos

★

Tradução de MANUEL MOURÃO

2

a eucaristia

Entre as mudanças que hoje verificamos na vida da Igreja, as modificações na celebração da eucaristia e no pensamento teológico sobre a eucaristia ocupam um lugar importante. É perfeitamente compreensível que se dedique um particular interesse a estas modificaões, atendendo ao lugar central ocupado pela eucaristia na vida da Igreja e atendendo também à muito especial devoção que os católicos dos Países-Baixos sempre tiveram por este mistério da fé.

Muitos de nós nos alegramos pelo facto de a celebração eucarística se ter tornado mais compreensível, e por todos os fiéis nela poderem participar mais directamente, de modo que a comunidade cristã enquanto povo de Deus, toma uma forma mais significativa quando se reune em volta do altar. Muitos também apreciam especialmente a progressiva simplificação dos ritos da celebração.

Os motivos de inquietação

Acontece porém que esta simplificação foi muitas vezes realizada à custa de algumas riquezas adquiridas e de alguns valores cheios de sentido. E a procura de formas novas é um processo ainda não acabado. Por isso, muitos são os que temem que o preço desta simplificação venha a ser em última análise um empobrecimento, ou que ela ponha em perigo o respeito devido aos santos mistérios. Outros experimentam inquietação acerca de algumas novas tentativas teológicas que visam esclarecer este venerável mistério da nossa fé. Estes esforços correm fàcilmente o risco de ser mal compreendidos ou mal interpretados. Enfim, muitos dentre nós lamentam que algumas manifestações de devoção à eucaristia, tradicionais, familiares e ricas de significação, sejam progressivamente votadas ao esquecimento, entre outras a adoração do Santíssimo Sacramento e a acção de graças pessoal depois da sagrada comunhão.

Destas verificações aparece-nos como evidente uma conclusão que é particularmante reconfortante: a aprovação entusiasta da renovação por parte de uns, e o sentimento real de inquietação por parte de outros, manifestam em todos a grande estima e o grande amor que mantêm pela sagrada eucaristia; ninguém, padre ou simples fiel, fica indiferente ao modo como a eucaristia é celebrada nem à doutrina que sobre ela é proclamada. Este mesmo interesse, vivo em muitos, sobressai ainda pelo facto de ser sensìvelmente maior que outrora, o número de fiéis que se aproximam da santa mesa durante as celebrações eucarísticas. É claro que as recentes simplificações introduzidas no jejum eucarístico têm nisso influência, mas nós queremos ver neste facto, antes de mais, o efeito duma crescente compreensão do significado da própria celebração eucarística.

O ensino da Escritura

Em virtude de tudo o que acima se diz, pareceu-nos útil consagrar uma carta pastoral à sagrada eucaristia. A nossa celebração deste mistério re-

monta à instituição e à intenção de Nosso Senhor. Uma e outra encontramos expressas na Sagrada Escritura que é o fundamento da nossa fé. Os Evangelhos relatam-nos a instituição da eucaristia e explicam as suas intenções. Também S. Paulo nos fala dela na sua primeira carta aos fiéis de Corinto. Se bem que apresentem algumas diferenças nos pormenores, todos estes testemunhos apresentam uma visão idêntica àcerca da natureza da eucaristia.

Aí lemos como Cristo, na última noite da sua vida, «na noite em que foi traído» (1 Cor. 11, 23) celebrou com os seus discípulos a refeição pascal. Durante esta refeição, Ele tomou o pão e depois de ter dado graças, partiu-o e deu-o aos seus discípulos dizendo: «Tomai e comei, isto é o Meu Corpo que vai ser entregue por vós». Depois tomou em Suas mãos o cálice de vinho, e após ter de novo dado graças, deu-o aos seus discípulos dizendo: «Bebei dele todos, porque isto é o Meu Sangue da Nova Aliança que vai ser derramado por vós e por muitos para a remissão dos pecados».

A Igreja acreditou sempre que o nosso Salvador instituiu o sacrifício eucarístico do Seu Corpo e do Seu Sangue para perpetuar através dos séculos o sacrifício da cruz e confiar assim à Sua Igreja a celebração do memorial da Sua Morte e da Sua Ressurreição (cf. Constituição sobre a Sagrada Liturgia, n.º 47). Entre o sacrifício do Senhor na cruz e o sacrifício eucarístico, existe uma ligação mística. O Senhor quis substituir por este sacrifício único, todos os sacrifícios da Antiga Aliança; nele o Senhor renova sem cessar a Nova Aliança que concluiu com o Seu povo pela oferta da Sua vida.

A celebração eucarística é o encontro de Deus com o Seu povo no sacrifício da Aliança de Seu Filho, nosso Senhor e nosso Irmão. A fim de nos permitir participar perfeitamente neste sacrifício e nesta Aliança, o Senhor convida-nos a que nos aproximemos, a que comamos o Seu Corpo e bebamos o Seu Sangue.

Quando nós tomamos parte nesta refeição do Senhor, fazemos mais do que estar festivamente unidos ao Senhor e aos nossos irmãos; pela comunhão nós entramos no sacrifício da morte do Senhor e somos mais intimamente assumidos na Nova Aliança que contém a promessa de vida eterna. «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue, disse o Senhor, tem a vida eterna e eu ressuscitá-lo-ei no último dia. Porque minha carne é verdadeiramente uma comida e o meu sangue é verdadeiramente uma bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue fica em mim e Eu nele.» (João 6, 54-56).

Baseando-se na palavra de Jesus, a Igreja acreditou sempre: Que na eucaristia Ele nos dá a sua carne e o seu sangue, que se dá Ele próprio a comer e a beber; Que o pão e o vinho, em virtude da palavra de Jesus, são o corpo e o sangue do Senhor; Que sob as espécies do pão e do vinho o Senhor está realmente presente.

A mudança de perspectiva central na piedade eucarística

É perfeitamente compreensível que, ao longo dos séculos, se imponham mais à atenção dos fiéis alguns aspectos deste rico mistério da fé, enquanto que outros ficam na sombra sem que por isso sejam desprezados. Assim nos últimos tempos a atenção foi centrada principalmente sobre o aspecto «banquete», enquanto que a adoração do Santíssimo Sacramento fora da Missa, que continua entretanto a ter todo o seu valor, deixou progresivamente de ocupar lugar primordial na Liturgia.

Há alguns anos, na prática da vida cristã, a presença real do Senhor na Eucaristia tinha por vezes um lugar muito exclusivamente pessoal; na prática actual tem-se sobretudo a consciência de que o Senhor está presente nos dons eucarísticos para ser comido e bebido, a fim de assim entrarmos numa comunhão mais íntima com Ele e com os nossos irmãos; esta comunhão dá-nos a vida eterna; mas mais que isso, ela faz-nos participar por antecipação na unidade que iremos a formar com Ele no céu.

No nosso tempo, nós adquirimos também uma mais vasta compreensão dos diversos modos como o Senhor

está no meio de nós. Nós lembramo-nos do que Ele disse: «Vede, Eu estarei convosco todos os dias até ao fim do mundo». (Mat. 28, 20). Ele não abandona a Sua Igreja; está sempre presente connosco como Aquele que morreu por nós e foi glorificado. Ele dá-nos o Seu Espírito; fala-nos na Sua Palavra e é Ele próprio que nos santifica pelos sacramentos. Onde quer que cristãos estejam reunidos em Seu nome, Ele está no meio deles. (Cf. Mt. 18, 20). Ele está presente no nosso próximo: «Tudo o que fizerdes ao mais pequenino dos meus irmãos, é a mim que o fareis». (Mt. 25, 40).

Na Eucaristia o Senhor está presente dum modo muito especial, mas esta presença não deixa de ter ligação com as outras formas da Sua presença no meio de nós; esta presença não fica desvalorizada ou ameaçada quando reconhecemos o justo valor a cada um dos modos pelos quais Ele vem até nós e permanece no meio de nós.

O que é deixado à livre discussão dos teólogos

A fé na presença real de Cristo na Eucaristia faz parte da herança cristã e não devemos jamais abandoná-la. Se nos nossos dias, no seio da Igreja, se discute sobre a presença do Senhor nas espécies eucarísticas, esta discussão não incide sobre a questão de saber se Cristo nelas está realmente presente. No seio da Igreja, a discussão só pode incidir sobre a questão de saber como e de que modo se pode conceber e definir este mistério da nossa fé e qual a representação aproximativa que se pode procurar fazer em relação a esta presença real.

Cremos poder deixar à livre discussão dos teólogos a investigação do modo como Cristo está presente na eucaristia, desde que sejam mantidas firmemente, a mudança do pão e do vinho no corpo e no sangue do Senhor, bem como a realidade da sua presença nas espécies eucarísticas. Mas ao mesmo tempo exortamos todos os que abordam estas questões a que tratem o depósito da fé da Igreja com a fé respeitosa, a prudência e a sabedoria que lhe são devidas. Que sobretudo todos se esforcem por evitar toda a inquietação e toda a desorientação; que não se fale nem se trate nunca deste mistério «sem distinguir o corpo do Senhor», segundo a expressão de S. Paulo (I Cor. 11, 29).

A todos quereríamos dizer: não vos perturbeis, não vades até ao ponto de minimizar a vossa fé, tende confiança na Igreja e no Senhor. Mostrai-vos compreensivos relativamente a qualquer opinião sincera dentro dos limites em que a discussão é permitida. Nestas condições, a discussão teológica àcerca deste sacramento não conduzirá à divisão entre irmãos na fé; todos guardarão o sentimento de estarem «verdadeiramente em sua casa» à volta da mesa do Senhor. De bom grado fazemos nossas as palavras de S. Paulo: «Falo como a pessoas sensatas; julgai vós mesmos o que digo. O cálice de bênção, que benzemos, não é a comunhão do sangue de Cristo? E o pão, que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo? Uma vez que há um único pão, nós, embora sendo muitos, formamos um só corpo, porque todos nós comungamos de um mesmo corpo». (I Cor. 10, 15-17).

Utreque, 27 de Abril de 1965

Os Bispos dos Países-Baixos

★

Tradução de JOÃO PERES

sugestões...

...de pastoral litúrgica

1 O ROSÁRIO

- REFLEXÕES
- SUGESTÕES

2 ADMONIÇÕES

- PRIMEIRO DOMINGO DO ADVENTO
- SEGUNDO DOMINGO DO ADVENTO
- IMACULADA CONCEIÇÃO
- TERCEIRO DOMINGO DO ADVENTO
- QUARTO DOMINGO DO ADVENTO
- MISSA DA MEIA-NOITE DE NATAL
- MISSA DO DIA DE NATAL
- CIRCUNCISÃO DO SENHOR
- SANTÍSSIMO NOME DE JESUS
- EPIFANIA
- MISSA DA SAGRADA FAMÍLIA
- SEGUNDO DOMINGO DA EPIFANIA

o rosário: reflexões e sugestões

Carlos Rodrigues
Jorge M. Martins

A verdade acerca de alguma coisa é tanto mais difícil de perceber quanto mais forte é a tensão entre os extremos. E assim, a propósito do Rosário, há os que fazem dele o apanágio da oração — inserindo-o na vida particular ou comunitária a propósito e a despropósito, e os que, a qualquer título — frágil e por vezes manifestando falta de conhecimento, o relegam para último lugar ou o negam simplesmente. E por isso a verdade é difícil de encontrar.

Não vamos portanto pretender defender nenhuma das teses, mas, partindo de dois dados muito concretos, tentar reflectir, e reflectir em ordem à Pastoral e também à vida particular, com base nalgumas experiências.

Primeiro, é um facto incontestável que o Rosário é ainda entre nós uma oração muito popular, fundamente enraizada no povo.

Segundo, uma larga percentagem dos nossos cristãos são, cultural e religiosamente, muito débeis: por um lado, não estão aptos a dar às coisas, na sua vida, o valor real que elas têm, pois que o tradicionalismo e, por vezes, um espírito supersticioso os impede; por outro lado, dificilmente se integram em formas de vida espiritual muito exigentes.

Assim, parece ser necessário concluir que, mais do que suprimir, urge purificar, reconduzindo o Rosário à sua dimensão; investigar, procurando descobrir o seu lugar na vida dum cristão; e valorizar, a fim de o tornar veículo para a Liturgia, algo que dela não afaste mas para ela prepare.

Perguntemo-nos portanto: O que é o Rosário? qual o seu lugar na nossa vida? como valorizá-lo espiritual e pastoralmente?

À primeira questão respondeu-nos, sobretudo, o **P.e L. Bouyer**, no seu **«Introduction à la vie spirituelle»** (Desclée, 1960), págs. 89 a 96, e que nós traduzimos largamente (1). Para responder à segunda questão, tentámos fazer uma breve leitura do cap.º VIII da constituição «Lumen gentium», do Concílio Vaticano II, que marca com insistência o caminho que Maria é de nós para Cristo, ajudando por isso a situar na nossa vida as devoções mariais. Ao terceiro ponto propusémo-nos responder com experiências realizadas no sentido de enriquecer bìblicamente o Rosário. E de facto as duas primeiras respostas tinham, automàticamente, dado já esta solução: **O Rosário, meditação do Mistério da Salvação, é uma celebração da Palavra.** Nesta linha, apresentamos sugestões para o Advento (mês de Dezembro, o mês de Maria por excelência!), e para a novena do Natal.

---

(1) Tudo o que no n.º 1 estiver entre aspas, sem chamada, é citação destas páginas.

Em primeiro lugar, o Rosário não é «uma coisa para campónios incultos», mas «presta-se, a satisfazer tanto a piedade elementar dos ignorantes, incapazes de se associarem ao ofício divino (finalidade com que foi concebido), como a elevar as almas mais contemplativos até aos cumes da vida de oração».

O cristão recebeu do Senhor um apelo, uma vocação à oração constante, permanente: «Importa orar sempre». Assim o Rosário é, no dia do cristão, um momento bem determinado do esforço por viver em meditação, por manter acesa hora a hora a chama viva duma oração actual, oportuna, eficaz.

Temos a distinguir no Rosário três elementos que fazem dele um corpo único, vivo, orgânico; elementos estes orientados e combinados entre si com harmonia bem feliz «o que lhe assegura uma riqueza, uma plenitude de equilíbrio que jamais prática alguma de devoção conheceu».

O primeiro destes elementos é constituído pelas fórmulas de oração: PAI-NOSSO — AVE-MARIA — GLORIA, «onde se pode dizer que todos os aspectos da oração cristã têm a sua expressão mais densa e mais sóbria».

O segundo está no «processo psicológico» nascido do ritmo duma recitação incessante, cadenciada, repousante onde o repisar da verdade se torna um óptimo meio de assimilação e contemplação.

O terceiro consiste na meditação metódica, simples, mas eficaz dos «mistérios».

as três orações

Começamos por analisar a riqueza interior de cada uma das fórmulas que constituem a recitação do Rosário.

O Pai-Nosso é a oração que o Senhor entregou aos homens. Revela-nos o Pai nas suas exigências (1.ª Parte) e na sua misericórdia (2.ª Parte).

No Pai-Nosso tudo está dominado pela fé na divina paternidade que se quer estender a nós.

As três primeiras petições, centradas essencialmente em Deus, fazem uma só.

A petição central engloba, de certa maneira, as outras duas. Com efeito a vinda do Reino a este mundo, a realização do disígnio de Deus sobre nós e sobre o mundo, é o objectivo primeiro da

oração e apresenta um duplo aspecto que corresponde à Revelação do Nome Divino para a sua santificação, e à Revelação da Lei Divina que é Verdade e Vontade Divina em nós realizada.

A primeira petição da segunda série, série centrada em nós, mas em nós possuidores da Nova Natureza de Filhos de Deus, exprime a atitude da nossa total e constante dependência de Deus. A «Vida» que busca alimento junto de Deus é a «Vida» total e única do «Homem Novo». A vida corporal está incluída na perspectiva do renascimento sobrenatural significado pela Ressurreição do homem total.

Este alimento conduz o «Homem Novo» à vitória sobre as forças da morte. Possuído pelo Agape Divino é libertado do peso dos seus pecados e perdoa as ofensas que lhe foram feitas.

Só o Amor salva do mal, mas o Amor de Deus não nos pode libertar do mal senão fazendo-nos amar como Deus ama.

O «Homem Novo» poderá agora alcançar vitória sobre a tentação porque «Aquele que está nele» é mais forte do que «aquele que está no mundo».

Avé-Maria. A realidade objectiva do Reino que o Pai-Nosso nos faz contemplar e desejar na fé é interiorizada na Avé-Maria. A Avé-Maria faz-nos entrar no mistério da paternidade divina e da nossa adopção em Cristo pela graça do Espírito Santo.

«Com efeito a Avé-Maria põe a descoberto a interiorização do Reino naquela que podemos chamar a orante perfeita, a Virgem Maria; ela saúda na Virgem, sob uma forma muito simples, todo o mistério da nossa adopção divina pela nossa associação à «Vida trinitária».

Saudamo-la, primeiramente, como «CHEIA DE GRAÇA» ou antes como aquela a quem, por excelência foi feita graça.

É ela a que o Espírito Santo, o Espírito do Pai e do Filho, o o Espírito de adopção «cobriu com a Sua sombra» antes de todos os outros e para todos os outros.

Nesta graça das graças, nesta nova comunicação do Espírito Santo que produz na sua maternidade o nascimento duma humanidade nova, se enraizam todas as outras graças que nos farão filhos no Filho tornado assim Filho dela como o é do Pai.

Dizemos-lhe em seguida: «o SENHOR É CONVOSCO» porque ela é a criatura reconciliada com o Pai não só liberta de tudo que a separaria d'Ele, mas ainda positiva e realmente adoptada por Ele nesta nova aliança que é também a aliança eterna.

Mas tudo isto só encontra a sua substância na Incarnação Redentora, pois em virtude dela repousa sobre Maria a bênção que pertence ao «BENDITO» por excelência que toma carne na carne dela que é também nossa: «BENDITA SOIS VÓS ENTRE AS MULHERES E BENDITO É O FRUTO DO VOSSO VENTRE JESUS».

A invocação medieval: «SANTA MARIA MÃE DE DEUS ROGAI POR NÓS PECADORES AGORA E NA HORA DA NOSSA MORTE» completa duma maneira muito feliz esta contemplação em Maria da adopção divina projectando-a, por assim dizer, dela mesma sobre nós.

Notemos que a invocação a Maria se faz como à «MÃE DE DEUS» àquela em quem a incarnação se realizou tornando assim possível a nossa adopção. Que outro objectivo poderia ter a sua intercessão senão o de se desenvolver em nós O que nela germinou?»

Glória. «Finalmente a meditação do Rosário deve desabrochar na visão, o mais interiorizada possível, de «Deus tudo em todos» segundo a expressão de S. Paulo. É este o sentido do GLÓRIA cuja recitação termina cada dezena no rosário como termina cada salmo na liturgia latina.

Seguindo o belo comentário do Cardeal Mercier, o GLÓRIA faz-nos contemplar a glória da Trindade e associar-nos a ela tal como é desde toda a eternidade: IN PRINCIPIO; tal como irradia de Cristo na Igreja: ET NUNC ET SEMPER; tal como invadirá tudo em nós e no mundo: ET IN SAECULA SAECULORUM.

É a antecipação «em Cristo» dos tempos escatológicos em que será finalmente realizada a associação perfeita da criatura com Deus na plena realização do eterno desígnio de Deus».

o processo de repetição

«O processo de repetição prolongada duma forma breve, mas densa, nem sempre tem sido justamente apreciado.

Em alguns teólogos a objecção protestante de que o Rosário não passa duma dessas «cantilenas vãs» de que o Evangelho fala só para condenar não deixa de encontrar o seu eco (2).

Só o justificavam reduzindo-o a uma oração boa para os «simples» para não dizer «rudes», admitindo tàcitamente que os cristãos «adultos», esclarecidos, deveriam libertar-se dele.

(2) Aliás e preciso ver o sentido que essa expressão tem no Evangelho. «O palavreado dos pagãos de que Cristo fala, não visa o número de repetições, mas o modo de falar e a convicção de que é possível exercer influência junto de Deus através da multiplicidade ou da grandiloquência das palavras...» (Guardini, «Introdução à Oração», Éfeso, pg. 120).

As recentes descobertas da psicologia mostram bem quanto estes preconceitos são superficiais e mesquinhos.

Evidentemente que a recitação do Rosário, como a de qualquel outra forma de oração, pode cair na «cantilena vã» a partir do momento em que a atenção e a fé dela se afastam. Mas é um erro completo julgar que a repetição sistemática duma fórmula como a AVE-MARIA tende, dum modo especial, a cair em tal resultado. Pelo contrário a sua repetição lenta e regular (...) produz por si uma tranquilidade não só psicológica, mas ainda fisiológica, em que a concentração e o aprofundar do pensamento se fazem como que por si mesmos.

Com efeito o ritmo verbal associado à simplificação e à unificação do pensamento gera, ao mesmo tempo, uma calma dos nervos e favorece uma tranquilidade psicológica ambas estreitamente ligadas».

Guardini diz isto mesmo, de uma forma muito viva, ao falar da oração de repetição:

«Pode acontecer que o homem não queira exprimir coisas determinadas, mas simplesmente demorar-se na oração, respirar e mover-se no meio dela. Podemos seguir um caminho para chegar a determinado lugar; e então andamos depressa e não paramos. Mas também podemos querer simplesmente passear, e então gastamos tempo e paramos quando encontramos coisas interessantes. O mesmo acontece no terreno religioso, e isto não é apenas razoável, mas mesmo bom e importante.

A melhor maneira há-de ser considerar Deus como um grande amigo, a quem se tem muitas coisas a dizer, de quem se espera resposta, e demorar nessa atitude. Mas quem é capaz de tanto? Em todos os momentos verificamos que a nossa relação com Deus é trabalhosa, e que nos cansamos depressa. Apenas nos resta um meio, aquele que aliás a oração cristã utilizou desde os primeiros tempos, isto é, **a repetição de certas orações, muito puras, muito ricas de conteúdo, para criar um clima em que o espírito possa permanecer, mas unindo estas orações entre si através de uma ideia progressiva que corte a monotonia** (...). No Rosário encontram-se unidos de uma maneira perfeita os temas fundamentais deste género de oração» (3).

Essa ideia em lento progresso que polariza a oração é-nos dada pelo enunciar sucessivo dos «mistérios» (de que adiante fala-

(3) Guardini, op. cit., pgs. 120 a 122.

remos). Mas é dada também na medida em que o próprio ritmo da recitação se organizar naturalmente sobre certos **tempos fortes.**

«Os nomes repetidos de Maria e Jesus, tendo como um eco discreto o «nós» da oração, atrairão a si estes tempos fortes. Depois duma primeira e como que preliminar concentração sobre Maria em quem o mistério trinitário encontra o seu reflexo na nossa humanidade, o nome de Jesus eleva este mistério à sua realização primordial, arquétipo, à sua fonte. Depois, na segunda fórmula da oração, por Maria descemos até «nós»; nada há que favoreça mais a passagem do mistério contemplado ao mistério participado».

a meditação dos «mistérios»

«Contudo este processo não atingirá toda a sua fecundidade possível, se **os nomes de Jesus e Maria** não estiverem **carregados de todas as ressonâncias de que são susceptíveis para a nossa fé.** É precisamente isto que vem realizar aquilo a que chamamos «meditação dos mistérios» do Rosário».

A meditação dos «mistérios» faz-nos debruçar sobre factos, sobre acontecimentos que são a história divina dos homens, a história da nossa própria Salvação. Factos que nos manifestam como Deus é Pai derramando, em Maria, sobre a humanidade a Sua Vida — Cristo, nO qual nos adopta e nos insere na Trindade.

Assim a meditação de um ou doutro destes mistérios, ou de todos consecutivamente, através da recitação de cada dezena, vem carregar de sentido os nomes de Jesus e Maria; vem dar-lhes corpo, história, vida acção, tornando-os uma realidade **para nós,** dando-do-nos a razão da Sua presença da nossa vida. E os três tempos fortes de que atrás se falava aparecem intimamente ligados.

Temos, primeiramente, a série dos mistérios gozosos: Anunciação, Visitação, Nascimento, Apresentação, Jesus entre os Doutores. Seguem-se os mistérios dolorosos: Agonia, Flagelação, Coroação de espinhos, Caminhada para o Calvário, Crucifixão. Finalmente os gloriosos: Ressurreição, Ascensão, Pentecostes, Assunção de Maria e Sua Coroação no céu.

«A essência do Rosário reside na consideração da pessoa e da vida do Senhor através da vida de sua Mãe. Quem o reza contempla quinze acontecimentos da vida do Senhor; não em si próprios, mas através dos sentimentos do coração daquela que entre todos os homens os presenciou mais de perto. (...) A realização desta interferência constitui a forma própria do Rosário, e é preciso aprender a fazê-la» (4).

(4) Guardini, op. cit., pg. 123.

2. o rosário, oração cristológica

«Na meditação dos «mistérios» encontra-se, com efeito, tudo o que a religião tem de mais substancial e admirável: a suma da fé cristã, cuja luz e virtude trouxeram ao mundo o reino da verdade, da justiça e da paz» (5).

É essa meditação, que dá ao Rosário todo o seu sentido, pois que a figura de Maria só se percebe quando integrada no facto bíblico que é para nós o centro da nossa história: o mistério Redentor onde Cristo tem o primeiro lugar. Só a esta luz compreenderemos a posição de Maria na Igreja, em nós, e lhes prestaremos um culto consciente, lúcido e nada equívoco, pois que profundamente teológico. O Rosário, oração consagrada a Maria. gravita em volta desta meditação: e neste sentido é uma oração cristológica. Só Cristo nos faz ler o mistério de Maria.

O capítulo VII da Constituição do Vat. II sobre a Igreja, põe-nos marcadamente neste caminho: Maria é Mãe da Igreja porque é Mãe de Deus. Aí reside toda a explicação da sua Pessoa. Toda a glória que lhe é devida, todo o culto que lhe é prestado, assim como a sua função maternal no mistério do Corpo Místico, radicam nessa maternidade divina. Porque Maria entrou intimamente na história da Salvação a Igreja a venera. É preciso, pois, contemplá-la à luz do Verbo feito homem.

E de facto essa «associação da Mãe com o Filho, na obra da Salvação, manifesta-se desde a conceição virginal de Cristo até à Sua morte» (6). Entre esses dois momentos processa-se toda a história de Maria, intimamente unida ao homem-Deus para a redenção do mundo.

«Maria, filha de Adão, consentindo na palavra divina, tornou-se Mãe de Jesus, e abraçando de todo o coração, sem qualquer impedimento de pecado, o desígnio salvador de Deus, consagrou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e à obra de seu Filho, **subordinada** a Ele e juntamente com Ele, servindo pela graça de Deus omnipotente o mistério da Redenção» (7). «Esta função subordinada de Maria, não hesita a Igreja em proclamá-la; sente-a constantemente e inculca-a aos fiéis, para mais intimamente aderirem, com esta ajuda na terra, ao seu **Mediador** e Salvador» (8).

«O nosso Mediador é só um (...), o homem Jesus Cristo (...) Mas a função maternal de Maria em relação aos homens, de modo algum ofusca ou diminui esta única mediação de Cristo, antes

(5) Leão XIII, Encíclica «Iucunda Semper», 8/9/1894.
(6) Const. «Lumen Gentium», n.º 57 Cf. n.ºs 58, 59, 60.
(7) N.º 56; (8) n.º 62.

manifesta a sua eficácia. Com efeito, todo o influxo salvador da Virgem Santíssima sobre os homens, se deve ao beneplácito divino e não a qualquer necessidade; deriva da abundância dos méritos de Cristo, funda-se na Sua mediação e dela depende inteiramente, haurindo aí toda a sua eficácia; de modo nenhum impede a união imediata dos fiéis com Cristo, antes a favoroce» (9).

Maria é caminho para Cristo. Tudo nela aponta na direcção Filho pois «a função e privilégios da Virgem Santíssima dizem todos respeito a Cristo (semper Christum spectant)» (10). Por isso, «ao ser exaltada e venerada, atrai os fiéis ao Filho, ao Seu Sacrifício e ao amor do Pai» (11).

O culto a Maria não é um culto «ao lado» do de Cristo. Não é algo de separado mas de intimamente relacionado, favorecendo-o: «Este culto, tal como sempre existiu na Igreja, embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração, que se presta por igual ao Verbo Incarnado, ao Pai e ao Espírito Santo, e favorece-o poderosamente» (12) Das diversas manifestações que ele pode ter o Rosário integra-se perfeitamente na Constitiuição que urge que sejam «aprovadas pela Igreja, dentro dos limites da sã e recta doutrina, segundo os diversos tempos e lugares e de acordo com a índole e modo de ser dos fiéis» (13).

Assim o Rosário, onde a vida de Cristo se encontra para onde quer que a contemplação se dirija, terá também a virtude de fazer com que «honrando a Mãe, melhor se conheça, ame e glorifique o Filho, por cuem tudo existe e no qual «aprouve a Deus que residisse toda a plenitude», e melhor se cumpram igualmente os seus mandamentos» (14).

3. o rosário, celebração da Palavra

O fundo bíblico do Rosário cria nele a exigência duma presença da Palavra que encerra nas suas entranhas o mistério Pascal para o comunicar e tornar realidade no ser e no agir de cada cristão. Acaso não é a Bíblia o livro da História da Salvação que os «mistérios» nos apresentam e fazem interiorizar? Acaso não é a Bíblia o livro da Revelação do mistério Redentor de Deus ao homem através dos tempos até atingir a sua plenitude em Cristo — a Palavra Viva do Pai «que nos cria e recria à Sua Imagem?» Acaso não são os «mistérios» um encontro com o Mistério Pascal de Cristo que veio do Pai, esteve connosco e voltou ao Pai arrastando em si toda a comunidade dos ressuscitados?

---

(9) n.º 60; (10) n.º 67; (11) n.º 65; (12) n.º 66
(13) N.º 66; (14) N.º 66

Há pois necessidade de levar o Rosário a beber nas águas vivas da Escritura, para que ele encontre todo o seu sentido, toda a sua riqueza e se torne assim um instrumento de grande utilidade ao serviço do incremento bíblico junto do povo; incremento este a que o Vaticano II tanto exorta na Constituição sobre a Liturgia:

«Prepare-se para os fiéis, com maior abundância, a mesa da Palavra de Deus; abram-se largamente os tesouros da Bíblia (...) (15).

«Seja mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura (...)» (16).

Promova-se a celebração da Palavra de Deus (...)» (17).

Todos nós sabemos quanto o povo cristão tem vivido longe da Escritura, quanto a ignora; todos nós temos consciência de quanto ela é um alimento indispensável na vida dos filhos de Deus.

Urge pois aproximar os cristãos da Bíblia e dar-lhes assim uma piedade profundamente bíblica.

E porque não aproveitar também o Rosário para fazer esta educação bíblica do povo? Não será uma maneira de introduzir na Bíblia pela Bíblia?

A abundância da Palavra, servida em fraternidade, na clareza e na simplicidade, não poderá deixar de atrair os fiéis.

O contacto com a Palavra pode ser preparado e cultivado com as iniciações teóricas que são boas e necessárias, embora estejam limitadas a «élites» e não passem de introduções à Bíblia, sem que constituam a Palavra de Deus.

Mas a Palavra de modo algum está reservada a «élites»... ela é para todos. Conclui-se daqui que a impossibilidade de fazer uma iniciação teórica a todos não é razão para se fechar a Bíblia ao povo. É sempre possível fazer uma iniciação na Bíblia pela Bíblia, embora as dificuldades existam, mas estas podem ser atenuadas pela homilia que prolonga, aclara, interioriza a Palavra proclamada, dando-lhe uma eficácia actual e oportuna.

Fazendo do Rosário uma proclamação da Palavra torná-lo-íamos uma grande fonte de catequese bíblica: a leitura que anuncia a Palavra, a meditação que a interioriza ao longo de 10 Ave-Maria repetidas como um salmo ou uma ladainha, tudo isso concorreria para que o povo conhecesse os Factos da Salvação como a Bíblia os conhece.

---

(15) Constituição sobre a Liturgia, n.º 51; (16) Idem, n.º 35-1.
(17) idem, n.º 35-4.

O nosso povo tem fé, mas uma fé que, por vezes é confusa, débil, pouco concretizada na labuta do dia a dia. Verificamos com facilidade que os cristãos ignoram a sua fé, desconhecem-lhe o conteúdo e a força interior.

Uma celebração da Palavra em que são proclamados os Factos da Salvação, como Deus os quis dar a conhecer ao homem, terá certamente uma grande influência no avivar da fé, no dar-lhe corpo, conteúdo, no comunicá-la. Podemos mesmo dizer que, na celebração da Palavra, Deus catequiza o Seu Povo: Deus dá a conhecer o Seu Mistério, tendo em conta as exigências da natureza limitada do homem.

sugestões práticas

Apresentamos passos bíblicos para a meditação do terço, quer para a recitação em particular (pois a Palavra de Deus deve entrar cada vez mais na nossa vida, e isso só se consegue lendo e relendo a Sagrada Escritura), quer para a recitação em comunidade (tornando-o assim uma celebração da Palavra).

Para a recitação em comunidade sugerimos:

- **que as leituras sejam feitas depois de enumerar o «mistério», antes do Pai-nosso. Poderão ser precedidas duma breve explicação; caso contrário convém que no fim da recitação do terço haja uma breve homilia que integre os cinco textos lidos.**
- **que as leituras sejam escutadas de pé (atitude de quem é peregrino e recebe o pão da Palavra — alimento de caminhada).**
- **que o Pai-nosso, sòmente entoado pelo presidente seja recitado por todos, também de pé.**
- **que as dez Avé-Maria sejam recitadas sentados (atitude tranquila que favorece a meditação da Palavra ouvida).**
- **que a celebração seja intercalada com cânticos adequados.**

■ para o advento

(em especial: novena da Imaculada Conceição)

MISTÉRIOS GOZOSOS

1.º ANUNCIAÇÃO

- Lc. **1**, 26-38 (Anunciação a Maria); Mt. **1**, 18-23 (revelação a José).
- Gén. **15**, 1-11 (anunciação a Abraão), Gén. **18**, 1-14 (anunciação a Sara), 1 Cron. **17**, 1-14 (anúncio da Boa-Nova messiânica a David); Is. **7**, 10-15 (o sinal do Emanuel), Sof. **3**, 14-17 (promessas de Salvação messiânica), Zac. **9**, 9-17 (promessa do Messias-Rei); Ps. **72** (71) (o rei prometido), Is. **11**, 1-10 (o reino do Messias), Joel **2**, 21-27 (abundância dos bens messiânicos).

2.º VISITAÇÃO

- Lc. **1**, 39-45 (Visitação)
- 1 Sam. **1**, 20 e **2**, 1-10 (nascimento de Samuel e cântico de Ana); 2 Sam. **6**, 1-19 (Visita da Arca a Jerusalém; Maria — Arca da Aliança); Jo. **1**, 19-28 (O testemunho de João); Lc. **11**, 27-30 (elogio de Maria).

3.º NASCIMENTO

- Lc. **2**, 1-20 (nascimento de Cristo). Mt. **2**, 1-12 (visita dos Magos).
- Is. **60**, 1-9 (a luz das nações), Núm. **24**, 16-19 (o «astro» que sairá de Jacob); Gén. **49**, 9-11 (bênção a Judá), Miq. **5**, 1-5 (a profecia do lugar do nascimento — Belém); Rom. **8**, 1-5 (a Incarnação e a Vida nova), Jo. **3**, 3-17 (Nicodemos — novo nascimento), Gal. **4**, 1-7 (a Incarnação), Fil. **2**, 6-11 (a humildade de Cristo); Heb. **1**, 1-5 (o Filho de Deus Pai); Jo. **1**, 1-18 (o Verbo); Apoc. **12**, 1-5 (visão da mulher e do dragão).

4.º APRESENTAÇÃO E PURIFICAÇÃO

- Lc. **2**, 22-40 (Apresentação e Purificação).
- Lev. **12**, 1-8 (lei sobre a mulher que deu à luz), Ex. **13**, 1-2, 11-16 (consagração dos primogénitos), Col. **2**, 8-15 (a circuncisão espiritual); Jo. **2**, 13-22 (Cristo, o verdadeiro Templo), Rom. **12**, 1-2 e 1 Cor. **6**, 19-20 (o corpo templo do Espírito Santo), Heb. **9**, 6-14 (a entrada de Cristo no templo definitivo).

5.º JESUS ENTRE OS DOUTORES

- Lc. **2**, 41-52 (Jesus aos doze anos sobe a Jerusalém).
- Deut. **16**, 16 (lei da peregrinação a Jerusalém); Ps. **27 (26)** (Salmo dos que procuram Deus); Jo. **2**, 1-11 (bodas de Caná — Epifania; Cristo e Maria); Jo. **12**, 44-50 e Jo. **17**, 1, 6-8, 25-26 (preocupação de Cristo em se ocupar «das coisas do Pai»); 1 Cor. **2**, 6-16 (Sabedoria de Cristo); Ef. **5**, 21-**6**, 4 (o ideal de santidade familiar).

■ para a novena do natal

As leituras apresentadas foram escolhidas por TEMAS, tendo estes por base as antífonas «Ó» (1).

Apresentamos para cada dia dois grupos de cinco leituras (inter-relacionadas); o grupo b) é, em geral, mais concreto e

---

(1) As antífonas «Ó», constituídas actualmente num grupo de sete, são pequenos poemas que na sua oração da tarde (Vésperas), a Igreja canta sucessivamente nos sete dias que antecedem o Natal.

Portadoras de abundantes ressonâncias bíblicas, estas antífonas são um esplêndido miradoiro sobre a mensagem do Advento, proporcionando matéria riquíssima de meditação, contemplação, petição.

Da sua influência nasceu em Portugal o título de Nossa Senhora do Ó, título que deixou vestígios na piedade popular, nas paróquias que adoptaram por padroeira N. S. do Ó, na arte, nos próprios nomes das pessoas.

Novellae Olivarum pensa deste modo servir a mais pura tradição bíblico-litúrgica e estar na linha duma autêntica piedade popular.

fácil — apropriado, talvez, para comunidades menos preparadas.

Sugerimos que se apresente, no início da celebração, a antífona — cantando-a (gregoriano ou, em forma popular, ficha A1) ou recitando-a. Um pequeno invitatório introduziria o tema das leituras, relacionando-o com a antífona.

- Para os cânticos — «Cântico de Glória», «Cânticos a Nossa Senhora» P. Manuel Luís — Lisboa.
- Para uma celebração sem terço, vd. «Como fazer uma da Palavra de Deus», P.e José Ferreira, Novellae Olivarum, n.º 1, pg. 114.

• 17 de Dezembro

«Ó SABEDORIA, que saiste da boca do Altíssimo, e reinas em todo o universo dispondo todas as coisas com força e suavidade: vem ensinar-nos o caminho da prudência».

a. JESUS, SABEDORIA DE DEUS:

1) — Sab. **7**, 25-**8**, 1; **2)** — I Cor. 1, 24-30; **3)** — Prov. **8**, 22-31; **4)** — Col. **1**, 15 ss.; **5)** — Jo. **1**, 1-18.

b. JESUS, MESTRE de SABEDORIA:

1) — Lc. **2**, 36-40; **2)** — Mc. **6**, 2-6; **3)** — Jo. **4**, 13-19 e 28-29; **4)** — Lc. **20**, 20-26; **5)** — Mt. **11**, 25-30.

• 18 de Dezembro

«Ó ADONAI (Senhor) e Chefe da casa de Israel, que apareceste a Moisés no fogo da sarça ardente e lhe deste a Lei no Sinai: vem resgatar-nos com a força do teu braço».

a. CRISTO ADONAI, KYRIOS:

1) — Act. **7**, 30-37 (cf. Ex. 3, 1-10; 6, 2-7); **2)** — Ps. **109** (110); **3)** — Lc. **2**, 8-11; **4)** — Act. **2**, 29-36; **5)** — Apoc. **19**, 11-16.

b. CRISTO exercendo a sua senhoria sobre:

1) — Os elementos terrestres: Lc. **8**, 22-25; ou Jo. **6**, 16-21
2) — as doenças: Lc. **18**, 35-43; ou Mt. **8**, 1-4
3) — os homens: Jo. **8**, 1-11; ou Jo. **18**, 1-8
4) — o demónio: Lc. **9**, 37-43; ou Mt. **4**, 8-11
5) — a morte: Lc. **7**, 11-17; ou Lc. **24**, 1-8

• 19 de Dezembro

«Ó RAIZ DE JESSÉ, que estás posto como estandarte das nações, diante do qual todos os reis emudecerão e a quem hão-de invocar todos os povos: vem libertar-nos, não tardes».

a. CRISTO, O REBENTO MESSIÂNICO:

1) — Is. **11**, 1-5 e 10-12; 2) — Rom. **15**, 7-12; 3) — Jer. **23**, 2-7; 4) — Jo. **15**, 1-5; 5) — Apoc. **22**, 12-17 e 20.

b. CRISTO e as NAÇÕES:

1) — Is. **49**, 5-6; 2) — Lc. **2**, 25-32; 3) — Mt. **28**, 18-20; 4) — Act. **2**, 5-12; 5) — Apoc. **7**, 2-4 e 9-10.

• 20 de Dezembro

«Ó CHAVE de DAVID e CEPTRO da CASA DE ISRAEL; tu que abres e ninguém fecha, fechas e ninguém pode abrir; vem e liberta do cárcere o prisioneiro que se encontra nas trevas e na sombra da morte».

a. CRISTO, CHAVE E CEPTRO DE ISRAEL:

1) — Is. **22**, 20-23; 2) — Apoc. **3**, 7-8; 3) — II Sam. **7**, 4-6 e 10-16; 4) — Is. **9**, 1-6; 5) — Lc. **1**, 26-33.

b. CRISTO, PASTOR E PORTA DO NOVO ISRAEL:

1) — Jo. **10**, 1-10; 2) — Lc. **13**, 23-30; 3) — Apoc. **3**, 18-21; 4) — Ps. **23**(22); 5) — Jo. **10**, 11-16.

• 21 de Dezembro

«Ó AURORA, (sol nascente), esplendor da eterna Luz e Sol de Justiça: vem e ilumina os que se encontram nas trevas e na sombra da morte».

a. A PROMESSA DA LUZ:

1) — Habac. **3**, 3-6; 2) — Is. **60**, 1-4 e 19-22; 3) — Malaq. **4**, 1-3 (ou **3**, 19-21 sg. outras versões); 4) — Is. 9, 1-6 ou Miq. **7**, 7-10; 5) — Mt. **4**, 12-17.

b. CRISTO, LUZ DO MUNDO:

1) — Jo. **1**, 1-9; 2) — Lc. **2**, 25-32; 3) — Jo. **9**, 1-7; 4) — Jo. **12**, 44-47; 5) — Mt. **17**, 1-5.

• 22 de Dezembro

«Ó REI das NAÇÕES e por elas desejado, pedra angular, que reunes os dois povos num só: vem e salva o homem que formaste do lodo da terra».

a. REUNIÃO dos dois Povos em CRISTO:

1) — Ef. **2**, 11-21; **2)** — Ps. **117** (118), 17-23; ou Is. **28**, 13-17;
3) — Gál. **3**, 23-29; **4)** — Act. **13**, 44-48; **5)** — Lc. **13**, 23-30.

b. JESUS-REI:

1) — Zac. **9**, 9-16; **2)** — Lc. **1**, 28-33; **3)** — Mt. **2**, 1-6;
4) — Jo. **18**, 33-37; **5)** — Lc. **22**, 25-30.

(Vd. também «Cristo e as nações» — 19 de Dezembro)

• 23 de Dezembro

«Ó EMANUEL, nosso Rei e Legislador, esperança das nações e seu salvador: vem para nos salvar, Senhor nosso Deus».

a. CRISTO, «DEUS CONNOSCO»:

1) — Is. **7**, 10-15; **2)** — Mt. **1**, 18-25 (cf. Jo. 1,14);
3) — Ps. **46** (45); **4)** — Jo. **6**, 53-57; **5)** — Mt. **28**, 16-20.

b. CRISTO, LEGISLADOR E SALVADOR:

1) — Is. **33**, 20-22; **2)** — Jo. **14**, 18-23;
3) — Jo. **3**, 14-17; **4)** — Act. **2**, 22-24 e 32-36; **5)** — I Tim. **2**, 1-7.

HORÓPTICA LDA.
OCULISTA
Rua de Santa Justa, 27 — LISBOA
Execução de todo o receituário de óptica sob a direcção de óptico diplomado na Escola Superior de Óptica de Colónia — Alemanha
LENTES DE CONTACTO

primeiro domingo do advento

1. antes da entrada do presidente

Reunimo-nos no primeiro domingo do ano litúrgico para a Igreja nos anunciar a vinda do Senhor.

Ele veio salvar o Seu Povo. Ele vem ainda cada vez que celebramos a Missa. Hoje Ele está presente aqui. Finalmente o Senhor virá no Último Dia para congregar os filhos de Deus dispersos, a fim de eternamente serem um só Povo.

Todos estes modos de se comunicar ao Seu Povo revelam, afinal, uma única realidade: o Amor de Deus pelos homens, que salva, que alimenta de tal maneira que os fará participar eternamente na Sua Vida.

2. rito de entrada

— cântico

Salmo 24. Sugerimos os cânticos publicados em: «Cântico de Glória», do P. Manuel Luís, pg. 22-23; «O Mistério do Senhor no Advento», separata de Novellae Olivarum, pg. 9-10; «10 cânticos sobre os Salmos», do P. Manuel Luís, pg. 11; ficha C. 9.

— oração

Para que o Senhor venha proteger-nos e nos salve, oremos em silêncio.

3. liturgia da palavra

— leituras

A palavra viva do Deus vivo vai-nos ser proclamada. Desde que Cristo veio e nos revestiu, cada «hora» da nossa vida tornou-se portadora de eternidade. Por isso o Senhor, no Evangelho, nos exorta à vigilância.

— cântico de meditação

Salmo 24.

— *para a «oração dos fiéjs»*

Por todos nós aqui reunidos;
para que a nossa participação na Eucaristia
nos dê um lugar na Eternidade: **Ouvi-nos Senhor!**

4. liturgia eucarística

— *ofertório*

Salmo 24. Sugerimos os cânticos já apontados acima.

Como um só Povo salvo pelo Senhor que veio, vamos oferecer a Deus Pai toda a honra e glória por Cristo.

Nós faremos a Eucaristia em Sua Memória até que Ele venha pela última vez. Entretanto o Senhor fortalece-nos com o Seu Corpo para sermos testemunhas da Sua Salvação diante dos homens.

— *comunhão*

Salmo 84. Sugerimos os cânticos publicados em: «Cântico de Glória», pg. 24; «O Mistério do Senhor no Advento», pg. 19.

— *oração (depois da comunhão)*

Para que Deus nos conceda que a vinda do Seu Filho na comunhão aumente a nossa vigilância, oremos em silêncio.

5. despedida

Eis-nos renovados na nossa esperança, fortalecidos na nossa espera de Cristo: vamos agora preparar no mundo a Parusia do Senhor.

segundo domingo do advento

1. antes da entrada do presidente

No passado domingo a Igreja inteira lançou este apelo: «Vinde Senhor Jesus, vinde».

Hoje celebramos Aquele que vem para salvar todos os homens como um pastor de misericórdia e não como juiz de fogo; Aquele que vem como o Amigo dos pobres, trazendo-lhes a Boa Nova de Salvação: Jesus Cristo!

Foi Ele Quem os profetas anunciaram.
É Ele Quem nós hoje anunciamos!

2. rito de entrada

— ***cântico***

Salmo 79: Sugerimos: «Cântico de glória» do P. M. Luís, pág. 5 ou pág. 25; «O Mistério do Senhor no Advento», pág. 22.

— ***oração***

Que o Senhor nos ajude a acolher o Seu Divino Filho para que O possamos servir de alma purificada.

3. liturgia da palavra

— ***epístola***

S. Paulo nesta primeira leitura, convida-nos a dar graças a Deus por ter cumprido a Sua Palavra: O Messias prometido aos Judeus, eis que vem para salvar todos os homens.

— ***evangelho***

Aos pobres é anunciada a Boa Nova: é este o sinal de que Aquele que deve vir chegou. Com S. João Baptista é tempo de prepararmos os caminhos do Senhor!

— ***para a «oração dos fiéjs»***

Por todos nós aqui reunidos;
para que nos tornemos diante de Deus,
os mensageiros da Boa Nova para os pobres: **Ouvi-nos Senhor!**

4. liturgia eucarística

— ***Prefácio***

Demos graças a Deus nosso Pai por ter cumprido em Seu Filho Jesus Cristo a promessa de nos fazer participantes da Sua Vida e da Sua Glória.

— ***comunhão***

Salmo 147. Sugerimos o cântico publicado em: «Cantai ao Senhor um cântico Novo», do P. M. Janeiro, pg. 40-41.

— ***oração*** *(depois da comunhão)*

Enriquecidos com os bens celestes, que o Senhor nos conceda desapegarmo-nos dos bens terrestres.

imaculada conceição

1. antes da entrada do presidente

A Liturgia de hoje celebra o poder de Deus que preservou Maria de todo o pecado e a encheu de graça desde o primeiro instante da sua existência no seio de sua mãe.

Pensada por Deus para Mãe de Jesus, a Virgem Maria beneficia em plenitude do triunfo de seu Filho sobre os poderes do mal.

Esta nossa assembleia deve ser, à imagem de Maria, um templo vivo de Deus, cheio de graça e de luz a irradiar para todos os homens.

2. oração (do rito de entrada)

Para que Deus nos ajude a vencer o pecado e nos encha da Sua graça, em silêncio, oremos.

3. liturgia da palavra

— leituras

Jesus é a Sabedoria de Deus comunicada aos homens. Por uma graça e um privilégio de Deus omnipotente, a Virgem Maria foi cheia de Sabedoria desde o primeiro instante da sua Conceição. Desde esse momento que é cheia de graça, habitando nela, em plenitude, a Vida e a Salvação.

— para a «oração dos fiéjs»

Por todos nós aqui reunidos;
para que o sacrifício que libertou Maria do pecado,
nos purifique das nossas faltas: **Ouvi-nos Senhor!**

4. liturgia eucarística

— ofertório

O Sacrifício que a Igreja vai oferecer é o próprio sacrifício de Cristo, triunfo total sobre o pecado e sobre a morte.

Este triunfo está já presente em Maria onde a Igreja alcançou aquela perfeição sem mancha nem ruga que lhe é própria.

Demos graças a Deus Pai que também a nós faz vencer o pecado e crescer em santidade.

— ***comunhão***

Magníficat. Sugerimos o cântico publicado em: «Cânticos a Nossa Senhora», do P. Manuel Luís, pg. 22-23; ficha S 151.

— ***oração*** *(depois da comunhão)*

Para que a nossa participação nesta Eucaristia nos liberte do pecado, em silêncio, oremos ao Senhor.

terceiro domingo do advento

1. antes da entrada do presidente

A alegria é hoje o tema da Liturgia, porque o Senhor veio para o meio de nós.

Nós, os cristãos, possuímos a Alegria total. Deus enviou o Seu Filho a libertar-nos do pecado. Estávamos na angústia da nossa situação de homens pecadores e o Senhor Jesus veio livrar-nos e tornar-nos Filhos de Deus.

A Festa do Nascimento de Cristo está próxima, que a nossa alegria de homens salvos aumente, para cantarmos sempre ao Senhor a Sua glória.

Que os outros homens vejam em nós a alegria de Filhos de Deus, salvos por Cristo, que veio salvar-nos.

2. rito de entrada

— ***cântico***

Salmo 84. Sugerimos os cânticos apontados acima, na comunhão do 1.º Domingo do Advento.

— ***oração***

Para que o Senhor, pela Sua vinda, ilumine as trevas onde vivemos, em silêncio, oremos.

3. liturgia da palavra

— *leituras*

Desde que veio, o Senhor está no meio de nós. Ele prometeu ficar sempre connosco até ao fim; contemplando os progressos que a Sua obra faz em nós alegremo-nos n'Ele.

— *para a «oração dos fiéjs»*

Por todos nós aqui reunidos;
para que sejamos associados por esta missa
à subida de Cristo para Seu Pai: **Ouvi-nos Senhor!**

4. liturgia eucarística

— *ofertório*

Salmo 84. Como no cântico de entrada.

Na Alegria dos Filhos de Deus vamos com Cristo dar graças ao Pai pela salvação que nos enviou.

O Senhor que se ofereceu a Deus Pai e se nos dá em alimento, comunique a cada um de nós, a graça de sermos fiéis à salvação.

— *comunhão*

Salmo 84. Como no cântico de entrada.

— **oração** *(depois da comunhão)*

Para que o sacramento que acabámos de receber nos purifique e nos prepare para a festa do Natal, em silêncio, oremos.

— *despedida*

Ao regressarmos para nossas casas, para junto dos nossos companheiros de trabalho e de sofrimento, eis-nos portadores de Cristo e responsáveis pela Sua presença no mundo.

quarto domingo do advento

1. antes da entrada do presidente

Neste último domingo do Advento, que prepara o Natal, celebramos Aquele que desceu do Céu para fecundar a terra.

Que os nossos corações se abram para o acolher, eliminando da nossa vida tudo o que seja obstáculo à vinda do Senhor.

2. oração (do rito de entrada)

Para que Deus nos ajude, com o poder da Sua graça, a preparar a vinda de Seu Filho, oremos em silêncio.

3. liturgia da palavra

— epístola

S. Paulo recorda-nos que só Aquele que traz a salvação aos homens — Jesus Cristo — o Pai confiou o poder de julgar todas as coisas.

— evangelho

S. Lucas vai descrever-nos com precisão o quadro histórico em que S. João Baptista fez ouvir a sua voz, preparando a vinda de Jesus.

— para a «oração dos fiéjs»

Por todos nós aqui reunidos;
para que o sangue de Cristo redima os nossos pecados
e dê a cada um coragem para perdoar aos outros: **Ouvi-nos Senhor!**

4. liturgia eucarística

— prefácio

Demos graças a Deus nosso Pai que para nos resgatar da escravidão do pecado nos envia o Seu Filho — Jesus Cristo, nosso Salvador.

— ***oração*** *(depois da comunhão)*

Peçamos ao Senhor que faça crescer em nós os efeitos da salvação.

— ***despedida***

O que nós celebrámos hoje, é necessário que o vivamos sempre e em toda a parte, para que, em nós e no mundo, seja preparado o caminho do Senhor.

natal

1. missa da meia-noite

1. antes da entrada do presidente

Celebramos, cristãos, o Natal de 1965. Natal de ontem, de hoje e de amanhã. Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo. Cristo nasce hoje, porque hoje nos é dada a Salvação e hoje esperamos que o Senhor volte. O Mistério que vamos celebrar nesta noite santíssima é este: Deus fez-se homem para nossa salvação; veio da glória eterna o Deus-Forte. Deus veio, meus irmãos: alegre-se o Céu, a Terra exulte.

2. oração (do rito de entrada)

Irmãos: para que nós, hoje salvos pela vinda de Cristo, um dia nos encontremos todos no Céu, em silêncio oremos.

3. liturgia da palavra

— ***epístola***

Vamos escutar sentados a Palavra que o Senhor nos diz hoje. A vinda de Cristo ao mundo trouxe ao interior de cada homem uma autêntica força vital capaz de o conduzir desta vida à glória.

— ***evangelho***

A narrativa de S. Lucas evidencia a realidade tão humana e tão divina do nascimento de Jesus: é o Mistério da Incarnação.

— *para a «oração dos fiéjs»*

Por todos nós aqui reunidos;
para que Cristo renasça no nosso coração
na Caridade e na pobreza: **Ouvi-nos Senhor!**

4. liturgia eucarística

— *ofertório*

Salmo 95. Sugerimos os cânticos publicados em: «Eucaristia», do P. Manuel Luís, pg. 47 da 1.ª edição ou «Cânticos», da Jornada Infantil Pró-Concílio, pg. 6 e pg. 9.

É pelo Mistério do Verbo feito Homem que nos deu a conhecer Deus de forma visível, que nós podemos oferecer a Deus toda a nossa vida, unindo-a ao Sacrifício de Cristo.

— ***oração*** *(depois da comunhão)*

Irmãos, peçamos ao Senhor que participando na alegria desta refeição santa mereçamos a partilhar da Sua glória.

2. missa do dia

1. antes da entrada do presidente

Irmãos, amanheceu um dia santíssimo, uma luz resplandece nas trevas. É o Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo. Ele é o verdadeiro sol, o verdadeiro dia. Hoje nasce para nós o Salvador, hoje é dada a cada homem a Salvação. «Vinde e adorai o Senhor, porque hoje baixou à terra uma grande luz».

2. oração (do rito de entrada)

Irmãos: Jesus veio para nos salvar; peçamos ao Senhor que esta realidade chegue ao conhecimento de todos os homens.

3. liturgia da palavra

Vamos ouvir a Palavra de Deus. Esta Palavra é de ontem, é de hoje, é de sempre. Esta Palavra é o próprio Cristo, o Deus connosco, o Senhor do Universo.

4. liturgia eucarística

— *ofertório*

Vd. introdução da missa da meio noite.

— ***oração*** *(depois da comunhão)*

Irmãos, pela vinda de Jesus tornámo-nos filhos de Deus; peçamos que por Ele nos venha também a vida eterna.

circuncisão do senhor

Nota: Para além das ideias vulgares absolutamente válidas e necessárias, de acção de graças e de petição de graças para o novo ano, a festa do primeiro dia de Janeiro deve ser uma excelente ocasião para, à luz do capítulo VII da Constituição «Lumen gentium», se familiarizar, no concreto, o povo cristão com a ideia de caminhada, de peregrinação por este mundo ao encontro do Senhor.

1. antes da entrada do presidente

Como irmãos e filhos de Deus reunimo-nos aqui para iniciarmos com o Senhor mais um ano de caminhada. Aqui reunidos, nós somos uma parcela da Igreja que peregrina ao encontro do Senhor. É Ele que dia a dia nos alimenta, nos fortalece, nos une, com a Sua Palavra e com o Seu Corpo.

2. oração (do rito de entrada)

Já que por Nossa Senhora nos veio Cristo, peçamos a sua intercessão.

3. liturgia da palavra

— *leituras*

Com a alma aberta, vamos escutar a Palavra que Deus nos diz hoje.

— ***para a «oração dos fiéis»***

Pela nossa santa assembleia;
para que este ano
seja uma verdadeira caminhada de irmãos
unidos no amor que vem de Deus: **ouvi-nos Senhor.**

4. liturgia eucarística

— *ofertório*

Vd. introdução da missa da meia noite.

— **oração** *(depois da comunhão)*

Peçamos a Deus que esta primeira missa do ano nos purifique do nosso pecado.

santíssimo nome de jesus

1. antes da entrada do presidente

Somos uma assembleia de irmãos reunidos em nome do Senhor Jesus.

Na Sagrada Escritura o nome significa a própria pessoa e anuncia a sua missão no Povo de Deus.

Pensado pelo Pai desde o princípio, o nome de Jesus realiza no tempo a Sua vontade eterna — salvar os homens.

Marcados com o nome de Jesus, hoje, somos nós os sinais vivos da Sua Pessoa e a incarnação actual da Sua missão. Cristo continua a salvar por nós até ao Seu regresso na glória de Senhor.

2. rito de entrada

— *cântico*

Salmo 8. Sugerimos o cântico publicado em: «Cantai ao Senhor um cântico Novo», pg. 56-57.

— *oração*

Para que o nome de Jesus nos garanta a participação eterna na Sua glória de Senhor, em silêncio, oremos.

3. liturgia da palavra

— *leituras*

Jesus incarna a vontade do Pai e faz-se salvação presente aos homens. A sua missão salvífica justificada pelo seu nome de Senhor continua a afirmar-se no seu Corpo que é a Igreja.

— *para a «oração dos fiéis»*

Por todos nós aqui reunidos;
para que o louvor que dirigimos ao Nome do Senhor
nos dê a salvação e a glória: **ouvi-nos Senhor!**

4. liturgia eucarística

— *ofertório*

A Eucaristia celebra o momento em que Jesus, morto e ressuscitado, recebeu o nome de Senhor e confirmou a obra da Salvação.

Nesta nossa Acção de Graças tenhamos presente todos os homens para que todos conheçam a Salvação e confessem que Jesus Cristo é Senhor.

— **oração** *(depois da comunhão)*

Para podermos viver com Jesus a glória do Seu nome no céu, em silêncio, oremos.

epifania

1. antes da entrada do presidente

Cristãos: depois de termos celebrado a festa do Natal em que acreditámos e agradecemos a Deus a vinda de Jesus ao mundo, celebramos hoje a festa da Epifania do Senhor.

Epifania significa manifestação, e, na verdade, a partir de hoje, Cristo manifestar-se-á a cada um de nós, particularmente pela Sagrada Liturgia, em toda a riqueza da Sua Divindade.

Ele que vimos tão pobre e humilde na gruta de Belém, aparecerá pouco a pouco diante de nós, como Senhor de poder e de bondade, de misericórdia e de perdão, como Salvador de todos os povos que o mundo há tanto esperava.

Com Cristo, nosso irmão,
cantemos a glória de Deus, nosso Pai.

2. oração (do rito de entrada)

Para que, seguindo sempre os passos de Cristo, alcancemos um dia a glória do Seu Reino, oremos em silêncio.

ou
Para que, caminhando sempre à luz da nossa fé, encontremos um dia a face do Senhor, oremos em silêncio.

3. liturgia da palavra

Nas leituras bíblicas que vamos escutar, está o anúncio e a primeira manifestação duma verdade maravilhosa: Cristo veio ao mundo para salvar todos os homens.

4. liturgia eucarística

— ***ofertório***

À imagem dos magos que hoje celebramos, preparemo-nos para oferecermos a Deus o que temos de melhor; para Lhe oferecermos em sacrifício o Seu próprio Filho Jesus que Ele nos enviou e que por nós e connosco se oferece constantemente ao Pai.

— **oração** *(depois da comunhão)*

Para que saibamos compreender e sentir na manifestação de Jesus o amor de Deus para connosco, oremos em silêncio.

5. despedida

Tal como outrora a estrela guiou os magos a Belém, assim o exemplo da nossa vida conduza a Cristo quantos sem fé vivem ao nosso lado.

missa da sagrada família

1. antes da entrada do presidente

Neste primeiro domingo depois da Epifania do Senhor Jesus, reunimo-nos todos para celebrarmos, em conjunto, a festa da Sagrada Família.

Tal como na casa de Nazaré, Jesus está também entre nós, e por isso somos na Terra a família de Deus.

Reunidos na caridade, cantamos a alegria daqueles que, ainda peregrinos, vivem já na casa do Pai.

O salmo oitenta e três é o cântico desta missa. Trata-se de um salmo de peregrinação, cantado pelas famílias judaicas ao subirem a Jerusalém. Diziam elas, então, todo o desejo que tinham de habitar no templo do Senhor.

Pronunciado pelos lábios cristãos, este salmo exprime todo o cuidado que os nossos lares têm de se tornarem verdadeira morada de Deus.

2. rito de entrada

— *cântico*

Salmo 83. Sugerimos os cânticos publicados em: «Eucaristia», pg. 12 e «Cantai ao Senhor um cântico novo», pg. 14-15. Para as missas em que não seja possível cantar, damos a seguinte sugestão:

1. **antífona** (recitada pelo grupo coral)

O pai do justo exultará de alegria.
Alegrem-se teu pai e tua mãe
exulte aquela que te gerou.

2. **salmo** (recitado por um leitor)
   refrão (recitado por todo o povo)

Os pais do justo exultam de alegria!

3. **antífona** (recitada pelo grupo coral)

(Publicamos a explicação deste esquema na nossa secção de ***consultas).***

— *oração*

Para que, tendo entrado na família de Jesus, realizemos em nós a unidade da Sua casa, oremos ao Senhor.

3. liturgia da Palavra

— *leituras*

A Igreja é um mistério de amor.

Na primeira leitura, S. Paulo fala-nos da Caridade; na segunda, S. Lucas diz-nos como Jesus viveu essa mesma Caridade.

Hoje, Deus revela-nos que o amor é a realização consciente da da Vontade do Pai.

— *cântico de meditação*

Salmo 83. Sugerimos os mesmos cânticos do intróito. Na impossibilidade de se cantar, damos a seguinte sugestão:

1. **leitor** (recita o refrão)

Felizes os que habitam na Vossa casa, Senhor!

2. **assembleia** (repete o refrão)

3. **salmo** (recitado pelo leitor; em especial vv. 2.3.4.5.6.)
   refrão (recitado por todo o povo)

Outro refrão possível:

Uma só coisa peço ao Senhor:
que me deixe habitar na Sua casa em toda a minha vida.

— *cântico de procissão do evangelho*

1. **leitor:** Aleluia!
2. **assembleia:** Aleluia!
3. **leitor**

Verdadeiramente um Deus se esconde em tua casa,
o Deus de Israel, o Salvador!

4. **assembleia:** Aleluia!

— *para a «oração dos fiéis»*

Pelos lares desunidos;
para que o perdão das ofensas
os faça regressar ao amor que nos une.

Pelas crianças abandonadas;
para que, na caridade dos cristãos,
elas encontrem uma nova família.

Pelos jovens noivos;
para que a força do seu amor
os transforme numa família cristã.

Pelos lares cristãos;
para que neles reine a amizade,
a confiança e o amor de Deus.

Por todos nós aqui reunidos;
para que encontremos na celebração desta missa,
um real espírito de família.

4. liturgia eucarística

— ***ofertório*** *(ou antes do prefácio)*

A obediência de Cristo impõe a nossa submissão ao Pai.
Hoje, a celebração da Eucaristia torna-nos mais presentes ao Senhor, na piedade de filhos e na caridade de irmãos.

— ***oração*** *(depois da comunhão)*

Para que, imitando na Terra a casa de Jesus, mereçamos entrar na do céu, oremos ao Senhor.

5. despedida

Deus revelou-nos o mistério do Seu amor.
Fortalecidos pela celebração da Eucaristia, vamos manifestar aos homens a Igreja, pois ela é a grande família do Povo santo de Deus.

SALMO 83

2. Quão amável é a Vossa morada
Senhor Deus do Universo!

3. A minha alma suspira e anseia
pelos átrios da casa do Senhor;
o meu coração e a minha carne exultam
em Vós, que sois o Deus vivo!

4. Até o pássaro encontrou um abrigo
e a andorinha um ninho para os filhos:
os Vossos altares, Senhor Deus do Universo,
que sois meu Rei e meu Deus!

5. Felizes os que habitam na Vossa casa
eles Vos louvam pelos séculos dos séculos;
6. ditoso o que em Vós encontra a sua força
ao preparar a sua peregrinação.

7. Ao atravessarem áridos vales,
hão-de vê-los convertidos em fontes,
como se a primeira chuva os cobrisse de bênçãos;

8. conforme avançam o seu vigor aumentará,
em Sião, hão-de ver o Deus dos deuses.

9. Senhor Deus, ouvi minha oração,
escutai-me, ó Deus de Jacob;
10. ó Deus, nosso escudo, atendei,
olhai a face do Vosso ungido.

11. Um só dia na Vossa casa,
é melhor que mil fora dela;
o limiar da casa do meu Deus,
é melhor que a tenda do ímpio.

12. Pois Deus é fortaleza e escudo
Ele nos dá a Sua graça e a Sua glória;
o Senhor não recusa bem algum
àqueles que caminham na perfeição.

13. Senhor Deus do Universo,
feliz o homem que em Vós confia!

segundo domingo da epifania

1. antes da entrada do presidente

Cristãos: na liturgia de hoje Cristo continua a Sua Epifania, continua a manifestar-se aos homens como verdadeiro Filho de Deus, Salvador de toda a humanidade.

Nas leituras que vamos ouvir, no sacrifício eucarístico em que vamos participar, é Ele que vem ao nosso encontro dando-se a conhecer em toda a Sua Verdade.

Procuremos, pois, ouvir com humildade a Sua voz, receber com fé a Sua vida divina, para seguirmos com mais amor o duro caminho da Salvação, que Cristo nos traçou com a Sua vida.

2. oração (do rito de entrada)

Para que, ouvindo a nossa oração, Deus conceda ao mundo o dom da Sua paz, oremos em silêncio.

3. liturgia da palavra

Deus é amor, e as suas palavras fazem-no sentir.
Ouçamos o apelo de S. Paulo.

Meditemos pelo Evangelho na verdadeira aliança de amor que, em Cristo, Deus contraiu com toda a humanidade.

4. liturgia eucarística

— *ofertório*

Ouvimos e meditámos a Palavra de Deus. Preparemo-nos agora para o sacrifício do altar, com consciência de que só na morte de Cristo encontramos a nossa vida, com a certeza de que, dando tudo quanto possuímos, receberemos de Deus quanto precisamos.

— **oração** *(depois da comunhão)*

Para que a comunhão do sacrifício de Cristo nos alcance um dia a glória da sua Ressurreição, oremos em silêncio.

5. despedida

Em resposta consciente ao apelo de S. Paulo, procuremos servir na caridade e na alegria a comunidade em que vivemos.

Seremos assim para o mundo de hoje uma verdadeira manifestação do Senhor.

Colaboração de António Janela, Carlos Capucho, José Bugalho, Joaquim Fernandes Duarte, José Manuel da Silva, Zeferino da Silva

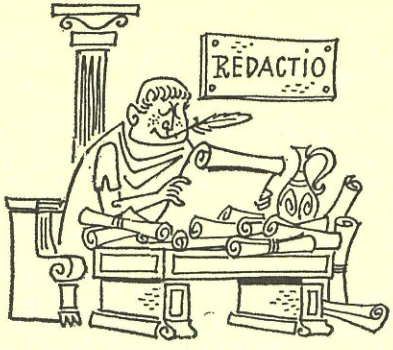
PSICOLOGIA DA IDADE EVOLUTIVA

por João Rimaud

Vol. 11 da Colecção «Galáxia»

Fruto de muita observação e reflexão, este livro destinado aos educadores.
Divide-se em duas partes: na primeira — EDUCADORES E EDUCAÇÃO — na segunda — AS ÉTAPAS DO DESENVOLVIMENTO — traça a linha psicológica-evolutiva dos 3 aos 25 anos.
Este volume, juntamente com «Orientação da Idade Evolutiva» a aparecer brevemente, formarão um tratado de grande interesse para todos os que têm responsabilidade na educação.

EDIÇÕES DA **UNIÃO GRÁFICA**
Rua de Santa Marta, 48 — LISBOA



consultas

No N.º 3 de «Novellae Olivarum», pág. 346, foi apresentado um esquema para o cântico de entrada **da Missa que eu não logrei entender. Agradecia que me esclarecessem a dúvida, para poder utilizá-lo convenientemente.**

N. Costa

resposta de P. JOSÉ FERREIRA

A pergunta oferece ocasião de colocar o caso do introito, na perspectiva geral dos cânticos da Missa.

Antes de mais, convém ter presente que o canto é elemento normal da celebração litúrgica; e não como qualquer coisa a ele acrescentado do exterior, mas como forma de expressão exigida pela natureza de determinadas peças. Por outras palavras, o canto não é, ao menos primàriamente, elemento decorativo, mas *forma de expressão*. Uma consequência entre tantas, é, por exemplo, que a distinção entre Missa cantada e Missa rezada acaba por ser puramente empírica; isto é, verifica-se que, de facto, há Missas em que são cantadas as peças destinadas a sê-lo, outras em que isso não acontece.

Isto, porém, não sucede em razão dum princípio, mas em virtude duma opção que em cada caso terá ou não a sua justificação.

A cada momento da celebração compete uma forma de expressão própria, ao menos se a Missa é celebrada numa assembleia assás numerosa e convenientemente preparada.

Acontece, porém, que por vezes — e, de facto, a maior parte das vezes — as peças que, de sua natureza, deviam ser cantadas o não são; então, a Missa acaba por ser, como se diz, *rezada*. O latim diria, mais lògicamente, *lida*.

Nem todas as peças que na Missa cantada costumam receber música, se podem chamar rigorosamente *cânticos*, como os recitativos sacerdotais — orações, prefácio, — e as leituras; por outro lado, há *cânticos*, isto é, peças destinadas a serem cantadas, que, de facto, muitas vezes, o não são, mesmo em Missas cantadas.

Organizemos, pois, para maior clareza, os vários cânticos da Missa. É costume distribuí-los em duas grandes secções: os cânticos do *Ordinário* (Kyrie, Gloria, Credo, Sanctus e Agnus) e os do *Próprio* (antífonas do introito, ofertório e comunhão, gradual, tracto, aleluia e sequência). Mas esta divisão é também ela muito arbitrária, porque nenhuma das duas secções tem em si mesma qualquer unidade. Cada cântico se apresenta com a sua função, e consequentemente a sua estrutura e a sua maneira própria de ser executado.

I. No **Ordinário** — a) o *Kyrie* e o *Agnus* são duas pequenas ladainhas: a primeira, logo no início da celebração, encontra-se reduzida ao refrão com que a assembleia respondeu outrora às intenções anunciadas pelo diácono, como na oração dos fiéis, aparecendo assim mais como uma série de aclamações a Cristo Senhor, a Quem são dirigidos (*Kyrios* = Senhor, é um título de Cristo); a segunda, a preparar a comunhão, preencheu outrora, e agora, de novo, na concelebração, o tempo da fracção do pão. Ocupam ambas lugar relativamente discreto no conjunto da acção sagrada; — b) o *Gloria* e o *Credo* integram-se, o primeiro no género hímnico, em forma de «prosa artística», o segundo num certo tipo de proclamação da Palavra, pois que ele é uma profissão de fé, menos elaborado, do ponto de vista de forma, do que o *Gloria*.

São duas peças relativamente tardias na estrutura da celebração da Missa; — c) o *Sanctus*, ao contrário, o primeiro

dos cânticos do Ordinário, entra na estrutura da própria oração eucarística, onde desempenha o papel de grande aclamação por parte de toda a assembleia, em resposta à proclamação do prefácio, devendo, por isso, ser cantado (ou recitado) *sempre* por todos, desde o sacerdote presidente até aos leigos.

II. No **Próprio** os cânticos podem agrupar-se em duas categorias bem distintas, tanto em razão do lugar que ocupam na celebração, como pela maneira como hão-de ser executados:

— a) o primeiro cântico do Próprio é o que segue a leitura ou leituras anteriores ao Evangelho, ou seja, o gradual, o tracto ou, no tempo pascal, o Aleluia, aos quais se convencionou chamar *cânticos de meditação*. Estes cânticos fazem parte da própria estrutura da liturgia da Palavra, e são, em si mesmos, uma autêntica proclamação da Palavra de Deus, pois que, em princípio, o seu texto é um salmo, e a maneira de o apresentar foi outrora e sê-lo-á, de novo em breve, uma verdadeira proclamação, a que o elemento musical garante maior eficácia e melhor clima de assimilação. Há, no entanto, certa diferença entre os diversos cânticos de meditação, Gradual, Tracto, etc., devidas mais à maneira de os executar, do que à sua função e natureza. O gradual, por exemplo, é na origem, um salmo responsorial, hoje reduzido a dois versículos apenas, mas que a próxima reforma, já anunciada, e até exemplificada na Missa crismal de Quinta-feira Santa, irá restituir à sua forma integral. Então, a maneira normal de o apresentar será: um salmista canta do ambão, onde acabou de ser proclamada a leitura, os vários versículos do salmo, e toda a assembleia *responde*, depois de cada versículo, com um refrão ou breve *resposta* (em latim *responsum*, donde o nome de *responsório gradual* dado a este cântico nos livros antigos). Certas épocas já decadentes, mais sensíveis ao luxuriante desenvolvimento musical do que ao texto sagrado e à sua função na assembleia litúrgica, fizeram reduzir para dois sòmente os vários versículos do salmo, primitivamente proclamado na íntegra: O aparecimento para breve do novo livro *Graduale Simplex* restituirá, ao cântico gradual, ao menos a título facultativo, o seu carácter de autêntico salmo responsorial. Estas observações não têm, portanto, apenas um interesse histórico, mas dizem respeito à pastoral dos nossos dias. Na verdade, o salmo responsorial depois das leituras, proclamado e respondido em ambiente de verdadeira meditação da Palavra de Deus, ficará sendo o lugar privilegiado da iniciação do povo cristão no Livro dos Salmos.

Embora se trate de rápida notícia, convém dizer que o *Aleluia*, seja qual for a sua origem, ainda mal esclarecida, é hoje tomado como uma aclamação ao evangelho antes da sua proclamação, diferente, portanto, do gradual ou do tracto.

Este último difere do gradual, em que, na origem, não revestiu a forma responsorial; o salmista proclamava-o sòzinho, de um extremo ao outro, sem intervenção da assembleia; tratava-se nesse caso de uma evidente proclamação, embora cantada, como é natural num salmo, da Palavra de Deus.

A *sequência*, ao menos na forma actual, entra no género hímnico, muito diferente, portanto, de qualquer dos outros cânticos intercalares.

— b) ao lado dos cânticos de meditação depois das leituras, existe uma outra série de cânticos, maior em número, menos essencial na estrutura da celebração, e, por isso mesmo, de origem mais recente: são os chamados *cânticos processionais*, a saber, os *cânticos de entrada* ou *introito*, do *ofertório*, e da *comunhão* ou *comúnio*. Ao contrário dos cânticos de meditação, que se justificam em razão de si mesmos, os cânticos processionais servem para acompanhar uma acção no caso, uma procissão: a da entrada do presidente e ministros, ou a das ofertas trazidas ao altar, hoje raras vezes, ou a que conduz os fiéis até junto do altar para participar, pela comunhão, no banquete eucarístico. Todas estas deslocações da assembleia, ou de parte da assambleia, são verdadeiros cortejos processionais, autênticas caminhadas do povo de Deus, um sinal sagrado, em cuja significação o cântico ajuda a penetrar.

A função de cada um destes cânticos determina a diferente maneira de os executar.

Como já expressamente foi dito ou fàcilmente se conclue:

1. O *Kyrie* e o *Agnus*, preces litânicas como são, supõem o diálogo simples e espontâneo, entre o solista ou coro e a assembleia, como é natural na ladaínha.

2. O *Gloria*, tal como o *Credo*, vão melhor com o diálogo, agora entre o coro e toda a assemleia; ao *Gloria* pode convir um género melódico um tanto mais elaborado, enquanto que o *Credo* prefere a forma mais próxima da salmodia, segundo o testemunha a tradição gregoriana.

3. O *Sanctus* será cântico de toda a assembleia, mais frequentemente num só coro, embora se lhe possa encontrar certa estrutura responsial. Em qualquer caso, será breve e há-de enquadrar-se o melhor possível na prece eucarística, de que é parte integrante.

Todos estes cânticos querem melodias relativamente simples e fáceis (o que não significa, de modo algum, banais), como a tradição gregoriana o pode bem documentar.

4. Sobre os *cânticos de meditação* já foi dito o suficiente para se concluir a sua forma musical. Diga-se ainda que, depois do *Sanctus*, é o cântico cuja falta mais se faz sentir para uma boa participação na Missa, muito mais do que o cântico do ofertório, este certamente o mais dispensável, embora tenha sido a ele que mais frequentemente se recorreu.

5. Finalmente, os *cânticos processionais*, e entre eles, o nosso *introito*, ponto de partida destas considerações. São os mais recentes de todos os cânticos do *Próprio;* essa a razão de eles se não encontrarem na Missa da Vigília pascal, enquanto que os cânticos de meditação não podiam lá faltar. S. Agostinho († 430) entrara ainda na sua igreja de Hipona em dia de Páscoa, por volta de 426, sem escutar o cântico de entrada, muito menos o nosso *Resurrexi* actual.

A primitiva Igreja preferia a densidade austera do silêncio inicial, como o que ainda hoje se pode verificar no princípio da Acção litúrgica vespertina de Sexta-feira Santa. O introito deve ter entrado em Roma na primeira metade do século V. Quando encontramos a primeira descrição pormenorizada da Missa romana, no célebre *Ordo I*, estamos em cerca de 750. A celebração começa com a entrada do Pontífice na basílica ao canto do introito; mas este é exclusivamente reservado à Schola Cantorum alinhada em duas alas, junto da sacristia, para dar início ao cortejo. Na verdade, de todos os cânticos, os processionais eram os que mais fàcilmente poderiam ser confiados a um grupo na assembleia. Trata-se, de facto, de cânticos de acompanhamento, diríamos talvez, de fundo, sem a densidade nem a mesma exigência de assimilação que os cânticos de meditação supõem. Apesar disso, pode perguntar-se: teria alguma vez a assembleia tomado parte neste cântico de entrada? Pode justamente duvidar-se. Em qualquer caso, parece que a sua forma de execução era a antífona, canto em dois coros, cuja realização concreta deixa ainda as suas dúvidas. A forma que, através dos manuscritos carolíngios (séc. IX), chegou até nós compõe-se duma antína, dum salmo, depois do qual se retoma a antífona. Esta

antífona é normalmente a parte da *Schola*, enquanto que o versículo cabe ao solista. Alguns manuscritos, porém, como o Antifonário de Compiègne e o de Sanlis, ambos do século IX, apresentam, depois do salmo, um versículo, chamado *versus ad repetendum* (versículo para repetir), cuja função é por enquanto, discutida; mas é provável que se trate do refrão com que a assembleia tomava parte no cântico, respondendo a cada versículo do solista, enquanto que a *Schola* tomava à sua conta a antífona, mais longa, no início e certamente no fim.

Em qualquer caso, quer a assembleia tenha participado, no passado, no canto do introito quer não, parece hoje impossível, e não desejável, impedi-la, ao menos de modo habitual, de participar nesse cântico, com que ela acolhe no meio de si o sacerdote-presidente, aquele que vem precisamente dar a essa assembleia o seu carácter de Igreja de Cristo, de quem ele, o sacerdote, é o sinal. Por outro lado, dada a menor densidade destes cânticos processionais, em razão da sua função secundária, e ao mesmo tempo o carácter festivo que está ligado ao início da celebração, o introito (como aliás os outros cânticos processionais), aceita mais fàcilmente uma mais elaborada e complexa expressão musical. Assim, a *Schola* poderá tomar à sua conta a antífona, demasiado longa para a assembleia, ou na melodia gregoriana, se o texto for o latino, ou mesmo em polifonia; o solista, ou pequeno grupo de solistas lançarão cada um dos versículos do salmo, *aos quais a assembleia vai respondendo com um pequeno refrão;* no fim do último versículo, a *Schola* repete a antífona, como no início. Obter-se-á assim uma forma, ao mesmo tempo, bela, variada, com mais possibilidades musicais que não ficam mal no cortejo de entrada, antes lhe podem oferecer um ambiente mais digno e festivo, ao menos nos dias mais solenes, e que simultâneamente permite a participação activa de toda a assembleia.

Foi esta a forma proposta para o introito da Missa de Cristo Rei.

Para concluir seja permido recordar que o problema da música sacra, sobretudo nesta hora de reforma da liturgia, não é qualquer coisa de menor importância, e que para resolvê-lo não basta «cantar qualquer coisa que o povo saiba para não parecer morto». Todos e cada um dos cânticos têm o seu carácter próprio, a sua forma, a sua exigência, que não pode ser possuída senão no contacto com as fontes, na análise das estruturas litúrgicas, na consciência das leis da pastoral e, evidentemente, no respeito pelas exigências próprias da arte musical.

Agora que o Prefácio está em português e é grande a variedade de traduções, gostaria, se possível, que me dessem, numas breves notas, uma visão de síntese sobre a estrutura e a riqueza do texto que rezamos.

JOSÉ LIMA

resposta de H. VARELA e J. ALBERTO

PREFÁCIO (1) COMUM

É verdadeiramente digno e justo, (2)
é nosso dever e nossa salvação, (3)
dar-Vos graças em todo o tempo e lugar.
Senhor, (4)
Pai Santo,
Deus Omnipotente e Eterno,
por Cristo Senhor nosso.
Por Ele,
louvam os Anjos a Vossa Majestade, (5)
as Dominações (6) a adoram,
a reverenceiam as Potestades,
e os Céus dos Céus, (7) as Virtudes
e os bemaventurados Serafins
a celebram, unidos todos em comum alegria.
Aos seus cânticos
permiti que juntemos as nossas vozes,
para proclamarmos (8) em humilde louvor:
SANTO, Santo...

(1) Prefácio é o nome dado na Missa à parte inicial da oração eucarística mas que, em outros casos, se aplica à totalidade da oração consecratória como, por exemplo, na consagração das virgens. Não é conhecida ao certo a razão que levou a adoptar este nome para o *Vere dignum*, tanto mais que ele pode até induzir em erro, fazendo crer que o prefácio não pertence ainda à oração eucarística ou anáfora, como lhe chamam os Orientais.

O facto, porém, é que o nosso prefácio actual é já parte da oração consecratória da missa, como o atestam os mais antigos testemunhos. Na verdade, alguns dos seus elementos vêm de tradição muito antiga, alguns do próprio judaísmo.

Podemos dizer que estruturalmente o Prefácio se compõe de três partes. *A primeira* indica que a «acção de graças» ou «eucaristia» se dirige ao Pai como termo. *A segunda*, reduzida ao «por Cristo Senhor nosso» no Prefácio comum, para além de indicar que a oração se faz pela mediação do Filho, recorda as «maravilhas» realizadas por Deus, sobretudo a obra salvífica de Cristo. *Na terceira*, manifestamente influenciada na sua urdidura pela aclamação final, o *Sanctus*, pedimos nos seja dado juntar o nosso louvor ao dos Anjos. E deste modo se manifesta a unidade existente entre a Liturgia celeste e a liturgia terrestre. Notemos que tanto a primeira parte como a última são muito semelhantes em todos os prefácios. Só a segunda é móvel e nela se recorda o mistério especialmente celebrado em cada dia.

Literàriamente, o prefácio está composto num estilo solene, comum a todas as orações consecratórias ou «eucarísticas». Em abono da unidade prefácio-canon formando um conjunto inseparável, podemos verificar que o «*Qui pridie*» vem absolutamente na sequência lógica do «*per Christum Dominum nostrum*» que encontramos no meio do prefácio. Tudo o que medeia entre eles foi acrescentado ao esquema fundamental, com mais ou menos a propósito. Vejamos também que, após o «*Sanctus*», irupção da assembleia entusiasmada, o celebrante continua com uma partícula de ligação, o «portanto» (*«Te igitur»*), retomando assim a referência ao Pai da primeira parte do prefácio.

Podemos concluir que o prefácio é o início da oração eucarística e não uma simples introdução a esta. Por isso, a designação «*canon*» colocada antes do Prefácio até ao séc. IX, voltou de novo a designar toda a oração consecratória, como podemos ver no «*Ritus servandus*» nos números VII e VIII, que têm como títulos:

VII. «De antiphona ad offertorium et aliis usque ad canonem» e termina com as orações sobre as oblatas.

VIII. «De canone Missae a Praefatione usque ad consecratione» englobando portanto o prefácio no canon.

O prefácio que comentamos chama-se *comum*, porque na sua parte móvel (a 2.ª) não se refere a nenhum mistério em especial, servindo, por isso, para todos os dias que o não tenham próprio.

(2) *Dignum et Justum* são dois termos de aclamação, sinónimos no latim. A tradução portuguesa já consagrada pelo

uso, dá dois termos que não sendo perfeitamente sinónimos se devem entender como tal. *Dignum est* e *Justum est*, são expressões que os Romanos utilizavam para aclamar o imperador nas eleições, e, uma vez transpostas para a literatura cristã, conservaram a mesma intensidade.

(3) Na tradução procuramos captar toda a riqueza do termo latino *Salutare*, muito mais amplo e matizado que o nosso «salutar». O termo tem no latim cristão um sentido muito preciso, onde está sempre a ideia de salvação eterna. Descobrimos assim nesta pequenina frase uma riqueza de conteúdo muito grande. De facto afirma-se que o «dar graças a Deus», em sentido técnico, além de ser um «dever» nosso, constitui a nossa «salvação». Podemos descobrir aqui uma ressonância da ordem do Senhor «fazei isto em minha memória» (Lc. 22/19) e «se não comerdes a Carne do Filho do Homem e não beberdes o seu Sangue, não tereis a vida em vós» (Jo. 6/53). «Dar graças» tècnicamente designa a oração de louvor a Deus Pai por todas as maravilhas que operou. Ora a maior de todas elas é a Obra da Redenção que é tornada presente sacramentalmente em todo o tempo e lugar pela eficácia extraordinária desta oração.

Em português, «salutar» é termo já descolorado e não evoca necessàriamente o sentido de «portador de salvação que vem de Deus».

(4) É esta a pontuação já inserida no missal de 1960, depois de o ter sido no «Ordo Hebdomadae Sanctae». Estudos recentes mostraram ser esta a forma correcta. *Omnipotens Aeterne Deus* é uma fórmula una que aparece como tal nos documentos antigos, e por conseguinte não se deve separar. *Sancte Pater* é também fórmula de referência ao Pai atestada desde a antiguidade nas liturgias latinas. Em alguns livros antigos aparecem as duas justapostas, mas sem o *Domine* que aqui as introduz.

(5) O termo «*Majestade*» não vem aqui por influência da linguagem da corte, onde só tarde apareceu como título designativo do Imperador, mas é de origem bíblica.

A Sagrada Escritura fala em diversos lugares da Majestade de Deus para designar a grandeza e magnificência que Deus possui em Si mesmo e tem manifestado em toda a História da Salvação. Os termos Glória e Majestade, atribuídos a Deus, tomam-se muitas vezes por sinónimos e os próprios tradutores latinos empregaram uma ou outra para verter o mesmo termo original (dóksa).

Quando falamos em Majestade de Deus, vem-nos imediatamente ao espírito a grandeza das teofanias e visões narradas na Bíblia. A visão de Isaías no início do seu ministério é bem significativa, e é precisamente o termo *Majestade* que é empregado aqui (Is. 6/1-3) pelas antigas traduções latinas para designar a grandeza de Deus que enche o Templo. É por isso muito natural que o termo empregado neste lugar do Prefácio o seja por influência da aclamação final, precisamente tirada desta visão de Isaías (Is. 6/3).

Deste modo, é-nos mais fácil compreender o sentido profundo que encerra este termo. A Majestade de Deus é algo que tudo enche, tudo engloba, diante da qual tudo se prostra.

Eis a razão porque preferimos manter o termo, a dizer mais simplesmente «os anjos O louvam», como se pode ler em algumas traduções.

(6) Segue a enumeração de várias categorias de anjos, para as quais conservámos os nomes já tradicionais.

(7) No meio da enumeração dos Anjos aparece em latim «*coeli*» que não pode ser considerado como categoria angélica. A que se refere então?

Para resolver a dificuldade têm sido propostas soluções várias. Uma delas aproveitando-se da pontuação incerta e discutida da frase, liga *coeli* a *potestates* considerando-o como genitivo dependente deste último termo. Eliminava-se a dificuldade; mas a índole da língua latina não comporta tal solução, pois quebraria o ritmo do conjunto, e além disso desligaria *Virtutes de Beata Seraphim*, o que traria sérias dificuldades devido à ligação por *ac*.

Teremos então de considerar *Coeli* como nominativo do plural sujeito de *concelebrant*, e mantém-se a dificuldade.

C. Mohrmann sugeriu, fundada sobretudo nas regras latinas, que *Coeli* se devia entender não rigorosamente, mas como ampliação do sentido bíblico, (Sl. 18/2; 86/6; 95/11); não se referindo a uma categoria especial de Anjos, mas evocando a imagem de todos os anjos em conjunto.

Ùltimamente, porém, A. Chavasse (coeli coelorum, in «Parole de Dieu et Sacerdoce» pág. 121-124) faz notar a

influência que pode ter exercido na composição do nosso prefácio o salmo 148/2, 4, 7, onde aparece Coeli coelorum como expressão indivisível. A mesma expressão se encontra em dois prefácios do Missalle gothicum (n.º 3 e 536).

Não será também aqui o caso? Chavasse é de opinião que sim. As dificuldades que se poderiam levantar devido ao latim parecem ter solução. A partícula *que* de *coelorumque* estaria a ligar este novo conjunto de três membros (Céus dos céus, Virtudes e Serafins) ao conjunto anterior (Anjos, Dominações e Potestades) para a todos associar na celebração exultante da Majestade de Deus.

O problema não está ainda de todo resolvido, mas parecem-nos convincentes as razões do P. Chavasse.

Não há dificuldade em empregar a partícula *que* na segunda palavra, porque isso é possível devido a formarem uma expressão considerada como um todo. Além disso era exigida pelo ritmo da frase latina.

(8) A introduzir a citação de Is. 6/3 temos o particípio *dicentes*, normal em latim para introduzir o discurso directo e aqui necessário como única forma introdutória do *Sanctus*.

Como, porém, na tradução, se apresenta o verbo «proclamar», já não será necessário traduzir *dicentes* que pode substituir-se por dois pontos.

Proclamar pareceu-nos o melhor termo para traduzir *Confessione* naquilo que ele exprime de dizer externamente algo com convicção.

Na tradução de toda a frase final procurámos evitar a dificuldade da expressão latina, mantendo, no entanto, numa forma simples, o vigor e a reverência que o latim oferece.

Nota final

Ao terminar estas pequenas notas sobre o prefácio e sua tradução, cumpre-nos dizer que foi nossa intenção apresentar um texto que conserve e ponha em realce toda a riqueza do conteúdo com o máximo de exactidão possível, e ao mesmo tempo seja de fácil leitura e compreensão.

O Prefácio é o início de uma oração de tipo muito antigo, composto em épocas muito informadas pela cultura e sentido bíblicos, pelo que só voltando às fontes, sobretudo à Sagrada Escritura e aos primeiros Padres, podemos captar toda a riqueza que ele nos apresenta.

Julgamos que estas notas possam contribuir um pouco para ajudar o nosso amigo correspondente a compreender um pouco melhor o conteúdo tão rico destes textos que rezamos tantas vezes, mas com tantas incógnitas e até com algumas deturpações.

Na elaboração destas notas foi nosso guia, além de outros trabalhos, «L'Ordinaire de la Messe», de D. Botte e C. Mohrmann.

referências à novellae

Ao jornal **Novidades** agradecemos reconhecidamente a larga referência à nossa revista, na sua secção de **LETRAS E ARTES** de 26 de Abril.

O **BIP** (Boletim de Informação Pastoral) de Março-Abril-Maio — n.º 37-38 sob o título «Quatro revistas novas ou renovadas» apresenta ao lado de «Concilium», «Brotéria» e «Amen» também a «Novellae Olivarum»; «**O Despertar**» na secção «Crítica de revistas e livros teológicos» inclui na sua apreciação, além de «Concilium» e «Ora et labora» a «Novellae Olivarum».

Apraz-nos registar uma primeira verificação contida implìcitamente no contexto das apresentações: «Novellae Olivarum» surge adentro dum movimento de Igreja, duma Igreja que se reflecte em ordem à descoberta dos caminhos de Cristo no mundo contemporâneo.

Concretizando um pouco mais verificamos, em segundo lugar, que tanto o **BIP** como «**O Despertar**» focam o contributo de «Novellae Olivarum» relativamente à formação litúrgica do clero e dos fiéis, assunto que a Constituição da Sagrada Liturgia do Vaticano II consagrou e urgiu.

Estas duas verificações constituem um estímulo que acorda mais profundamente em nós a fidelidade a 18 anos de «Novellae Olivarum», a fidelidade ao tempo de renovação litúrgica em que vivemos e somos chamados a actuar. Principalmente através das «Sugestões... de Pastoral litúrgica» esperamos continuar a dar um humilde contributo para uma pastoral litúrgica repensada à luz dos documentos do Concílio e das novas exigências do mundo de hoje.

Mas a fidelidade ao passado e ao tempo de Igreja em que vivemos e trabalhamos conduz-nos mais longe.

De modo especial a partir de 1954-1955 a revista começou a sentir outros motivos de atenção, não tendo no entanto chegado a definir esses motivos e o modo de os exprimir. É nesta fase que se insere a colaboração com alguns clérigos da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, colaboração a que «**O Despertar**» se refere. A interrupção da revista proporcionou um amadurecimento e nós hoje procuramos encontrar a estrutura que os últimos anos da primeira série conscientemente ou não, procuraram.

Precisamente na medida em que «Novellae Olivarum» procura uma consonância com o tempo de Igreja e uma resposta ao seu auditório — que aliás é diverso do da primeira série — far-se-á de um modo mais discreto e medido o «traço de união» — para citar uma expressão da editorial do n.º 1 da primeira série, expressão muitas vezes retomada em outras editoriais — «traço de união» entre o Seminário e os Padres ou pessoas que se interessam pela vida do Seminário. Julgamos assim realizar dentro de moldes mais vastos o diálogo do Seminário com os leitores de «Novellae». Isto não elimina de nenhum modo a necessidade duma «crónica da vida do Seminário». Pensamos no entanto que «Novellae Olivarum», não podendo dar uma resposta cabal a esta necessidade, limitar-se-ia a pouco mais do que iludir um problema.

Por fim dois agradecimentos e dois votos:

Ao **BIP** o nosso agradecimento pela sua contínua e minuciosa atenção, muitas vezes desenrolada nos bastidores, e o voto de que a vossa responsabilidade, experiência e sabedoria nos ajudem a pôr ao serviço da Igreja os nossos humildes recursos.

A «**O Despertar**» afirmamos como o vosso acolhimento tão cristão nos dá a grata certeza de que o Senhor nos pede que encontremos caminhos mais constantes de colaboração.

livros recebidos

GÉRARD BÉLANGER, *L'Amour, Chemin de la Liberté*, I vol. de 14 × 19, de 184 pág. — Les éditions ouvrières. Colecção «Points d'Appui». Preço 9,00 F.

Problema eterno é este o dos caminhos da liberdade. Haverá alguém que não aspire a viver plenamente, a realizar-se e a libertar-se de toda a servidão? E entretanto, quantos encontram resposta para esta necessidade?

Alguns grandes filósofos do nosso tempo esforçam-se por traçar caminhos ao homem desejoso de realizar-se. Conhece-se aquele que propôs Jean-Paul Sartre: a recusa de Deus, dos valores eternos e do amor. Conhece-se menos o caminho que nos abriu Gabriel Marcel nos seus cinquenta anos de reflexão profunda sobre a experiência humana. É para difundir mais largamente o testemunho precioso desta grande figura contemporânea e a sua resposta tão actual à inquietação humana que este livro foi escrito.

A alegria é o sinal da realização integral do homem, o sinal que ele está empenhado no processo da sua humanização. E é no amor que se encontra a alegria: o amor de si, o amor do outro, o amor de Deus. Reconciliando-se consigo mesmo e com a sua condição, amando a condição concreta que se lhe oferece e que o torna o que ele é, o homem alcança uma intimidade profunda e verdadeira. Sem esta intimidade, não há nem realização de si, nem liberdade, mas alienação. Mas não pode amar-se verdadeiramente se não se foi amado por alguém que se ama. É abrindo-se ao outro, dando-se totalmente, que o homem se encontra. Enfim, a fé vivida, que é amor de Deus, manifesta-se como a fonte primeira de todo o amor e de toda a liberdade.

LUCIEN DALOZ, *Soumettez la Terre*, I vol. de 14 × 19, de 168 pág. — Les éditions ouvrières. Preço 6,40 F.

A revolução industrial, o evento da técnica transformou profundamente as condições do trabalho. Socializando-se, automatizou-se. Entrou numa economia, nos planos. O trabalho já não é um acto do homem como indivíduo; tornou-se uma empresa da humanidade como espécie.

Para elaborar uma «teologia do trabalho», válida para o nosso tempo é preciso confrontar os dados da Escritura e da Tradição da Igreja com a situação actual do trabalho.

A 1.ª parte desta obra tenta este confronto: que significa, hoje, que o trabalho é um gesto criador? Que exigências novas, ao plano duma democratização da economia, ao plano da repartição das riquezas, trará a socialização do trabalho? Qual é o sentido dos sofrimentos pelos quais os trabalhadores devem, tão frequentemente, pagar as conquistas da humanidade sobre o cosmos? O acontecimento duma civilization du loisir» pode modificar o nosso modo de conceber o trabalho?

Tantas questões actuais que as «Perspectivas teológicas» queriam esclarecer, reflectindo sobre o lugar do trabalho humano no desígnio do Deus Criador e Salvador em Jesus Cristo.

É a esta luz que a 2.ª parte interroga os documentos da Igreja em matéria económica e social. Esforça-se por situar o trabalho moderno, e os problemas que ele põe ao cristão do século XX, no conjunto do «projecto social» da Igreja.

Por último, a 3.ª parte queria pôr ao alcance do homem de hoje alguns grandes textos da Tradição da Igreja. Conhecem-se as passagens essenciais da Bíblia sobre o trabalho. O pensamento dos grandes testemunhos dos primeiros séculos da Igreja é menos conhecido. Uma escolha de textos característicos satisfará em parte esta lacuna.

MARIE-ABDON SANTANCE, *Dieu Cherche l'Homme*, I vol. 13,5 × 18, de 304 pág. — Les éditions ouvrières. Colecção «A Pleine Vie». Preço 11,00 F.

«A história da salvação narra este diálogo longo e diverso, a partir de Deus e a travar conversação com o homem, variada e admirável». (Ecclesiam suam, 3.ª parte).

Depois do primeiro pecado, a fraqueza do homem é tão depressa a de querer que este diálogo seja rompido definitivamente como a de pretender instaurá-lo a partir de caminhos que lhe sejam próprios: assim a história humana, que a nível colectivo como no segredo do coração de cada homem, oscila entre as diversas formas de ateísmo e as diversas formas de religião.

Ora, assim na história colectiva como na aventura individual, é preciso, para que se funde entre Deus e o homem o diálogo, reconhecer em primeiro lugar que a iniciativa parte de Deus: «O Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido...» É sòmente na resposta a esta iniciativa de Deus que se pode fazer, da parte do homem, o verdadeiro encontro com o Deus Vivo.

O volume «Dieu Cherche l'Homme» esclarece primeiramente pela Escritura cada um dos aspectos do condicionalismo do ser humano:

1.ª parte — em razão do que é o indivíduo em si mesmo.
2.ª parte — em razão do seu enquadramento social.
3.ª parte — em razão da época em que vive.

Assim cada um está em condições de ouvir Deus fazer-lhe a pergunta: «Onde estás?» e de voltar a Deus — 4.ª parte.

Este livro é por outro motivo o fruto de numerosos retiros dados a padres, religiosos e leigos. O recurso à Escritura é constante. Deste ponto de vista, a originalidade da reflexão proposta contribuirá para dar aos retiros e exercícios espirituais um enraizamento bíblico e teológico em maior harmonia com as petições do homem de hoje.

RENÉ GIRAULT, *Dialogues aux Frontières de l'Église*, I vol. de 13,5 × 19, de 368 pág. — Les éditions ouvrières. Colecção «Spiritualité». Preço 15,00 F.

A primavera na Igreja, anunciada por João XXIII e concretizada com o Concílio, supõe que se estabeleça um diálogo com círculos cada vez mais largos: os nossos irmãos separados, os adeptos das religiões não-cristãs e, aqueles que, não participando da fé em Jesus Cristo, acreditam no homem. Foi este triplo diálogo que tentou, antes de Paulo VI falar nele na sua encíclica «Ecclesiam Suam» o P. René Girault, professor no Seminário Maior e «animador intelectual» do clero de Poitieurs.

Desejoso de possuir com toda a sua acuidade as maiores contestações dos ateus do nosso tempo, o P. Girault foi à Rússia para aí encontrar homens convencidos da eficiência e da verdade do marxismo, para o qual a construção do mundo vale mais que tudo o resto. Depois foi à Índia para contactar com os sábios desse país, onde o esforço espiritual, frequentemente autêntico, confina por vezes com a evasão. Enfim, ele está desde há muito tempo em diálogo fraternal com os «Reformados de França» (Calvinistas).

Ele faz-nos participar de todos estes diálogos e enriquece-os com reflexões pessoais que os seguiam. Ao ler estas páginas, cheias de cordialidade e de fervor, um católico não pode deixar de tomar mais intimamente consciência dos valores autênticos, vividos por aqueles que não são da Igreja e examinar-se: para ver se o Deus que ele adora é verdadeiramente o do Evangelho, e se a sua moral é a de Jesus Cristo.

No seu último capítulo, o autor evoca dois «profetas»: o P. Teilhard de Chardin e o P. Coutourier que ele conheceu pessoalmente, e um terceiro, o P.º Monchanin, acerca do qual interrogou os discípulos.

Em apêndice, cita as orações características de cada um deles e algumas outras para nos ajudar a encontrar a «plenitude católica».

Um livro estimulante, fácil de ler e, para dizer tudo, libertador.

ABBÉ PIERRE DANSE, *La Religion du Christ*, I vol. 13,5 × 18, de 112 pág. Les éditions ouvrières. Preço 6,00 F.

VÁRIOS, *Pastorale et communautés naturelles*, I vol. de 13,5 × 20, de 128 pág. — Les éditions ouvrières. Dossier Masses ouvrières, suplément à Masses ouvrières n.º 219 Juin 1965.

ANDRÉ LAZZARINI, *Perfil de Paulo VI*, I vol. 12,5 × 19, de 164 pág. — União Gráfica, Lisboa.

FRANCISCO COSTA, *Escândalo na Vila*, I vol. 14 × 19,5 de 540 pág. — União Gráfica, Lisboa.

PLATEX

PLACA de FIBRAS de MADEIRA

A MADEIRA MAIS ECONÓMICA

APLICAÇÕES EM:

CONSTRUÇÃO CIVIL
DECORAÇÃO
CARPINTARIA E MERCEARIA
CARROÇARIAS
PUBLICIDADE
CONSTRUÇÕES ACRÍCOLAS
ACONDICIONAMENTO ACÚSTICO

AGENTES EM TODO O PAÍS

FÁBRICAS MENDES GODINHO, S.A.R.L.

APARTADO 3 TOMAR

índice do ano de 1965

Artigos

LITURGIA

A Constituição no Vaticano II — P. Roguet 1-79
Linhas de força da Constituição — Manuel Naia 1-88
Antecedentes da Constituição — João Mónica 1-98
Liturgia e Espiritualidade — P. Roguet 2-147
A Refeição do Povo de Deus — Jorge Vilaça 2-159
Homilia, admonições, celebrações — P. Roguet 3-254
A Assembleia dominical na paróquia — José Américo 4-363
Reforma litúrgica e Ecumenismo — Fernando de Oliveira 4-375

VÁRIOS

Verdade e pobreza: fontes de vida da equipa — P. Bouchaud 2-171
Igreja, Povo de Deus — P. Luís Moita 3-243
A Catequese Cristológica nos séculos I e II — João Lobato 3-267
A regulação dos nascimentos — P. José Carlos 4-355

Reflexões

ACTUALIDADE

A renovação litúrgica — Arq. Filipe Lopes e Esposa 2-183
A reforma litúrgica em marcha — Duarte Jorge 2-194
Equipas operárias de vocações de adultos 3-281
A vocação sacerdotal — P. Alberto Neto 3-286
A vocação feminina — Irmã Leonor 3-295
A Igreja no mundo operário 4-384
A Igreja no mundo rural 4-392

LIVROS

La Foi écoute le monde — P. Fernando Melro 2-191
Comme s'il voyait l'invisible — P. Artur Lemos 3-303
Possuído pela Caridade de Deus — Alberto Lucas 3-307

Documentação

LITURGIA

Constituição da Sagrada Liturgia — Vaticano II 1-4
Apresentação da Constituição aos fiéis — Episcopado Francês 1-106
A celebração da Missa — Episcopado Francês 2-218
A Oração dos Fiéis — Conselho para a reforma litúrgica 2-236

A Penitência — Episcopado Holandês ... 4-401
A Eucaristia — Episcopado Holandês ... 4-404

VÁRIA

O problema sexual dos jovens — Episcopado alemão ... 3-312
Problemas agrícolas — Bispos do Oeste Francês ... 3-318
A formação sacerdotal — Cardeal Léger ... 3-328

Sugestões

LITURGIA

Como fazer uma celebração da Palavra de Deus — P. José Ferreira ... 1-114
O Rosário: reflexões e sugestões — Jorge Martins e Carlos Rodrigues ... 4-408
Celebrações: Recepção dos santos óleos ... 1-121
Adoração de Quinta Feira Santa ... 1-124
Vigília de Pentecostes ... 2-200
Dia mundial das missões ... 3-338
Admonições: Quinta Feira Santa ... 1-134
Vigília Pascal ... 1-136
Domingo de Páscoa ... 1-142
Domingo de Pentecostes ... 2-215
Domingo da Santíssima Trindade ... 2-216
Domingo de Cristo Rei ... 3-346
Primeiro domingo do Advento ... 4-422
Segundo domingo do Advento ... 4-423
Imaculada Conceição de Nossa Senhora ... 4-425
Terceiro domingo do Advento ... 4-426
Quarto domingo do Advento ... 4-428
Dia de Natal: Missa da Meia noite ... 4-429
Missa do dia ... 4-430
Circuncisão do Senhor ... 4-431
Santo Nome de Jesus ... 4-432
Epifania do Senhor ... 4-433
Domingo da Sagrada Família ... 4-434
Segundo domingo depois da Epifania ... 4-438

CATEQUÉTICA

Curso de eclesiologia ... 3-332

Consultas

Cânticos da missa — P. José Ferreira ... 4-440
Prefácio — Henrique Varela e Joaquim Alberto ... 4-446

Suplementos

CÂNTICOS

Para os Santos Óleos ... 1
Para a Vigília de Pentecostes ... 2
Para a Imaculada Conceição ... 4

TEXTOS

Didakhé ... 4

JÚLIO GOMES FERREIRA, & C.ª L.DA

Casa fundada em 1832 — A casa mais antiga do País no seu género

LUSTRES, LANTERNAS, PLACAS, CASTIÇAIS, LÂMPADAS, SUSPENSÕES, BANHEIRAS, CALDEIRAS, ESQUENTADORES, FOGÕES DE COZINHA

Instalações sanitárias, Casas de banho, Eléctricas, Pára-raios, Aquecimento, Ascensores Ventilação, Contra incêndios, Telefones. Todos os trabalhos em latão e ferro forjado.

166, RUA DO OURO, 170 **LISBOA** **Telefone 321 361/2**

Senhor Pároco:

o ADDRESSOGRAPH

é o contacto directo, rápido e económico com todos os seus paroquianos.

Peça informações sem compromisso à

Modern Office, L.da

Rua do Alecrim, 107-109

Lisboa 2 Tel.: 323465/362991

NOVELLAE OLIVARUM

REVISTA TRIMESTRAL

DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI DOS OLIVAIS — LISBOA

Director — Joaquim Osório • Chefe de Redacção — Joaquim Alberto

Editor — Jorge Martins

Avulso — 10$00 • Assinatura anual — 35$00 — Estrangeiro — 2 dólares USA

COM AS DEVIDAS LICENÇAS DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA | **Outubro-Dezembro 1965** | **COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DA UNIÃO GRÁFICA • LISBOA**

«sicut novellae olivarum
ecclesiae filii sint
in circuitu mensae Domini»

(VÉSPERAS DO
CORPO DE DEUS)